

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

LETÍCIA ALMEIDA ARAÚJO

**DO CAMPO À CIDADE: OS PAPÉIS SOCIOESPACIAIS E AS RELAÇÕES DE
TRABALHO DAS MULHERES EM MUZAMBINHO- MG**

Alfenas/ MG

2021

LETÍCIA ALMEIDA ARAÚJO

DO CAMPO À CIDADE: OS PAPÉIS SOCIOESPACIAIS E AS RELAÇÕES DE
TRABALHO DAS MULHERES EM MUZAMBINHO- MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Profa. Dra. Ana Rute do Vale

Alfenas/ MG

2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Central – Campus Sede

Araújo, Leticia Almeida

A663d Do campo à cidade: os papéis socioespaciais e as relações de trabalho das
mulheres em Muzambinho- MG. / Leticia Almeida Araújo– Alfenas, MG, 2021.
177 f.: il. –

Orientadora: Ana Rute do Vale.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alfenas,
2021.
Bibliografia.

I. Mulher. 2. Trabalho. 3. Espaço. 4. Campo; Cidade. I. Vale, Ana Rute do.
II. Título.

CDD- 305.48

LETÍCIA ALMEIDA ARAÚJO**DO CAMPO À CIDADE: OS PAPÉIS SOCIOESPACIAIS E AS RELAÇÕES DE TRABALHO DAS MULHERES EM MUZAMBINHO-MG**

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Análise Sócio-Espacial e Ambiental.

Aprovada em: 10 de maio de 2021

Profa. Dra. Ana Rute do Vale

Instituição: Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG

Profa. Dra. Roseli Alves dos Santos

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves

Instituição: Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG



Documento assinado eletronicamente por **Roseli Alves dos Santos, Usuário Externo**, em 10/05/2021, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flamarion Dutra Alves, Professor do Magistério Superior**, em 10/05/2021, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Rute do Vale, Professor do Magistério Superior**, em 10/05/2021, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_organ_acesso_externo=0, informando o código verificador **0507506** e o código CRC **87633AB6**.

Dedico este trabalho à Adriana, minha mãe, a quem enxerguei em várias das linhas escritas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Adriana e Vicente, meus pais, Olinda, Claudete e Antônio, meus avós, e a todos meus familiares pelo suporte em toda minha trajetória acadêmica.

Agradeço a todas minhas amigas e amigos pela força e confiança que sempre depositaram em mim, nas figuras especiais de Abigail Cruz, Tamyris Costa e Leonardo Zaro.

Agradeço a todos meus colegas, que se tornaram amigos, da primeira turma do programa de Pós-Graduação em Geografia Unifal-MG, pelas trocas e pelo companheirismo.

Agradeço a todas as professoras e professores do programa por fazerem o melhor para o nosso mestrado, em especial, à minha orientadora Ana Rute do Vale por todos os ensinamentos e convivências construtivas desde a graduação.

Agradeço à professora Dra. Roselí Alves dos Santos e ao professor Dr. Flamarion Dutra Alves pela composição da banca e por todas as contribuições importantes para esse trabalho.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)- Código de Financiamento 001, pela concessão da bolsa durante todo o período de realização desse trabalho.

Por fim, agradeço principalmente a todas e a cada mulher que compartilhou um pouco da sua história, da sua vivência, da sua visão, do seu espaço, nesse trabalho.

Que um homem não te define

Sua casa não te define

Sua carne não te define

Você é seu próprio lar

(Triste, Louca ou Má- Francisco, el Hombre, 2016)

RESUMO

Por muito tempo nos estudos acadêmicos, a temática de gênero não foi incluída na Geografia. As pesquisas começaram a surgir na década de oitenta, e hoje não se deve deixar de abordar a espacialidade das mulheres nessa ciência. São reflexos de uma sociedade patriarcal e capitalista que ignora os papéis socioespaciais de mulheres no campo e na cidade. No campo, geralmente, as mulheres não possuem o reconhecimento e valorização de seu trabalho, sendo que seus papéis socioespaciais ficam restritos à esfera reprodutiva do lar, e acabam buscando, na cidade, uma situação diferente. Tomando como estudo de caso as mulheres que viveram em algum momento de suas vidas no campo e depois migraram para a cidade no município de Muzambinho–MG, essa pesquisa buscou compreender se seus papéis socioespaciais e as relações de trabalho se alteram a partir do momento que passaram a viver no espaço urbano. Para tanto, optou-se pela técnica de entrevista com mulheres com esse perfil. A faixa etária encontrada foi entre 26 e 86 anos, permitindo variadas reflexões. Assim, no contexto da realidade de uma cidade pequena, permeada pela ruralidade, foi possível identificar que a migração dessas mulheres ocorreu de forma individual e coletiva e, em ambas as situações, as motivações eram predominantemente por melhores condições de vida e por oportunidades de trabalho na cidade, o que grande parte das mulheres acabou encontrando, embora, mesmo no espaço urbano, continuou vivenciando papéis socioespaciais desiguais, especialmente pelos postos ocupados com menor remuneração e pela responsabilidade integral do trabalho reprodutivo.

Palavras-chave: Mulher; Trabalho; Espaço; Campo; Cidade.

ABSTRACT

For a long time in academic studies, the theme of gender was not included in Geography. Researches began to appear in the eighties, and today the spatiality of women in this science must not be neglected. They are reflections of a patriarchal and capitalist society that ignores the socio-spatial roles of women in the countryside and in the city. In rural areas, generally, women do not have the recognition and appreciation of their work, and their socio-spatial roles are restricted to the reproductive sphere of the home, and they end up looking for a different situation in the city. Taking as a case study women who lived at some point in their lives in the countryside and then migrated to the city in the municipality of Muzambinho-MG, this research sought to understand whether their socio-spatial roles and labor relations change from the moment that came to come in urban space. Therefore, we opted for the technique of interviewing women with this profile. The age group found was between 26 and 86 years old, allowing for varied reflections. Thus, in the context of the reality of a small town, permeated by rurality, it was possible to identify that the migration of these women occurred individually and collectively, and in both situations, the motivations were predominantly for better living conditions and work opportunities in the city, which most women ended up finding, although even in the urban space, continued to experience unequal socio-spatial roles, especially because of the positions occupied with lower remuneration, and because of the full responsibility for reproductive work.

Keywords: Woman; Work; Space; Field; City.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Espacialização das moradias urbanas das entrevistadas.....	26
Figura 2 - Mapa de localização geográfica do município de Muzambinho/MG	55
Figura 3 - Plantas no quintal de entrevistada na cidade de Muzambinho-MG	63
Figura 4 - Casas em estilo colonial na área urbana do município de Muzambinho-MG	66
Figura 5 - Quermesse da igreja São José na cidade de Muzambinho-MG	66
Figura 6 - Rodeio durante o “Encontro de Cavaleiros” na cidade de Muzambinho-MG	67
Figura 7 - Estação Muzambinho em 1925.....	68
Figura 8 - Cidades que influenciam Muzambinho (2018).....	78
Figura 9 - Cidades que são influenciadas por Muzambinho (2018)	80
Figura 10 - Mapa de localização hierárquica de Muzambinho dentro da rede urbana	81
Figura 11 - Inauguração da Estação Mogyana em Muzambinho-MG (1913).....	117
Figura 12 - Avenida Dr. Américo Luz, na cidade de Muzambinho- MG (1915)	117
Figura 13 - Cerimônia religiosa na cidade de Muzambinho-MG (1928)	118
Figura 14 - Vista área da cidade de Muzambinho-MG (1961).....	118
Figura 15 - Bairro Brejo Alegre na cidade de Muzambinho-MG (1987).....	119
Figura 16 - Cohab em construção na cidade de Muzambinho-MG (1985).....	120
Figura 17 - Bairro Vila Socialista na cidade de Muzambinho/MG.....	120
Figura 18 - Bairro Jardim dos Imigrantes na cidade de Muzambinho/MG.....	121
Figura 19 - Entrevistada demonstrando técnica de bordado frivolet na cidade de Muzambinho-MG.....	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil das mulheres entrevistadas na cidade de Muzambinho-MG	23
Quadro 2 - Fontes de renda das famílias das mulheres entrevistadas quando residiam no campo, no Município de Muzambinho-MG	73
Quadro 3 - Responsável pelas decisões e lucros na propriedade rural	96
Quadro 4 - Dados sobre a migração das mulheres entrevistadas no município de Muzambinho-MG.....	123
Quadro 5 - Trabalho remunerado das mulheres entrevistadas na cidade de Muzambinho-MG.....	143
Quadro 6 - Trabalho das mulheres aposentadas na cidade de Muzambinho-MG ..	145
Quadro 7 - Lugares mais frequentados pelas entrevistas na cidade de Muzambinho-MG	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População segundo situação de domicílio (Brasil- 1991, 2000, 2010) ...	110
Tabela 2 - População Urbana, Rural e Total no município de Muzambinho-MG, nas décadas de 1950 e 1960.....	115
Tabela 3 - População urbana e rural de homens e mulheres no município de Muzambinho-MG entre as décadas de 1970 a 2010.....	115
Tabela 4 - Número de responsáveis por estabelecimentos agropecuários em Muzambinho por sexo (2017).....	122
Tabela 5 - População ocupada por tipo de atividade e gênero no Brasil (2010)	137
Tabela 6 - Pessoal empregado no município de Muzambinho em razão da atividade profissional (2018).....	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPEGE	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBOE	Congresso Brasileiro de Organização do Espaço
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
COHAB	Conjunto Habitacional
COOMAN	Cooperativa Agropecuária de Muzambinho
COOPFAM	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região
COOXUPÉ	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
PIB	Produto Interno Bruto
PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
REGIC	Região de Influência das Cidades
SINGA	Simpósio Internacional de Geografia Agrária
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	OBJETIVOS.....	19
1.1.1	Objetivo Geral	19
1.1.2	Objetivos Específicos	19
1.2	CAMINHOS METODOLÓGICOS	21
2	GÊNERO E O ESTUDO DE MULHERES NA GEOGRAFIA	28
2.1	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENTENDIMENTO DE GÊNERO	28
2.2	ATUAÇÃO DAS RELAÇÕES PATRIARCAIS E CAPITALISTAS	32
2.2.1	Interseccionalidades e nós	38
2.3	GÊNERO NA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA: A VEZ DAS MULHERES	41
2.3.1	O espaço nas análises de gênero	51
3	MUZAMBINHO NO CONTEXTO DA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE	55
3.1	APONTAMENTOS DA RELAÇÃO CAMPO- CIDADE	56
3.2	DINÂMICAS DAS CIDADES PEQUENAS	58
3.3	AS RELAÇÕES RURAIS E URBANAS EM MUZAMBINHO-MG	60
3.3.1	O destaque da cafeicultura	67
3.3.2	Urbanização, relações hierárquicas e papel dentro de uma rede urbana enquanto cidade pequena	74
4	A VIDA DA MULHER NO CAMPO	84
4.1	VIDA, TRABALHO E PAPÉIS SOCIOESPACIAIS DA MULHER NO CAMPO: DISCUSSÕES INICIAIS	84
4.1.1	Divisão sexual do trabalho no campo	88
4.1.2	Os papéis socioespaciais das mulheres no campo	96
5	A MIGRAÇÃO DO CAMPO PARA A CIDADE	104
5.1	PANORAMAS DA MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE.....	104
5.2	A MIGRAÇÃO DE MULHERES DO CAMPO	110
5.2.1	Aspectos da migração campo-cidade em Muzambinho: as razões das mulheres	114
6	A VIDA DA MULHER NA CIDADE	130
6.1	VIDA, TRABALHO E PAPÉIS SOCIOESPACIAIS DA MULHER NA CIDADE: DISCUSSÕES FINAIS?.....	130
6.1.1	Divisão sexual do trabalho na cidade.....	134
6.1.2	Dicotomia do espaço público e privado e o espaço das mulheres na cidade	148
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
	REFERÊNCIAS	161
	APÊNDICE 1 - Roteiro de Entrevista com as mulheres	172
	APÊNDICE 2 - Parecer consubstanciado do CEP	172

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros caminhos dessa pesquisa se iniciaram antes da minha entrada na pós-graduação. Durante o período de 2017 a 2018, participei como bolsista de apoio técnico da equipe do projeto intitulado “Agricultura familiar e questão de gênero no Sul de Minas: uma comparação entre cafeicultura convencional e orgânica”, coordenado pela Profa. Dra. Ana Rute do Vale, docente do curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

Esse projeto culminou em artigos científicos, publicações em revistas e capítulo de livro. Nas análises realizadas, percebeu-se que as mulheres do campo, mesmo envolvidas em todas as atividades da propriedade, tanto do roçado como do ambiente doméstico, tinham seu trabalho considerado apenas como ajuda. Para as mulheres da cafeicultura convencional, baseada num modelo de produção voltado ao agronegócio, seu papel na produção e na cooperativa era ainda menos valorizado.

Do grupo representante do sistema de produção de café convencional foram selecionados agricultores familiares dos municípios de Alfenas e Muzambinho, enquanto que da cafeicultura orgânica, os do município de Poço Fundo. Como moradora do município de Muzambinho, depois de participar do projeto, surgiu a necessidade de investigar se essa mulher que não tinha seu papel reconhecido no campo teria outra forma de vivência na cidade. Essa oportunidade surgiu, então, com minha aprovação no processo seletivo e com meu ingresso no Programa de Pós-Graduação de Geografia da Unifal-MG, em 2019, no qual meu projeto, conseqüentemente, também foi aprovado e, assim, a pesquisa foi ganhando novos desdobramentos. Como bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), agradeço à agência pelo financiamento da pesquisa até o momento.

Assim, iniciando as discussões, foi nos últimos 30 anos, mais especialmente no fim da década de 1980, que as mulheres passaram a ser objeto de estudo de pesquisas científicas de diferentes naturezas e que a questão de gênero passou a ser discutida além do viés social, como foi o caso dos estudos na Geografia. O papel da mulher no espaço é inerente e evidente nas diversas situações do cotidiano e acaba por implicar em toda uma estrutura de funcionamento da sociedade, embora isso

tenha sido pouco tratado nas pesquisas geográficas.

Quando se aborda as relações de trabalho, esse papel é ainda mais evidenciado e importante devido à espacialidade dos gêneros, ou seja, as mulheres ocupam, se apropriam e se fazem necessárias em diversos ambientes. O que ocorre é que justamente o reconhecimento da sociedade em relação ao trabalho feminino não acontece. Ao contrário, esse trabalho é visto de forma diminuída, como uma “ajuda” apenas ao homem, sobretudo nas atividades agrícolas.

Essa falta do mérito e do devido valor ao trabalho das mulheres tem bases históricas, patriarcais e, principalmente, de interesses capitalistas sobre o que é considerado produto, sobre o que é comercial, sobre o que é quantitativo e retorna financeiramente e, nesse contexto, tudo o que é produzido pela mulher é desvalorizado ou desmerecido. Isso acaba por refletir no número e na valorização de publicações e trabalhos científicos sobre gênero existentes na Geografia que, apesar de seu aumento na atualidade, se mostram ainda insuficientes, pois há muitas realidades diferentes a serem estudadas.

Mesmo quando a mulher vive e trabalha na cidade, ela não escapa da falta de reconhecimento, da divisão desigual de tarefas domésticas, da desigualdade salarial e da falta de vagas para ocuparem cargos de chefia. A divisão sexual do trabalho ocorre no campo e na cidade e pode se agravar se a mulher não tiver escolaridade, formação profissional, ou for de classes ou raças subjugadas.

Nas análises dos motivos pelos quais as mulheres migram para cidade, não é possível deixar de considerar as condições vivenciadas por elas no campo. Quando se fala de trabalho feminino no campo, fala-se de uma totalidade do trabalho doméstico juntamente com o trabalho no roçado. Além disso, cabe a elas os cuidados com o grupo familiar, sobretudo crianças e idosos, e as funções das atividades no quintal da casa, como o cultivo da horta e a criação de pequenos animais, como galinhas e porcos. Essas múltiplas tarefas, muitas vezes, são naturalizadas pelos companheiros e pela sociedade em geral, fazendo com que, no campo, o trabalho da mulher seja ainda mais desvalorizado.

Muitas dessas mulheres trabalham e não possuem acesso ao dinheiro recebido pela venda da produção ou pelo serviço realizado, refletindo na falta de documentos comprobatórios para que possam ter direitos a uma futura aposentadoria. Ou seja, elas não participam das decisões sobre a unidade de produção familiar, que estão sempre a cargo do pai ou do esposo.

Além de tudo, no campo, as relações patriarcais ficam ainda mais evidenciadas e, na maioria das famílias, ainda hoje, o filho homem é educado para acompanhar o pai nas atividades agrícolas e na gerência da propriedade, como o natural herdeiro da mesma, enquanto a filha deve se dedicar mais às atividades domésticas, pois seu destino será o casamento. Diante dessa realidade, essas filhas encontram, no êxodo rural, uma forma de se libertar desse domínio masculino.

A condição histórica para o êxodo rural continua sendo a separação dos camponeses de sua terra e, nesse sentido, as mulheres sempre estiveram em desvantagem. A migração do campo para cidade deve ser pensada além das escolhas individuais, especialmente após a análise da década de 1960, quando a modernização do campo brasileiro foi marcada por um modelo concentrador de renda que aumentava a produtividade e inviabilizava o desenvolvimento das pequenas e médias propriedades rurais. Para as mulheres, então, o êxodo rural significa, além de tudo, uma luta por sobrevivência, uma oportunidade de trabalho, de estudo e a conquista da independência em relação à opressão patriarcal no campo.

No município de Muzambinho-MG, área de estudo desse trabalho, como boa parte dos municípios brasileiros pós-década de 1970, houve uma reversão entre população urbana e rural, ou seja, com a intensificação do êxodo rural, o grau de urbanização foi se intensificando cada vez mais, atingindo 60% nos anos 1980 e, no início dos anos 1990, 70%. Dos anos 2000 para 2010, a porcentagem de população urbana já era de 80% de acordo com os dados censitários do IBGE.

O período em que essas mulheres migraram é importante para se analisar como produziram ou reproduziram espaços por meio do seu trabalho, seja produtivo ou reprodutivo. Se a migração ocorreu quando ainda eram jovens acompanhadas da família ou após o casamento com o marido, anterior à década de 1990, encontraram espaços ainda por construir e atuaram nessa produção. Outras mulheres, já nas décadas seguintes com uma urbanização já evidenciada, chegaram à cidade com outros objetivos e passaram a também reproduzir espaços já existentes, ressignificando-os.

De todo modo, o fato de as mulheres mudarem para cidade não constitui uma garantia de que terão total independência financeira, relações profissionais justas ou o valor de seu trabalho reconhecido. Muitas saem da opressão dos pais no campo e acabam sendo oprimidas por chefes ou maridos na cidade, uma extensão patriarcal que pouco se altera. Isso porque, no contexto de uma sociedade capitalista, o espaço

produzido em uma cidade é dado pelas relações sociais e de trabalho. Sendo assim, mesmo quando a mulher deixa o campo e passa a viver na cidade, muitas vezes, seu trabalho continua sendo considerado como reprodutivo, uma vez que ele não é valorizado no mercado por não gerar lucro. Assim, se desconsidera o papel da mulher na produção dos espaços urbanos, e seu trabalho permanece sendo considerado como “leve” ou como apenas “ajuda” ao trabalho masculino.

A mulher que migra para cidade, sobretudo aquelas com baixo grau de escolarização, geralmente, encontra empregos em atividades domésticas (empregadas, babás), são absorvidas por trabalhos no comércio, empresa, setores públicos terceirizados, e também costumam atuar como autônomas em algum tipo de empreendimento. Quando migram com a família, acumulam, ainda, o trabalho doméstico da casa e a responsabilidade pelo cuidado com as crianças. Então, mesmo que esteja atuando no mercado produtivo, nunca sua totalidade é considerada e valorizada como a maioria das mulheres que possui esse acúmulo de funções.

Constata-se, também, que muitas mulheres que migram são responsáveis pela manutenção de ruralidades no ambiente urbano, trazendo para a cidade aspectos culturais ou de trabalho no campo, como o cultivo de hortas urbanas, criação de animais e o artesanato.

Dessa maneira, a problemática desta pesquisa surgiu da busca por se compreender se os papéis socioespaciais e as relações de trabalho da mulher que sai do campo e migra para cidade se alteram. A hipótese inicial é de que, na cidade, as mulheres, embora possam ter oportunidades diferentes, continuam sofrendo opressões patriarcais e capitalistas, que acabam escondendo seu papel na produção do espaço, embora sejam as principais atuantes. Esses apontamentos hipotéticos buscarão ser comprovados ou embatidos com a pesquisa na etapa de trabalho de campo, durante entrevistas com as mulheres que migraram do campo para cidade em Muzambinho, e se os resultados diferirem da hipótese inicial, identificar em quais âmbitos.

A escolha do município de Muzambinho para identificar os papéis que as mulheres passam a assumir no espaço urbano se dá pelo número ainda pequeno de pesquisas na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, sobretudo nessa temática, e pela busca também por se identificar se o fato de o município ser pequeno, caracterizado pelas relações estreitas entre o rural e o urbano, interfere no modo que a mulher vai atuar na cidade. Em grandes centros urbanos, as mudanças para as

mulheres que migram podem ser mais significativas, daí a importância de entender a especificidade desse processo em uma cidade pequena.

Desse modo, a pesquisa se justifica pela necessidade de interpretar as questões de gênero, ainda pouco exploradas na migração de mulheres do campo para cidade- principalmente no Sul de Minas, dentro de uma perspectiva geográfica, envolvendo a divisão sexual do trabalho, os espaços públicos e privados das mulheres e as interações entre aspectos rurais e urbanos de uma cidade pequena.

Essa visibilidade pode culminar em reflexões e ações, desde a percepção e o encorajamento das próprias mulheres, até as desconstruções sociais e elaborações de projetos e de políticas públicas. Isso porque, a partir do momento em que se tem um registro científico, uma pesquisa que aborda e demonstra o que acontece, o porquê acontece, onde estão essas mulheres, que papéis ocupam ou deveriam ocupar, começa a se construir uma base para mudanças. Considerando que a ciência geográfica tem, no estudo do espaço, sua compreensão e transformação como foco principal, as relações de gênero não podem deixar de estarem inseridas nesse processo.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Assim, para a compreensão da temática, essa pesquisa tem como objetivo geral compreender se os papéis socioespaciais e as relações de trabalho se alteram para as mulheres que migram do campo para cidade no município de Muzambinho-MG.

1.1.2 Objetivos Específicos

Para o aprofundamento dessas questões, tem-se como objetivos específicos:

- a) Discutir sobre a questão de gênero na Geografia, como ela contribui para o entendimento do espaço geográfico;
- b) Relatar o contexto histórico e socioeconômico de Muzambinho, bem como seu papel em uma rede de hierarquia urbana enquanto cidade pequena, e demonstrar aspectos da relação campo- cidade no município;

- c) Identificar como era o modo de vida das entrevistadas no campo, as relações socioespaciais e de trabalho vivenciadas antes de migrarem para cidade;
- d) Verificar os panoramas da migração campo- cidade no país e seus reflexos e avaliar os aspectos desse fenômeno em Muzambinho, identificando o período e os motivos pelos quais as mulheres migraram do campo para viver na cidade e;
- e) Analisar como são estabelecidas a dicotomia entre espaço público e privado e a divisão sexual do trabalho no urbano e como as mulheres, que migraram do campo para cidade em Muzambinho, lidaram e ainda lidam com o novo espaço, destacando as mudanças e permanências da mulher migrante.

Para a compreensão de todos esses processos, o trabalho se estrutura em cinco capítulos, sendo que o primeiro capítulo traz uma discussão teórica sobre o conceito de gênero, sobre como as estruturas patriarcais e capitalistas se estabelecem e sobre qual é o espaço das mulheres na perspectiva geográfica. O segundo capítulo apresenta o contexto e as características geográficas, históricas, econômicas e culturais do município de Muzambinho no contexto da relação campo-cidade e as dinâmicas existentes enquanto cidade pequena, especialmente, inseridas na hierarquia da rede urbana do Sul de Minas. O terceiro trata da identificação da vida da mulher no campo, de seus papéis socioespaciais e de como ocorre a divisão sexual do trabalho nas propriedades rurais. O quarto aborda os panoramas da migração campo-cidade no país e apresenta, de uma forma geral, os motivos pelos quais as mulheres migram do campo, apresentando os aspectos da migração do campo para a cidade das mulheres em Muzambinho. E, o quinto e último capítulo busca analisar a divisão sexual do trabalho na cidade, a dicotomia entre os espaços público e privado e os papéis das mulheres no espaço urbano. Assim, o capítulo busca compreender como a mulher que migra para cidade em Muzambinho vivencia o novo espaço urbano, quais seus papéis socioespaciais, suas relações de trabalho e percepções, verificando, através da fala das entrevistadas, se algumas velhas estruturas atuantes no campo ainda permanecem na cidade.

Para a realização dos objetivos, alguns caminhos metodológicos foram cumpridos, e serão apresentados a seguir.

1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A primeira etapa da pesquisa foi a definição do objeto de estudo e do tema: as mulheres que migram do campo para cidade em Muzambinho e a compreensão das relações de trabalho e papéis socioespaciais que passam a ter no espaço urbano.

A partir das leituras iniciais, esse trabalho caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa, pois se enquadra para estudos complexos que não exigem a quantificação como fator principal. Esse tipo de pesquisa qualitativa se configura como uma abordagem mais interpretativa, que se propõe traduzir e expressar o fenômeno estudado, não deixando de ser uma pesquisa com etapas ou trabalhosa, uma vez que é preciso registrar as informações, coletar dados, organizá-los e fazer as análises (MATOS; PESSÔA, 2009).

O próximo momento metodológico, que se entendeu durante quase toda a produção do trabalho, foi o levantamento bibliográfico. Inicialmente, referente à questão de gênero na Geografia e sobre como o patriarcado e as relações capitalistas atuam na divisão sexual do trabalho. Depois, ao processo migratório com destaque ao êxodo rural feminino, às características das cidades pequenas e às relações campo-cidade e, por fim, aos aspectos entre os espaços público e privado ocupados pelas mulheres, às relações de trabalho no urbano e às formas de produção e reprodução de espaços por meio dos trabalhos produtivo e reprodutivo feminino.

As fontes pesquisadas foram publicações de artigos de periódicos científicos, anais de eventos e livros em sites eletrônicos por meio das plataformas Google Acadêmico e Scielo, além de livros impressos, tanto da biblioteca da UNIFAL-MG, quanto de aquisição pessoal ou da orientadora. Os dados secundários e as informações sobre Muzambinho foram consultados em sites institucionais como o IBGE, em suas plataformas e em pesquisas publicadas, com bases no Censo Demográfico e no Atlas Brasil. Outras informações foram encontradas em publicações de teses e artigos existentes sobre o município e sobre a região sul mineira. Os registros fotográficos foram obtidos no Museu Municipal Francisco Leonardo Cerávolo, do referido município, e algumas imagens foram registradas pela autora desse trabalho.

A etapa seguinte foi o trabalho a campo, no qual foi utilizada a técnica de entrevista. Para Duarte (2004, p. 215), se as entrevistas forem bem realizadas, permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de “mergulho em profundidade,

coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade” e também “levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo”, que se tem dificuldade, geralmente, de se obter os mesmos resultados com outras técnicas de pesquisa.

O roteiro de entrevista (apêndice 1) foi elaborado previamente com uma série de questões estruturadas em sessões que compõem a ordem reflexiva do trabalho, começando por questões que envolvem a vida da mulher entrevistada no campo, depois os aspectos da migração para cidade e, por fim, as relações de trabalho e os papéis socioespaciais dessas mulheres no espaço urbano.

O público-alvo das entrevistas foram mulheres que vivem na cidade e vieram do campo em algum momento de suas vidas e que residem hoje em diferentes bairros da cidade. Desse modo, a amostragem da pesquisa não pode ser aleatória, sendo, portanto, uma amostragem intencional. A intencionalidade torna uma pesquisa mais rica em termos qualitativos. O emprego deste tipo de amostra requer conhecimento da população e dos elementos selecionados (OLIVEIRA *et al.*, 2012).

O contato com essas mulheres se deu a partir de indicações das próprias moradoras, uma vez que, pelo fato de Muzambinho ser um município pequeno, com relações interpessoais muito acentuadas, esse contato foi possível. É válido registrar que muitas entrevistadas indicaram outras mulheres do próprio bairro, vizinhas, colegas de trabalho e mulheres pelas quais tinham algum laço afetivo ou relação de parentesco.

Esse tipo de amostragem é caracterizado como “bola de neve”. Nesse caso, a amostragem inicia-se com o auxílio de pessoas que atuam como sementes e ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, é solicitado que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente. Dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador (VINUTO, 2014). Eventualmente, o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise. Esse entendimento de que os objetivos já foram encontrados com o número de pessoas entrevistadas é uma técnica de pesquisa conhecida como saturação (MINAYO, 2017).

A escolha das mulheres entrevistadas ocorreu a partir da indicação de outra

mulher entrevistada. Foram duas mulheres “sementes”- de acordo com a técnica de pesquisa de bola de neve-, próximas à pesquisadora que foram entrevistadas e, em seguida, sugeriram outros nomes de mulheres que viveram no campo e hoje moram na cidade. Assim, com o contato da próxima mulher, a entrevista era agendada. Aconteceu dessa forma com as 20 mulheres, com idades entre 26 e 86 anos, que vivem em diferentes bairros da cidade. Esse número foi considerado suficiente para se obter uma grande e importante quantidade de informações para pesquisa, atingindo um quadro de saturação em que as respostas começam a apresentar repetições dos resultados esperados. ¹

No quadro 1, apresenta-se o perfil das mulheres que foram entrevistadas nessa pesquisa, reunindo as seguintes informações: idade, estado civil, nível de escolaridade, número de filhos, bairro residencial, remuneração e profissão, retratando a diversidade entre elas.

Quadro 1- Perfil das mulheres entrevistadas na cidade de Muzambinho-MG

(continua)

	Idade	Estado civil	Escolaridade	Nº de filhos	Bairro residencial	Remuneração	Profissão
E 1	35	Casada	Ensino médio completo	1	Chico Pedro	1 sal. Mínimo	Atendente de loja
E 2	61	Casada	Ensino fundamental completo	2	Jardim Palmeiras	1 sal. mínimo	Cantoneira aposentada
E 3	55	Casada	Ensino fundamental incompleto	2	Centro	1 sal. mínimo	Trabalhadora rural aposentada
E 4	28	Casada	Superior completo	1	Novo Horizonte	Até 3 sal. Mínimos	Microempresária
E 5	28	Casada	Superior completo	2	Parque da Colina	Até 3 sal. Mínimos	Microempresária
E 6	71	Casada	Ensino fundamental completo	0	Jardim Altamira	1 sal. mínimo	Aposentada por idade
E 7	42	Casada	Ensino médio completo	2	Vila Socialista	Até 2 sal. Mínimos	Costureira e feirante
E 8	86	Viúva	Ensino fundamental incompleto	4	Alto do Anjo	1 sal. mínimo	Aposentada por idade
E 9	31	Solteira	Ensino médio completo	0	Jardim Palmeiras	1 sal. Mínimo	Vendedora de loja

¹ Ibidem, 2017.

Quadro 1- Perfil das mulheres entrevistadas na cidade de Muzambinho-MG

(conclusão)

	Idade	Estado civil	Escolaridade	Nº de filhos	Bairro residencial	Remuneração	Profissão
E 10	71	Casada	Ensino fundamental completo	3	Auto da Aparecida	Até 3 sal. Mínimos	Microempresária aposentada
E 11	67	Casada	Ensino médio completo	3	Jardim Altamira	Até 2 sal. Mínimos	Agente de saúde aposentada
E 12	76	Viúva	Ensino fundamental incompleto	3	Jardim Paineira	Até 2 sal. Mínimos	Aposentada por idade
E 13	47	Casada	Ensino fundamental completo	2	Vila Bueno	1 sal. Mínimo	Doméstica
E 14	45	Casada	Ensino médio completo	1	Alto do Anjo	Até 2 sal. Mínimos	Costureira e produtora rural
E 15	57	Solteira	Ensino fundamental incompleto	0	Alto do Anjo	1 sal. Mínimo	Doméstica
E 16	77	Casada	Ensino fundamental incompleto	2	Vila Lima	1 sal. Mínimo	Aposentada por idade
E 17	76	Viúva	Ensino fundamental incompleto	7	Auto da Aparecida	1 sal. Mínimo	Aposentada por idade
E 18	26	Solteira	Ensino médio completo	0	Barra Funda	1 sal. Mínimo	Vendedora
E 19	38	Casada	Ensino médio completo	2	Jardim Altamira	Até 2 sal. Mínimos	Vendedora e costureira
E 20	33	Casada	Ensino médio completo	1	Jardim dos Imigrantes	1 sal. Mínimo	Vendedora

Fonte: trabalho de campo, 2021. Org.: Autora. (E): entrevistada

A idade foi um elemento importante porque as experiências relatadas se referiam a diferentes fases da vida das entrevistadas e às motivações responsáveis pela decisão em se mudar para cidade, dependendo da época em que cada entrevistada viveu no campo. Ao todo, foram 7 entrevistadas entre 26 e 38 anos (35%), 7 entre 42 e 61 anos (35%) e 6 entre 71 e 86 anos (30%), o que acabou contribuindo

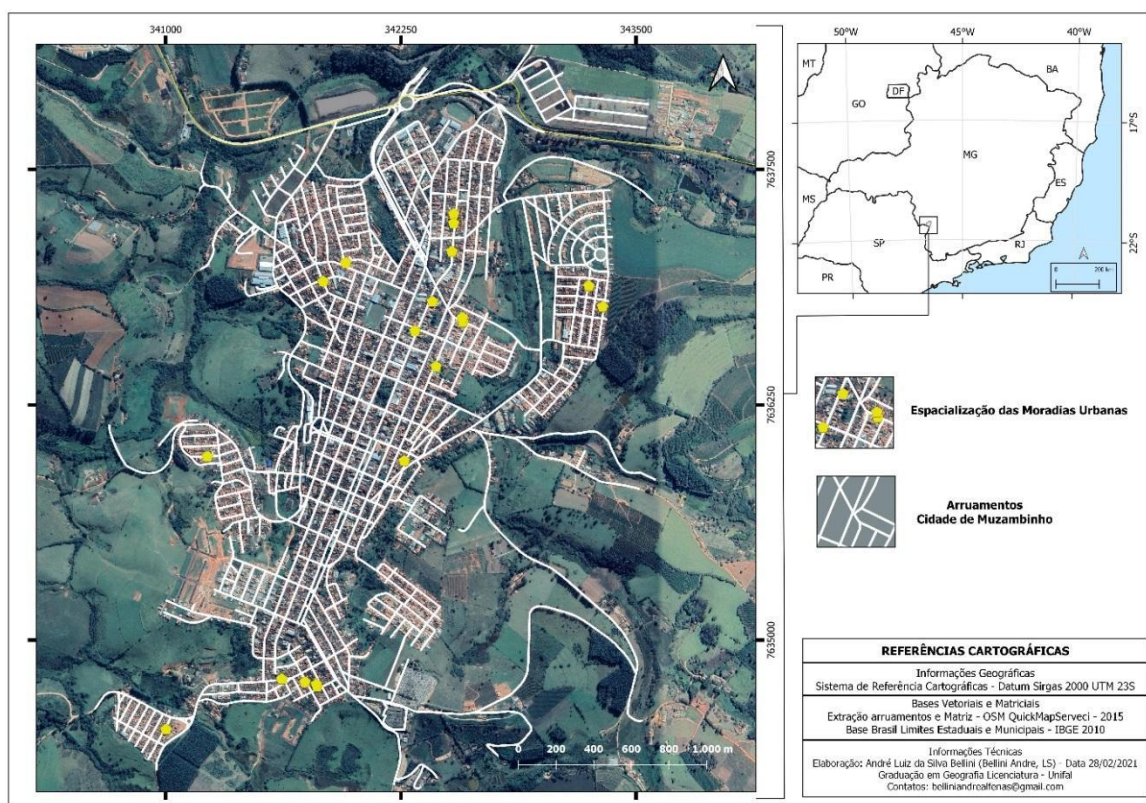
para uma variedade de falas e de visões de mundo dessas mulheres. Foi interessante notar, durante o desenvolvimento das entrevistas, que a indicação de uma mulher por outra para ser entrevistada estava relacionada à sua faixa etária, ou seja, as mais jovens indicavam conhecidas da mesma idade, o mesmo ocorrendo com as mais velhas. Isso pode ser explicado principalmente pelos motivos de laços de amizade entre elas ou por serem suas conterrâneas no período em que se mudaram para a cidade. Entretanto, também houve casos opostos de mulheres mais jovens que se lembraram de mulheres mais velhas pela vizinhança e de mulheres mais velhas que se lembraram de mulheres mais novas por serem netas, filhas de conhecidas, em menor proporção que a primeira situação.

Analisando o mapa da espacialização das moradias das entrevistadas em Muzambinho é possível perceber que poucas estão localizadas na área central da cidade. Muitas passaram a viver, quando se mudaram para a cidade, em bairros mais afastados do centro, alguns considerados periféricos e periurbanos. Muitos pontos estão próximos justamente pela indicação de uma moradora do bairro por outra vizinha, no processo da entrevista (FIGURA 1).

Alguns desses bairros populares começaram a surgir na década de 90, como a Vila Socialista, Jardim dos Imigrantes, Chico Pedro, onde três das mulheres entrevistadas passaram a viver. Isso pode ser um reflexo da renda e da idade, já que a valorização dos bairros centrais não era tão evidente quando outras mulheres mais velhas e que mudaram no passado chegaram a encontrar, sendo que, de maneira geral, apenas quatro vivem na área considerada central da cidade.

Nos últimos 10 anos, novos bairros que surgiram, como o Novo Horizonte e o Parque da Colina, também abrigaram duas das entrevistadas mais jovens, mas que já possuem renda mais elevada. São bairros com habitações recentes e de padrões mais elevados que dos bairros populares. De todas formas, foi possível perceber que as mulheres que migram do campo para cidade em Muzambinho estão especializadas em diferentes pontos, e que certamente estariam por outros diversos se a pesquisa avançasse, porque Muzambinho é uma cidade constituída de pessoas que possuem ligação com o campo, seja através de pais ou de avós que vieram também do campo para a cidade.

Figura 1 - Espacialização das moradias urbanas das entrevistadas



Fonte: Base Brasil Limites Estaduais e Municipais (IBGE, 2010).
 Elaboração: André Luiz da Silva Bellini, 2021.

As entrevistas se basearam também, em alguns momentos, no instrumento investigativo da história oral. De acordo com Meihy (1996, p.32), a história oral é como “uma percepção do passado que tem continuidade hoje”, garantindo à pessoa entrevistada um sentido social às suas memórias e um sentido de pertencimento ao contexto em que vive. Convém ressaltar que a participação das entrevistadas foi voluntária, mantendo-se a confidencialidade das informações fornecidas, que foram armazenadas em áudio. As falas selecionadas foram transcritas e utilizadas no decorrer do trabalho. A duração das entrevistas ocorreu entre 25 e 60 minutos, de modo que cada mulher entrevistada teve a liberdade de se expressar conforme a sua personalidade: aquelas mais tímidas e introspectivas responderam mais objetivamente, outras mais expansivas relataram situações com maior detalhamento. Todas contribuíram de maneira satisfatória e engrandecedora para o trabalho.

Ressalta-se também que o projeto de pesquisa que deu origem a esse trabalho e o roteiro de entrevista foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIFAL-MG, em maio de 2020 (APÊNDICE 2). No entanto, em razão da pandemia

de Coronavírus (COVID-19) e de todas as restrições com relação aos contatos pessoais, a etapa das entrevistas teve que ser adiada para o período de janeiro e fevereiro de 2021, pós-encaminhamento e posterior aprovação pelo comitê do Termo de compromisso para desenvolvimento de protocolos de pesquisa no período da pandemia. Nesse sentido, seguindo as novas orientações do CEP, para que as entrevistas pudessem ser realizadas, foram “adotadas medidas sanitárias para a prevenção e gerenciamento de todas as atividades de pesquisa, garantindo-se as ações primordiais à saúde, minimizando prejuízos e potenciais riscos, além de prover cuidado e preservar a integridade e assistência dos participantes e da equipe de pesquisa”. Em relação a essas medidas, durante o período de entrevistas, tudo ocorreu de forma segura e consciente. As entrevistadas receberam a autora do trabalho em suas casas, com um horário previamente marcado, com a utilização de máscaras de ambas as partes, com um distanciamento seguro e com higienização das mãos e do aparelho celular utilizado na gravação.

A última etapa correspondeu à análise e à organização das informações e dados coletados, além da transcrição das entrevistas. Os resultados obtidos através da fala das entrevistadas foram utilizados durante todo o corpo do texto que, juntamente com o conteúdo teórico de toda temática pesquisada, permitiram que reflexões fossem feitas acerca dos objetivos pretendidos na pesquisa.

2 GÊNERO E O ESTUDO DE MULHERES NA GEOGRAFIA

Quando em uma pesquisa são utilizados conceitos de difusão ampla, muitas vezes escritos, divulgados e falados dentro e fora da comunidade acadêmica, é importante que se façam apontamentos sobre sua origem, abordagens e discussões. Não é objetivo desse trabalho realizar uma profunda pesquisa conceitual, histórica, ou tecer críticas sobre posicionamentos de diferentes pesquisadores de gênero, mas é fundamental que se apresente suas implicações para o entendimento de como se tornou um necessário objeto de estudo da Geografia.

2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENTENDIMENTO DE GÊNERO

Por tempos, o conceito de gênero foi atrelado à condição biológica dos corpos, impondo, por meio de características fisiológicas, quem seria na sociedade definido homem e quem seria mulher. As imposições acarretadas por essas determinações acabam atribuindo papéis específicos a homens e mulheres, e muitas vezes colocam as mulheres em uma posição de desvantagem sob diversos aspectos, provocando críticas e reflexões de diversas pesquisadoras e pesquisadores.

As concepções de que o gênero parte de uma construção social vão advir do grande clássico da temática “O Segundo Sexo” da autora francesa Simone de Beauvoir, contrapondo-se ao determinismo biológico por vezes atrelado ao conceito. É, de atribuição da autora, a frase marcante “não se nasce mulher, torna-se mulher”:

[...] não nascemos mulheres, tornamo-nos mulheres. Não existe nenhum destino biológico, psicológico ou econômico que determine o papel de que um ser humano desempenha na sociedade: o que produz esse ser indeterminado entre o homem e o eunuco, que se considera feminino é a civilização no seu conjunto (BEAUVOIR, 2000, p. 62).

Assim, a compreensão ampla desse conceito, faz com que se pense “não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico, portanto nem dado nem acabado, como uma interpretação biologicista colocaria” (GARCÍA, 2002, p. 09). Essa interpretação biológica foi contraposta a uma visão social, pela categoria sexo, acabando por contribuir para a construção dicotômica que naturalizava o sexo, quando desconsiderava suas determinações sócio- históricas (CISNE, 2015).

Essa dicotomia criada entre sexo e gênero, como se o primeiro atendesse à biologia, e o segundo à cultura e à sociedade, é incorreta na visão de Saffioti (2015, p. 116), que assume a postura de “sexo e gênero como uma unidade, uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social que é exercida”. A compreensão dessa unidade, segundo a autora, é importante para que não se naturalize os papéis sociais de acordo com uma visão biológica, em que, por exemplo, mulheres têm que ser mães para serem reconhecidas na sociedade por biologicamente serem mulheres, ou terem que ser responsáveis por todos os papéis reprodutivos da casa, como cuidar dos filhos e ser responsáveis pelo trabalho doméstico, enquanto os homens, por biologicamente serem homens, deveriam ser os provedores financeiros da família.

A fim de ampliar as discussões, nos anos 1980, teóricas feministas como a historiadora norte-americana Joan Scott (1995) vão trazer reflexões sobre as diferenças criadas para sexo e gênero, segundo a qual a categoria gênero é vista como uma construção que se associa aos atributos socioculturais aplicados, de maneira distinta entre os sexos, a partir do que se estabelece como feminino e masculino e os atributos sociais destinados a cada um. Para García (2002, p. 10), à Joan Scott devemos o entendimento de que gênero e sexo não são dicotômicos, “porque o primeiro absorve o segundo”, e a ela se deve a utilização do gênero enquanto categoria de análise dos fenômenos históricos e sociais, além do que, em sua conceituação, fica expresso que o movimento das práticas masculinizantes e feminizantes realiza-se em consonância com as distintas concepções de cada sociedade.

Desse modo, o conceito de gênero se referenciaria a todas as diferenças entre homens e mulheres construídas social e culturalmente e que condicionam relações de subordinação/dominação, já que para Scott (1995) o gênero seria uma forma primordial de significar as relações de poder, o que significaria que o conceito de gênero é relacional. Sobre esse caráter relacional do gênero, García (2002, p. 12) defende que o mesmo

[...] responde à sua essência como relação social e é nesta perspectiva que nos propomos utilizar o conceito na análise espacial. Como toda relação social, o gênero é uma relação de poder e a dinâmica dominação-opressão que a constrói, é estrutural e sistêmica. Que queremos dizer com isto? Que tanto o gênero quanto o poder não são elementos que se possuem ou se detém, são sim processos em movimento, relações.

Se essas relações são espacializadas, é possível observar, em diferentes localidades, que a diferença imposta pela condição biológica dos sexos irá afetar homens e mulheres de maneiras distintas, influenciando na escolha de vida, no modo de agir e no caráter opressor ou submisso imposto por essas relações. São as relações de dominação e opressão que, para Lavinias (1997, p. 16), transformarão a diferença biológica dos sexos em exclusão ou desigualdades sociais. Isto significa que “todo o indivíduo é sexuado e que é nessa condição irredutível que virá a situar-se no mundo, ter oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses”.

Butler (1993, p. 154) também critica a dicotomia criada entre sexo e gênero, afirmando que o sexo seria mais que “um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o ‘sexo’ e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas”, colocando-o também como um fator influenciado por normas e processo sociais. Desse modo, não se compreende sexo somente como um “dado corporal sobre o qual o construto do gênero é artificialmente imposto, mas como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos”.

Para Saffioti (2015, p. 144), não há, portanto, discussões sobre distintas determinações. Sexo e gênero, ambos “fazem parte desta totalidade aberta, que engloba natureza e ser social. Corpo e psique, por conseguinte, constituem uma unidade”. O que, obviamente, não reduziria uma categoria à outra. A referida socióloga traz ainda, em suas discussões, o histórico do uso do conceito de gênero, criado inicialmente por Robert Stoller (1968), que passou a ser difundido apenas em 1975, pelo artigo de Gayle Rubin, mulher responsável por se frutificarem os estudos de gênero.

No Brasil, o conceito começou a se difundir já no fim dos anos 1980, com a circulação da fotocópia do artigo de Joan Scott (1983), traduzido nacionalmente, em 1990 e difundindo-se rápida e extensamente pelo meio acadêmico do país. Assim, “deu-se, indubitavelmente, um passo importante, chamando-se a atenção para as relações homem-mulher, que nem sempre pareciam preocupar (ou ocupar) as (os) cientistas” (SAFFIOTI, 2015, p. 117).

Esses relatos históricos mostram que a temática, embora hoje seja amplamente estudada por pesquisadores de diversas áreas de estudo, ainda é recente e, nas últimas décadas, passou a valorizar e possibilitar “a inserção de novos temas aos

denominados estudos sobre a mulher, ampliando assim as atitudes convencionais de realizar ciência, permeando os espaços das experiências e subjetividades femininas” (REIS, 2015, p. 14).

Sobre a importância de se desenvolverem estudos de gênero, focando as realidades das mulheres, Calió (1997) aponta como os espaços onde as relações de gênero se constroem podem auxiliar na compreensão das desigualdades socioespaciais, causadas pelas diferenças sociais e pelas relações desiguais de poder entre os gêneros, as quais, muitas vezes, recaem sobre as mulheres.

Visto como categoria analítica da realidade social, o gênero traz visibilidade às mulheres e permite outras releituras dos fenômenos sociais. Assumir a categoria de gênero significa identificá-lo a partir dos vários espaços onde ele se constrói: na cidade, na família, no mercado de trabalho, nas instituições, na subjetividade.... Significa também trazer à tona a relação de gênero como relação de poder - uma relação impossível de ser explicada pela biologia da mesma forma que a dominação racial. A sociedade deve estar preocupada não só com as desigualdades socioespaciais fruto das diferenças sociais, mas também com as relações de poder entre os gêneros, ou seja, as relações sociais entre os sexos. A sociedade deve se preocupar em incorporar perspectivas não-sexistas e não-patriarcais, estimulando a igualdade e a diversidade, tanto para o homem como para a mulher, e que procure integrar campos de conhecimento que no dia-a-dia da vida não se separam, contribuindo para a construção de uma visão mais abrangente de mundo (CALIÓ, 1997, p. 1).

Para Cisne (2015, p. 59), o conceito de gênero “é utilizado no sentido de dar ênfase ao caráter social, cultural, relacional, das distinções baseadas no sexo, visando superar o determinismo biológico, ressaltando sua dimensão histórica”. Desse modo, a autora coloca que os estudos da temática devem visar “desmistificar papéis e qualidades construídas socialmente, mas naturalmente atribuídas às mulheres e aos homens”, não deixando de perceber que, sendo resultado de construções sociais, essas relações são mutáveis. Por isso é importante analisar as particularidades espaço- temporais de cada pesquisa que se pretende realizar no âmbito de gênero.

Silva *et al* (2010, p. 28) procuram evidenciar que trabalhar com gênero não significa, necessariamente, estabelecer comparações entre universos femininos e masculinos, e que a concepção relacional que o envolve é sobre a compreensão de que os seres não são estáticos ou estão isolados. Assim, para os autores, “é perfeitamente possível operar com o conceito de gênero e restringir um recorte social de um grupo feminino em uma pesquisa, desde que o ser feminino seja compreendido de forma relacional e processual na estrutura socioespacial a que pertence”.

Dessa maneira, Serpa (2010, p. 13) considera que a igualdade de oportunidades para mulheres e homens na sociedade poderia partir da incorporação da perspectiva de gênero nos acordos comerciais, relações de trabalhos, na vida cotidiana, “assim como incorporá-las aos direitos humanos, às migrações, aos direitos de propriedade intelectual, aos aspectos trabalhistas e sindicais”.

Destarte, a compreensão da vida e trabalho no campo, das relações campo-cidade, da migração e urbanização em municípios pequenos, da (re) produção do espaço, do entendimento do espaço público-privado, é mais ampla e completa quando se analisa por meio da perspectiva de gênero e dos papéis exercidos pelas mulheres. Contudo, não se pode deixar de considerar dois sistemas que atuam no bojo das relações de gênero, fazendo com que a mulher seja, de maneira geral, subvalorizada, explorada, colocada em posição de desvantagem sob suas próprias vontades: o patriarcado e o capitalismo.

2.2 ATUAÇÃO DAS RELAÇÕES PATRIARCAIS E CAPITALISTAS

Quando se estuda, se pesquisa ou se refere ao gênero como perspectiva de análise em qualquer campo do saber, ou até mesmo nos dizeres informais do cotidiano, não se pode separá-lo de uma estrutura que coloca as mulheres em desvantagem aos trabalhos, aos espaços aos viveres dos homens: é o patriarcado, “que como o próprio nome indica, é o regime da dominação- exploração das mulheres pelos homens”. (SAFFIOTI, 2015, p. 47). “É um sistema que privilegia homens e subordina as mulheres” (ANDRÉ, 1990, p. 342).

Assim como analisa Calió (1997, p. 02), é o sistema patriarcal que, por meio de suas concepções, “justifica a exploração através das diferenças biológicas, reforçando a ideia de uma "natureza" e de uma "essência feminina, limitando a criatividade das mulheres” dirigindo-as para “atividades que mais se adaptem às suas prioridades enquanto mulheres: esposas, mães, donas de casa”. De acordo com Reis (2015, p. 15), o patriarcado é um sistema econômico social em que os “homens se apropriam do trabalho das mulheres em benefício próprio”.

É o sistema que, muitas vezes, parece oculto para algumas mulheres que passam a vida assumindo múltiplas funções no espaço privado da casa, no espaço público da comunidade, no trabalho, pelo fato de serem mulheres, sem questionarem o porquê da sobrecarga de suas funções. Essa premissa é muito reforçada e

reproduzida pelos homens, que não realizam tarefas fora do contexto remunerado ou de mercado e que se consideram superiores às mulheres, e pelas próprias mulheres, que desde crianças são condicionadas a serem submissas aos desejos e às ordens dos homens, se responsabilizando por trabalhos que, apesar de serem menos prestigiados, são a base para o funcionamento da sociedade (CISNE, 2015).

Esses papéis patriarcais que determinam o que cada pessoa deve ser ou fazer, quais atividades são ditas femininas ou masculinas de acordo com seu sexo, não é de ordem natural ou fisiológica, são construções sócio-históricas de gênero, sendo, portanto, “os homens e as mulheres na construção de suas relações sociais, que irão determinar sua forma de ser, agir e pensar, enfim, determinar a ideologia e o modo de produção e reprodução da sociedade”.²

Instituições como a Igreja Católica acabaram por contribuir, historicamente, com essa ideologia patriarcal de dominação sobre as mulheres, com a configuração do modelo de uma boa mulher a ser seguido, que deveria ser semelhante à Maria, mãe de Jesus, com características de uma mulher santa, caridosa, assistencialista, assexuada, mãe exemplar e pura. Esse tipo de culto católico ficou conhecido como “marianismo”.³

Em cidades pequenas, como Muzambinho, onde a religião exerce ainda grande influência, esse modelo ideal de mulher a ser seguido continua dominando o ideário de mulheres de diversas idades, uma vez que as relações interpessoais são mais estritas. É comum que membros da própria comunidade cobrem da mulher que ela seja casada e que tenha filhos. Essa cobrança não é realizada aos homens.

A relação patriarcal ditando a vida das mulheres não é um fenômeno recente, advindo das novas formas de produção econômica. Saffioti (2015, p. 48) traz relatos que, já na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos. Ainda que esse poder hoje não exista mais, essa estrutura dá alicerces para que não se puna, moralmente ou pelos trâmites jurídicos, crimes de feminicídio, em que mulheres são mortas por serem mulheres. “O julgamento destes criminosos sofre, é óbvio, a influência do sexismo reinante na sociedade, que determina o levantamento de falsas acusações- devassa a é mais comum- contra a assassinada.” A vítima, então, “é transformada rapidamente em ré, procedimento este que consegue, muitas vezes, absolver o verdadeiro réu” (SAFFIOTI, 2015, p. 48).

² Ibidem, 2015, p. 59

³ Ibidem, 2015, p. 58-59

Isso demonstra que não apenas as instituições religiosas, mas as políticas carregam profundos modelos patriarcais. Das instituições, esses padrões são a todo o momento reproduzidos dentro ambiente das famílias, onde os homens podem dispor do tempo, da energia de trabalho e energia criativa das mulheres, mesmo sendo um complexo heterogêneo, com suas diferenças, porque suas raízes ainda estão bem estruturadas com outras relações de dominação, exploração ou opressão (BIROLI, 2018; SAFFIOTI, 2015).

Apesar dos avanços profissionais das mulheres, das ocupações em cargos públicos, políticos, da discussão que começa a surgir nas escolas, das pesquisas no meio acadêmico, é importante considerar que “a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos, quer na área profissional, quer na representação no parlamento brasileiro e demais postos eletivos políticos”. (SAFFIOTI, 2015, p. 112). Isso porque as divisões sexuais nos papéis de gênero continuam existindo. Para autora, ainda, é essa ideologia patriarcal de qual se embute o gênero.

[...] o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito (SAFFIOTI, 2015, p. 145).

Não obstante, além de as mulheres estarem abaixo dos homens em vários aspectos da convivência humana por essa condição histórica patriarcal, o capitalismo encontrou formas de explorá-las no ambiente de produção, no trabalho remunerado, ocupando os mais baixos postos. Isso ocorre também no ambiente familiar, usando do seu trabalho doméstico, cuidado e tempo para garantir que os outros membros trabalhem fora e recebam prestígio, enquanto as mulheres, na sustentação de todo esse processo, precisam lutar para conquistar (CISNE, 2015).

As relações patriarcais estabelecidas de forma incisiva sobre as mulheres, em razão das atribuições dos papéis de gênero, como ter a vocação natural para ser amável, benevolente e sensível, segundo a mesma autora⁴, é apropriada como “uma estratégia de intervenção junto à classe trabalhadora, com claros objetivos de atender aos interesses do capital”.

⁴ Ibidem, p. 57

O objetivo do capitalismo, de forma geral, é conseguir lucrar economicamente, independentemente dos fatores, condições ou pessoas que estejam envolvidas nos seus processos de mercado ou produção. É assim desde o seu surgimento com o fim do regime feudal e a passagem da Idade Média para idade Moderna e permanece acentuado pela combinação de três grandes processos (neoliberalismo, reestruturação produtiva e globalização), os quais proporcionam no território mudanças significativas no processo de apropriação dos recursos naturais e sociais (ARAÚJO, 2015a).

Para Saffioti (2013, p. 65-66), o aparecimento do capitalismo se deu em “condições extremamente adversas à mulher”, uma vez que, no processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher estaria em desvantagens sociais: a subvalorização de suas capacidades femininas e sua marginalização das funções produtivas, sendo situadas periféricamente no sistema de produção. Assim, no momento de surgimento da sociedade burguesa, na passagem para a modernidade, o capitalismo não deixou de explorar a mão-de-obra feminina.

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento de classe burguesa (SAFFIOTI, 2013, p. 67).

O nível de exploração das mulheres pela junção dos papéis femininos que a elas foram impostos com os trâmites do capital é tamanho que, mesmo sendo uma mulher que exerça trabalho remunerado fora do ambiente familiar, o trabalho doméstico, o cuidado da família, continua sendo atribuído a ela. No que se refere à exploração do trabalho feminino, Reis (2015, p. 13) afirma que “suas características físicas e biológicas, serviram de fatores para sua inferiorização, mantendo-a subjugada e, dessa forma, mais disponível à exploração”, o que significa que o capital se aproveita dessa diferenciação biológica imposta pelo patriarcado para desvalorizar e explorar a mulher.

Em certos momentos da história pré-capitalista, existiam redes de solidariedade familiar em que a responsabilidade sobre tarefas domésticas e sobre o cuidado das crianças era partilhada. O desenvolvimento do capital sobre as sociedades também

alterou essa rede de participações e contribuiu para a desvalorização do trabalho doméstico.

O desenvolvimento capitalista, ao instaurar a total autonomização da produção relativamente à produção social, originou, conseqüentemente, a segregação geográfica dos dois processos e a divisão rígida do tempo, ao longo do dia, do mês (semana e fim de semana), do ano (trabalho e férias) e da vida (ativa e inativa) [...] Nesse processo, a instituição familiar sofre grandes transformações: é nuclearizada, quebrando-se assim, as antigas redes de solidariedade familiar; as tarefas domésticas alteram-se, registrando-se uma crescente terceirização do trabalho doméstico, ou seja, a produção de serviços suplanta, progressivamente, a produção de bens; a reprodução social é partilhada entre o agregado e as outras instituições sociais e a definição das normas por que se rege escapam cada vez mais ao domínio familiar. Essas transformações justificam a subvalorização do trabalho doméstico na economia oficial, ignorando-o ou atribuindo-lhe um estatuto marginal (ARCHAMBAULT, 1985 *apud* ANDRÉ, 1990, p. 339-340).

Assim, o caminho para que as mulheres encontrem uma oportunidade de ingressar no mercado de trabalho formal e não fiquem apenas na “marginalidade” do trabalho doméstico, ainda hoje, está na “terceirização⁵ como porta de entrada para as trabalhadoras, que, por meio deste trabalho, muitas vezes precário, alcançam algumas conquistas como a aquisição de bens materiais e a emancipação social” (ARAÚJO, 2015a, p. 295). Essas oportunidades estão presentes, principalmente, em grandes centros urbanos e cidades médias. Nas cidades pequenas, em geral, até mesmo a oferta de trabalho terceirizado pode ser escassa para mulheres.

Em situações ainda mais preocupantes, em localidades onde a desigualdade social é fator reinante, serão as mulheres de baixa renda as mais afetadas por esse modelo econômico porque, além de serem exploradas pela condição biológica de serem mulheres, serão discriminadas e oprimidas também pela classe social. Muitas delas, chefes de família, acabam vivendo no limite da sobrevivência e “priorizam a alimentação do marido e dos (as) filhos (as), só permitindo-se à alimentação quando sobra algo, sempre com acesso menor e em pior qualidade que os homens”. Por isso,

5

Na terceirização, o empregador não assume um vínculo empregatício com seus empregados, o que possibilita uma redução no custo de produção, já que os encargos são mediados por outra empresa contratante. Ao transferirem a tarefa a uma terceira, deslocam também os custos trabalhistas e com isso podem dedicar mais atenção à atividade principal mais lucrativa. É uma relação trabalhista vantajosa para o capital, além da redução de custos com salários, explora a mão-de-obra barata das mulheres que necessitam se inserir no mercado de trabalho formal. Pode-se entender que ela se torna a forma mais visível da flexibilização e precarização do trabalho na contemporaneidade (ARAÚJO, 2015a).

segundo a autora, “essas mulheres sofrem mais com a subnutrição do que os homens pertencentes à mesma classe” (CISNE, 2015, p. 93).

Na realidade, segundo Saffioti (2013, p. 73), na sociedade de classes, o trabalho, “a par de ser alienado enquanto atividade, gera um valor do qual não se apropria inteiramente o indivíduo que o executa, quer seja homem, quer seja mulher”. A mulher, no entanto, “se apropria de menor parcela dos produtos de seu trabalho do que o faz o homem”. Ademais, quando consegue apropriar-se dos produtos de seu trabalho, que sempre será uma parcela menor por ser mulher, nunca o faz inteiramente, sempre reverte o que é seu em benefício do marido, da família e isso é muito nítido quando a mulher usa do seu salário unicamente para abastecer a casa, comprar produtos eletrodomésticos, roupas para crianças e maridos por exemplo.

Ainda, segundo a referida autora, o grau de integração que a mulher terá na sociedade de classes vai variar em função do que foi obtido entre seus papéis ocupacionais e seus papéis na família

Não há, pois, exagero em se afirmar que o estado civil da mulher condiciona, extensa e profundamente, sua participação em outras estruturas, definindo padrões diversos de sua integração na sociedade global. Considerando-se válida esta proposição, não seria legítimo falar-se de um único padrão possível de ajustamento social para a mulher. O fator sexo e o fator classe social combinados concorrem para definir comportamentos femininos socialmente aprovados para cada período da vida da mulher (solteira, simplesmente casada, casada com filhos pequenos, casa com filhos que já dispensam seus cuidados mais imediatos, viúva, divorciada ou desquitada), de acordo com sua situação econômica (SAFFIOTI, 2013, p. 430-431).

Sexo e classe social irão ditar os comportamentos das mulheres para que elas obtenham a aprovação social e, para autora, desde o início, a exploração econômica da mulher “faz-se conjuntamente com o controle de sua sexualidade. Já se analisou, ainda que ligeiramente, a unicidade do racismo e do sexismo”. Não é difícil encontrar, nos empregos mais subvalorizados, mulheres negras. Isso quando a mulher negra consegue ter um emprego remunerado. É claro que a situação se modifica a cada geração, com mais acesso a universidades, ao ensino, e com as novas pautas que discutem, atrasadas, os prejuízos de uma sociedade racista (SAFFIOTI, 2015, p. 138).

A questão é que a dominação e exploração sofridas pelas mulheres pelo fato de serem mulheres preexistiu ao capitalismo, mas esse não deixou, de modo algum, de se apropriar dessa desvantagem feminina. Dessa forma, “não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe

um processo de dominação separado de outro de exploração”, assim, ambos devem ser questionados e substituídos por uma sociedade em que as condições das mulheres possam ser igualitárias.⁶

Para os marxistas clássicos, a participação crescente das mulheres no mercado de trabalho seria suficiente para a progressiva libertação das mulheres, quando fosse permitido sua libertação financeira. Entretanto, André (1990) expõe que essa participação não originou uma situação de igualdade social, justamente porque não é só a exploração capital que atua contra as mulheres, mas uma série de normas patriarcais de gênero que ainda as oprimem.

Somente com a existência de uma nova ordem social, com mulheres livres e emancipadas, em que possam exercer sua criatividade, trabalhar sem alienação, longe de opressões e explorações, vivenciando seus desejos, uma sociedade “que possibilite a realização do humano, em não a sua coisificação e mercantilização”, na visão de Cisne (2015, p. 145), é que essas estruturas podem ser definitivamente rompidas e esquecidas.

Esse deve ser o caminho buscado para uma sociedade igualitária e sem repressões de desejos, sonhos, vida, e a luta por esses ideais, e outros, humanos e justos, deve ser constante. No entanto, enquanto existir essas estruturas opressoras, não se pode deixá-las de fora das análises de pesquisas e estudos, porque, principalmente em trabalhos como esse, irão permitir que a análise da realidade seja completa e não só de aparências.

2.2.1 Interseccionalidades e nós

Para a compreensão das realidades vividas pela mulher na sociedade, nos diversos âmbitos, é preciso que se estabeleçam relações que incluirão sua condição como mulher, sua classe social, sua cor, sua raça, sua sexualidade, suas identidades. Qualquer fenômeno que se queira estudar, na Geografia, ou em qualquer área do conhecimento, só permitirá a análise dos papéis femininos impostos, que determinam muitas das suas ações, quando as relações entre esses elementos forem estabelecidas.

⁶ Ibidem, p. 138

De acordo com Cisne (2015, p. 21), o gênero é, portanto, “um conceito cujo conteúdo se dissociado das relações sociais de classe e “raça”, e da luta pela erradicação das explorações e opressões daí decorrentes, pouco oferece como “arma da crítica”, assim, um estudo, uma pesquisa que pretenda entender as contradições de gênero não pode deixar de aliar essas outras relações.

Sobre não se poder analisar a realidade feminina e garantir a emancipação das mulheres apenas pela libertação das classes, Saffioti (2015, p. 134) acredita que o gênero é uma estrutura datada do início da humanidade, há cerca de 250-300 mil anos, enquanto as classes sociais propriamente ditas são um fenômeno inextricavelmente ligado ao capitalismo e, mais propriamente, à constituição da determinação industrial desse modo de produção, ou seja, à Revolução Industrial. São dois momentos distintos de sistemas que passaram a atuar na dominação e exploração das mulheres, em que o capital soube se aproveitar da opressão patriarcal já sofrida pelas mulheres.

Juntando-se às contradições do gênero e da classe social na compreensão da vida das mulheres, para “amarrar melhor esta questão”, é necessário juntar o racismo. “O nó formado por essas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão”.⁷

Assim, enquanto nó, cada uma dessas contradições engendradas por esses elementos vai adquirir características e relevos distintos. Quando se passa a analisar o motivo pelo qual a mulher ocupa uma posição inferior em uma empresa, agregando-se essas dimensões e suas subestruturas, é possível entender que o gênero, a classe e a raça estarão atuando nessa desigualdade e que ela é excluída, por vezes, “não apenas” por ser mulher, mas por ser mulher, negra e pobre. São muitas análises que podem ser feitas com essa junção, considerando cada estrutura, para que se compreenda as injustiças e que possam ser superadas.⁸

Partindo desse nó, com a contribuição de feministas negras que acrescentaram em suas discussões e lutas outras abordagens para se entender as desigualdades de gênero (Silva e Silva, 2014), surge outro conceito relacional conhecido por interseccionalidade e, dada a sua abrangência, pode ser considerada, também, na visão de quem a utiliza, uma ferramenta heurística ou uma teoria.

⁷ Ibidem, p. 134

⁸ Ibidem.

Muitas feministas que aderiram à interseccionalidade têm como ponto em comum nas suas pesquisas a busca por qual medida em que raça, gênero e classe social interagem com “a realidade sócio material da vida de mulheres na (re) produção e transformação de relações de poder”. Essas relações de poder, se estabelecem nas trocas e convívios com seus maridos, pais, homens pelos quais as mulheres têm contato durante a vida, e também pelas instituições públicas e religiosas que, a passos lentos, estão buscando transformações, mas que não ocorrerão brevemente enquanto não se considerar esse nó e outras relações, como as espaciais (RODRIGUES, 2013, p. 07).

O autor atenta para o fato de que a interseccionalidade precisa ser mais bem difundida no Brasil, um país marcado por profundas desigualdades raciais, de classe e de gênero, pois permite a consolidação de uma teoria feminista mais apropriada às especificidades locais (ibidem).

Complementa esse pensamento, Henning (2015, p. 118), para quem a noção de interseccionalidade abre um relevante espaço para análise de contextos específicos de construção de diferenciações e de desigualdades sociais, podendo também “proporcionar um potencial para analisar e colocar em relevo, as ferramentas agenciais para “desfazer”, “desmontar” e “desconstruir” possíveis desigualdades”. Essa articulação proposta pela interseccionalidade possibilitará a análise de distintas experiências vivenciadas no tempo e espaço.

Qualquer pessoa vivencia simultaneamente múltiplas categorias sociais, como gênero, raça, religião, classe, idade, opção sexual, etc. Essa concepção envolve considerar as identidades como fluidas, instáveis, complexas, e em estado permanente de construção/desconstrução. As pessoas vivenciam os processos identitários ao longo da vida concreta, e essa experiência contempla tempo e espaço. O conceito de interseccionalidade passa a ser utilizado como uma atitude metodológica de articular as diferentes categorias sociais vivenciadas pelos seres humanos e evidenciar que essas articulações resultam em diferentes experiências (SILVA, 2009, p. 108).

Esse entendimento, para Silva e Silva (2014, p. 29), vem do trabalho de Kimberlé Williams Crenshaw⁹, que se tornou imprescindível para realização de uma sistematização teórica sobre essas múltiplas e simultâneas pertencas identitárias, uma vez que, para a autora, “a interseccionalidade é um conceito que permite articular

⁹ Autora do livro “ On Intersectionality: Essential Writings of Kimberlé Crenshaw”, publicado em 1994.

os vários eixos identitários que estruturam as desigualdades sociais e geram a posição relativa das mulheres em determinado espaço-tempo”. No entanto, ressalta que é necessário considerar que as opressões vindas dos eixos de poder são distintas e, por isso, é preciso ter cautela com a complexidade dos variados fluxos que se encontram nessas intersecções, principalmente quando se pensa em minorias.

Dessa forma, considerar o estudo de gênero na Geografia, permitindo o destaque à vida e às ações de mulheres, por meio de suas múltiplas identidades, demonstra que a ciência geográfica não é neutra. Ela compreende o papel da mulher nas relações com o espaço e também identifica e critica os interesses patriarcais-capitalistas e as imposições sexistas e racistas que assolam a sociedade. Compreender os papéis socioespaciais das mulheres que migram do campo para cidade é também compreender a totalidade dessas relações.

2.3 GÊNERO NA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA: A VEZ DAS MULHERES

A abordagem da temática de gênero, assim como os estudos de mulheres na Geografia, é marcada pela construção de um saber científico que foi, e ainda é, pautado por conceitos e visões de mundo masculino, em geral, de homens brancos, que se dá desde a elaboração de conceitos na epistemologia geográfica ao acesso à academia e às publicações de prestígio.

O conhecimento geográfico em sua estruturação é tensionado por relações de poder (CESAR, 2019), que desconsidera por vezes a realidade social, a raça e a sexualidade e acaba por refletir na escolha dos temas que são discutidos pela ciência geográfica, sendo os estudos de gênero, então, considerados recentes nas produções científicas.

É importante ressaltar que os estudos e abordagens de gênero na Geografia não podem ser entendidos apenas como estudos sobre mulheres, pois essas abordagens envolvem também masculinidades e vivências chamadas “trans” que, para os autores, fogem da bipolarização dos sexos e gêneros estabelecidos socialmente. Porém, o destaque às mulheres nos trabalhos ocorre por ser uma oportunidade “científico-política de denúncia das injustiças presentes na organização socioespacial sexista”, uma vez que se reconhece a importância de cada espaço para expor essa desigualdade, já que as instituições ainda continuam, em sua maioria, com reflexos patriarcais e machistas (SILVA *et al.*, 2010, p. 26).

A invisibilidade feminina se faz presente na própria construção historiográfica do pensamento geográfico, tornando complexas as pesquisas de gênero que necessitam dialogar com conceitos clássicos feitos apenas por homens, impedindo, muitas vezes, de se obter uma compreensão da diversidade dos fenômenos estudados.

A ciência geográfica hegemônica é marcada por privilégios de sexo e de raça, características que dificultaram a expressão das espacialidades dos grupos das mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante. Durante muito tempo, as existências espaciais desses grupos ou de suas ações concretas não foram consideradas “adequadas” como objetos de estudos do campo da geografia. A razão de suas ausências no discurso geográfico deve ser entendida pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas espacialidades (SILVA, 2009, p. 26).

Assim, para Cesar (2019, p. 85), quando se analisa a construção do pensamento científico e sua realização, “é indissociável refletir que tal colocação se remete ao modelo eurocêntrico da construção de ciência, sendo este fortalecido com o crescimento econômico e construído a partir de forte traço patriarcal”. Porém, segundo autor, não é suficiente que se inclua mulheres, negros, homossexuais e uma minoria nos saberes científicos para que a lógica hegemônica de dominação acabe.

Isso porque o binarismo criado pela modernidade, que gerou hierarquias como “natureza/cultura, homem/mulher, razão/emoção, público/privado”, possui uma razão proposital também na ciência geográfica, de dominação e assimilação perversa de novos sujeitos de pesquisa. Assim, as mulheres não fazem parte da análise em estudos geográficos não por não serem seres espaciais, mas pelo apego, ainda, de tradições epistemológicas masculinas. (SILVA; CESAR; PINTO, 2015).

A incorporação, então, de conteúdos relacionados a gênero na Geografia, principalmente na vertente humana, nos meados da década de 1980, deu-se com o intuito de mostrar que as relações entre homens e mulheres são elementos que estruturam a sociedade. De acordo com André (1990, p. 335), a evidência ao componente gênero nessa ciência procura demonstrar as diferenças consideráveis entre homens e mulheres que a relação social e territorial engloba, por isso, a Geografia pode ser entendida como “a disciplina da confluência de muitas outras que permite, através de uma metodologia própria, a compreensão integrada das realidades sociais”.

Seria nessa perspectiva que a questão de gênero se enquadra na investigação geográfica. Até porque, para García (2002, p. 16), “os avanços de qualquer disciplina científica não podem estar à margem dos problemas sociais e dos debates públicos que suscitam, tampouco das mudanças nas construções gerais do pensamento filosófico e teórico”, ou seja, a ciência não pode ser neutra, não pode negar as múltiplas realidades existentes, assim como se espera que ocorra em cada análise geográfica.

Assim, para autora, “a incorporação da perspectiva do gênero na análise geográfica é tributária da chegada da corrente político ideológica feminista às ciências sociais como um todo”.¹⁰ Isso se explica pelo fato de que, em qualquer ciência que seja utilizada com aporte para um estudo de gênero, não se pode descartar a importância do feminismo, que foi um movimento que ressurgiu com força no mundo ocidental, desenvolvido nos anos sessenta e setenta, juntamente a uma cultura contestatória, que era a favor da mobilização social de grupos até então marginalizados ou oprimidos (LIMA; AMARAL, 2014).

O feminismo surge como força ideológica e política no século passado e embora abrigue divergências nos seus objetivos e estratégias em diferentes contextos territoriais, está associado a um compromisso com o fim da desigualdade (que não a diferença) de gênero e a emancipação das mulheres da opressão de gênero. Os seus seguidores tomaram como tarefa traduzir a sua motivação original em proposições relevantes para a grande massa de mulheres desprivilegiadas, de modo a mobilizá-las contra a opressão de gênero e classe (GARCÍA, 2002, p. 16).

E, a compreensão da contribuição do feminismo à Geografia deve ser acompanhada justamente da questão de gênero dentro da disciplina. Em meados dos anos 1970, dentro das concepções do pensamento geográfico, surgiu uma corrente de geógrafas que reagiram contra o androcentrismo¹¹, que coloca “o homem como principal agente de mudanças na paisagem - o homem e o meio físico, o homem e o meio ambiente, o homem e a cultura - a Geografia retrata, desde então, a humanidade como masculina, na lógica do um e do igual, do idêntico e do homogêneo, excluindo

¹⁰ Ibidem, p. 16-17.

¹¹

O termo androcentrismo foi criado pelo sociólogo americano Lester F. Ward em 1903, que se liga intrinsecamente à noção de patriarcado. É um termo que não se refere, entretanto, apenas ao privilégio dos homens, mas também à forma com a qual as experiências masculinas são consideradas como as experiências de todos os seres humanos e tidas como uma norma universal, tanto para homens quanto para mulheres, sem dar o reconhecimento completo e igualitário à sabedoria e experiência feminina (NASCIMENTO, 2020).

metade da humanidade, como se as mulheres não existissem no meio geográfico (CALIÓ, 1997). Ademais, as constatações das desigualdades também tiveram motivações socioeconômicas.

Mudanças socioeconômicas também favorecem a mobilização das mulheres, tais como a progressiva entrada de mulheres no mercado de trabalho e um avanço dos níveis de educação feminina, aliadas a mudanças demográficas como a crescente diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida das mulheres, reduzindo a proporção de seu ciclo de vida dedicado aos cuidados com a prole. É claro que estes movimentos ocorreram em períodos e intensidades diferentes tanto no mundo desenvolvido como nos países da América Latina. O fato é que se ampliaram e, de reivindicações mais pontuais, passaram a questionar a própria cultura ocidental, incluindo desde o relacionamento privado homem-mulher até a própria ciência considerada comprometida com a visão masculina do mundo. (SILVA, 1998, p. 106).

Sobre esses momentos diferentes de reivindicações, ocorreram a primeira, a segunda e a terceira ondas feministas. A primeira era fundamentada em reconhecer legalmente direitos entre homens e mulheres, como o voto e o direito ao trabalho, e datava-se no fim do século XIX até o início dos anos 1920. A segunda, já entre os anos 1960 e 1980, objetivava a igualdade de direitos ligados principalmente à liberdade sexual e às discriminações de gênero. Já a terceira onda, com uma espécie de crítica à segunda, pregava o reconhecimento das diferentes identidades femininas que eram centradas na visão única da mulher branca, acontecendo no início dos anos 1990 (SILVA, 2009).

O feminismo é um conceito no singular, mas que possui variadas vertentes, de acordo com as visões históricas e epistemológicas adotadas, sendo que as três mais discutidas ou divulgadas são as do feminismo liberal, do feminismo socialista e do feminismo radical.

Assim, o feminismo liberal foi criado para explicar as desigualdades de gênero de acordo com as atitudes sociais e culturais da população, tendo como objetivo introduzir reformas contrárias ao sexismo, à desigualdade no trabalho, na educação, buscando uma igualdade entre os gêneros (ORGÍLES, 2011). O feminismo socialista tem como propósito a queda do capitalismo e do patriarcado, uma vez que o capitalismo sustenta o patriarcado, a economia capitalista faz da mulher também uma consumidora crescente de bens e serviços e, ademais, o capitalismo patriarcal faz com que as mulheres trabalhem e não recebam por isso, portanto, devendo sempre ser combatido. E, o feminismo radical busca combater a exploração das mulheres da

qual os homens se beneficiam, negando a elas o acesso a postos de influência e de poder amparados pelas instituições patriarcais e por regras sociais criadas culturalmente. De acordo com essa vertente, a família é uma das fontes de opressão que mais afetam as mulheres por conta da variável sexo usar do fator biológico para considerar a mulher um ser inferior por ser mulher.¹²

É importante destacar também o feminismo negro na figura das mulheres negras que levantaram sua bandeira, enfrentando as lutas mais árduas para ser ouvido e difundido, uma vez que lidavam, ao mesmo tempo, com a opressão de raça e classe. Como foi construído em meio a uma diversidade de estruturas dominantes, as mulheres negras acabaram por ter um forte posicionamento político e engajamento social, fazendo com que se preocupassem com a emancipação social, lutando junto a homens contra violências cometidas das comunidades negras (SILVA e SILVA, 2014).

Muitas vezes, alvo de racismo de feministas brancas, as mulheres negras tiveram que construir seu próprio caminho no feminismo, e *bell hooks*¹³ se torna uma potente representação. O feminismo negro também teve fundamental importância para os estudos feministas em geral e para a luta política-científica do movimento pós-colonialista, criticando as opressões em igual patamar de diferentes mulheres e suas vivências, baseando o conceito de interseccionalidade.¹⁴

Essas são breves sínteses, que de maneira alguma procuram corresponder à totalidade, à diversidade das novas vertentes e à complexidade dos movimentos feministas em suas variadas implicações que, por meio de suas lutas e conquistas, passaram a interferir no modo de vida e nas conquistas, mesmo que iniciais, das mulheres na sociedade contemporânea. Dessa maneira, não podem deixar de serem citadas quando se entende que a Geografia se beneficiou das construções teóricas e lutas feministas. Para Reis (2015, p. 30), esse enriquecimento é mútuo, pois, a partir da Geografia, “o feminismo reconhece a base geográfica da vida social, que não pode ser completamente explicada sem conhecer o contexto espacial em que eles

¹² Ibidem, 2011.

¹³

Gloria Jean Watkins, mais conhecida pelo pseudônimo bell hooks é uma estadunidense autora de um dos primeiros textos do pensamento feminista negro. Sua obra mais expressiva começou a ser escrita durante a faculdade, conhecida posteriormente pelo mundo no livro “Ain’t I A Woman” publicado em 1981. Sua trajetória científica e feminista baseia-se na interseccionalidade de raça, capitalismo e gênero, e no que bell hooks pontua como a capacidade dessa interseccionalidade para produzir e perpetuar sistemas de opressão e dominação de classe (Silva e Silva, 2014).

¹⁴ Ibidem, 2014.

aparecem”. Do Feminismo, “a Geografia aprende a reconhecer a natureza pelo gênero das estruturas e padrões territoriais”.

Assim, se torna importante compreender o significado de quando são usados os termos “Geografia Feminista” ou “Geografia de Gênero”. A Geografia Feminista nasce no contexto da segunda onda dos movimentos feministas, (ORNAT, 2008, p. 314), sendo “aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo à explicação e interpretação dos fatos geográficos, e o gênero é um dos resultados dessas contribuições, ou seja, uma categoria útil de análise geográfica” (SILVA, 1998, p.108).

Isso porque a Geografia Feminista nasce para desafiar a crença que se existia sobre o saber geográfico universal já estabelecido, reivindicando visibilidades a grupos sociais que o conhecimento geográfico hegemônico excluía, contribuindo, ademais, com a Geografia Cultural, ao incorporar gênero, identidade e representação no espaço social, avançando a ciência com tais integrações (SILVA, 2009).

García (2002, p. 18), em suas análises, relata que se pode definir a Geografia de Gênero como “uma perspectiva que incorpora, à análise espacial, a discussão sobre as localizações, o enfoque de gênero, a discussão sobre a construção da relação social de poder entre homens e mulheres”, como uma concretização do gênero no discurso geográfico. No entanto, Silva (1998, p. 107-108) adverte que “a Geografia de Gênero não é “Geografia das ou de mulheres”, pois assim pareceria que só estudaríamos a metade da humanidade e que somente as mulheres poderiam fazer uma Geografia feminista”. Assim, continua a autora, estudar gênero na Geografia não é estudar apenas mulheres, uma vez que os homens podem ser pesquisadores que adotam perspectivas feministas em suas análises.

Alguns autores diferenciam Geografia Feminista e Geografia de Gênero, considerando a primeira como aquela que busca uma transformação não só da Geografia, mas também da forma como vivemos e trabalhamos e, a segunda, aquela que trata o gênero como uma dimensão da vida social que deve ser incorporada nas estruturas existentes (ibidem). Outros pesquisadores, como Lima e Amaral (2014), expõem que essa diferenciação remete a uma discussão ampla e propõem uma combinação a qual, na Geografia de Gênero, o feminismo faria parte das contribuições teóricas para explicação e interpretação dos fatos geográficos.

Na realidade brasileira, o feminismo começa a ganhar contornos, conforme o relato de Reis (2015), em plena ditadura militar, em que havia forte concentração de

renda e falta de liberdade política, criando uma situação ainda maior de opressão para mulheres. Saffioti (2013) expõe como o movimento feminista brasileiro foi importante para o despertar da consciência da mulher aos seus problemas e da sociedade em geral, além da aspiração para emancipar-se por meio do trabalho.

Não há dúvida de que o movimento feminista brasileiro - e, dentro daqueles que se desenvolveram na mesma linha ideológica, sobretudo liderado por Bertha Lutz - desempenhou funções de uma força social construtiva. Conquanto não tenha obtido pleno êxito e nem tenha contado, mesmo na sua fase de apogeu, com a adesão de grandes massas femininas, desempenhou relevante papel no que diz respeito ao despertar da consciência da mulher não apenas para os seus problemas, como também para todos os problemas do mundo moderno, que, em última instância, a afetam direta ou indiretamente. A organização do movimento feminista no Brasil, apesar de ter resultado da importação de ideias que não encontravam muito eco na sociedade brasileira (neste sentido, teria, se houvesse tido pleno êxito desde seu início, criado um grande hiato entre a legislação referente à mulher e as verdadeiras relações sociais que a inferiorizavam), inoculou, em boa parcela das mulheres, a aspiração de libertar-se e de emancipar-se através do trabalho, processo este que foi amadurecendo à medida que, efetivamente, iam os elementos femininos penetrando em áreas até então reservadas exclusivamente aos homens.¹⁵

Os estudos de gênero no Brasil também acompanharam os movimentos sociais feministas em suas abordagens. Em várias escalas e lugares do mundo, na década de 1970, esses movimentos consolidaram novas forças políticas, onde passaram a surgir movimentos sociais anticoloniais, étnicos, raciais, de homossexuais, ecológicos e de mulheres entre os mais expressivos, apresentando no fim dos anos 1980 e durante os anos 1990, essas novas formas de atuação na sociedade (SILVA, 2000). Para a autora, incorporar, então, “as contribuições teóricas do feminismo e estudar empiricamente como o espaço é modificado por esses movimentos, é tarefa emergente para quem quer compreender os novos espaços geográficos”.¹⁶

Isso significa que não se pode desconsiderar todos os processos e conquistas dos movimentos feministas, seja no mundo, seja no Brasil, para a construção de pesquisas que envolvam mulheres, principalmente quando, na Geografia, se trabalha sua relação com o espaço e com a sociedade. Desse modo, uma das maiores contribuições do feminismo na Geografia foi possibilitar a crítica à epistemologia masculina universal na produção do conhecimento geográfico.

¹⁵ Ibidem, p. 382.

¹⁶ Ibidem, p. 09.

Por que a geografia brasileira é pouco permeável à abordagem de gênero? Desde a década de 70 há uma produção científica que questiona a ausência das mulheres na ciência geográfica, e ela se aprofundou nos anos 80 e 90, com a incorporação da interseção de categorias sociais como classe, gênero, raça e sexualidades. O desenvolvimento da crítica epistemológica ao monotopismo da produção geográfica moderna - objetiva, neutra e universal -, que suplantava e invisibilizava vários sujeitos (as) não identificados (as) com o homem, branco, heterossexual, ocidental e cristão, foi e ainda é uma das maiores contribuições da corrente chamada “geografias feministas” (SILVA, 2009, p. 55).

Outra importante consideração exposta pela autora é como a Geografia brasileira ainda carrega marcas e subjetividades coloniais. A história científica brasileira também é repleta de personagens europeus, e isso reflete na prática geográfica, fazendo com que determinados grupos sejam valorizados em temáticas de pesquisas desenvolvidas, como homens brancos, áreas metropolitanas em detrimento a mulheres não-brancas e cidades pequenas, por exemplo. É algo pelo que a Geografia deve sempre se atentar se tiver pretensão de compreender as diferentes realidades socioespaciais brasileiras, não deixando de negar seu passado colonial, mas usá-lo como visão para compreender os fenômenos, e não o ponto de vista de uma modernidade europeia. Sendo assim, superar o eurocentrismo na produção de uma geografia brasileira não é, portanto, “adotar uma postura autocentrada, ignorando a produção científica estrangeira, mas produzir um saber de forma dialógica, de modo que todos os grupos possam construir as versões plurais da realidade social”.¹⁷

Silva (2009) explica que, embora no Brasil tenha sido necessário um tempo maior para que pesquisas com a temática de gênero começassem a ser desenvolvidas pela ciência geográfica, nos países anglo-saxões elas já eram desenvolvidas desde a década de 1970, impactadas pela Geografia Feminista, e com mais expressão ainda nos anos 1990. Ela se desenvolveu a partir dos centros universitários norte-americanos e europeus, enquanto a geografia brasileira traçou seus próprios caminhos com relação às temáticas de gênero. A autora elaborou um quadro da evolução do campo da geografia feminista nos países anglo-saxões, a fim de determinar quais são as principais teorias, conceitos e métodos deste subcampo da ciência geográfica.

Partindo das tradições no âmbito geográfico da investigação feminina, Ornat (2008) realiza análise semelhante à de Silva (2009), partindo dos seus quadros-

¹⁷ Ibidem, p. 80.

sínteses com as perspectivas das Mulheres na Geografia; do Feminismo Socialista; do Terceiro Mundo/Feminismo e políticas da diferença; e Feminismo e a nova Geografia Cultural, relacionando suas abordagens teóricas, referências metodológicas e tópicos de pesquisa ao longo do percurso feminista na Geografia. Os autores demonstram que os primeiros trabalhos geográficos foram desenvolvidos sob a ótica marxista e, posteriormente, foram surgindo as perspectivas desconstrucionistas do conceito de gênero, que acabaram por reivindicar novas formas de produzir o saber geográfico.

Assim, incorporar essas novas temáticas nos estudos científicos foi um processo. A compreensão lançada pelas ideias feministas de que as diferenças de gênero são elementos que estruturam a realidade socioespacial, assim como as relações de classe, não foi facilmente aceita no âmbito geográfico. As questões consideradas eram as que diziam respeito apenas às mulheres e eram alvo de interesse de poucas geógrafas, não havendo o entendimento de que as relações de gênero eram relevantes também para os homens e para toda sociedade (SILVA, 2009). Dessa forma, para a autora,

[...] embora as geografias feministas lutassem por um espaço teórico e político em que os eixos de poder das diferenças de gênero pudessem ser analisados, isso não quer dizer que essas diferenças possam ser isoladas conceitualmente de outras categorias de estruturação social, como classe, raça, religião, sexualidade, e assim por diante. Assim, o projeto feminista da geografia é ambicioso, porque, além da complexidade teórica que lhe é inerente, há um compromisso político explícito com as transformações das estruturas de poder criadoras das diferenças de gênero, que atribuem às mulheres um status social inferior ao dos homens. Isso demanda um trabalho que envolve desde relações cotidianas do espaço privado até relações sociais mais amplas, como o capital, o trabalho, a propriedade privada, o Estado e as religiões.¹⁸

Assim, a análise feminista de gênero na Geografia deve envolver outras categorias que possibilitem a compreensão da sociedade e que exponha as estruturas de poder que desvalorizam a mulher, tanto em esfera pública, quanto na privada. O cuidado com a escolha da escala de análise também deve ser cauteloso, porque se pode tornar grupos sociais invisíveis ou potencializar a visibilidade da ação de grupos vulneráveis que, quase sempre, são desprezados nas pesquisas da Geografia brasileira (SILVA *et al.*, 2010).

¹⁸ Ibidem, p. 36-37.

André (1990) já alertava para importância de serem trabalhados alguns conceitos e questões quando se pretende realizar uma análise geográfica que tenha a problemática de gênero como cerne, questões essas que, mesmo com o aumento da participação feminina em várias esferas, permanecem ditando comportamentos desiguais e exclusivos na contemporaneidade.

Se é verdade que a participação social das mulheres aumentou na economia formal, na política, na cultura e noutras instâncias da sociedade, é também verdade que as mulheres continuam a assegurar o trabalho doméstico, a assistência familiar e a educação das crianças. Público e privado, produção e reprodução, trabalho e lazer, trabalho formal e informal são conceitos indissociáveis quando a problemática do gênero está presente na análise geográfica.¹⁹

Dessa maneira, um trabalho como este que procura investigar as novas relações de trabalho e os novos papéis socioespaciais da mulher que migra do campo para cidade, em um contexto geográfico, não poderá deixar de tratar também os espaços públicos e privados, o trabalho produtivo e reprodutivo dessas mulheres e outras variáveis e conceitos que permitem analisar as relações espaciais da mulher de modo mais amplo. Ademais, para Silva e Silva (2014, p. 18) é preciso superar a visão binária dos fenômenos e de como se estudam as pessoas, “já que suas identidades se compõem de uma imensa possibilidade de combinações de facetas identitárias em tempo e espaço. É preciso superar o essencialismo das identidades e criar uma análise política de suas articulações e negociações”, ou seja, ir além da dualidade feminino/masculino e entender que há uma história, um contexto, uma política e uma série de elementos que interferem nas representações da sociedade.

As autoras também apontam que é nessa perspectiva que a ideia de interseccionalidade pode ser articulada à pesquisa geográfica. “Se a experiência das pessoas é concreta, ela é também espacial”, isso porque uma pessoa pode vivenciar simultaneamente várias facetas como “gênero, raça, sexualidade, classe, nacionalidade, religião, deficiência funcional etc., mediadas pelo espaço e pelo tempo, que são fundamentais na consideração do movimento destas intersecções”.²⁰

Assim, pessoas e suas espacialidades estão em constante movimento, por isso a importância também de se discutir a evidenciação do espaço nos estudos de gênero.

¹⁹ Ibidem, p.337.

²⁰ Ibidem, p. 18.

2.3.1 O espaço nas análises de gênero

O espaço carrega muitas interpretações na história da ciência geográfica. Dentro dos estudos de gênero, essa multiplicidade permanece, pois suas análises correspondem a uma série de relações estabelecidas com os comportamentos e vivências da sociedade que serão alteradas e moldadas em função desse espaço e do tempo.

Na Geografia, em geral, de acordo com as considerações sobre o espaço geográfico feitas por Corrêa (1995, p. 37), o espaço tem um papel privilegiado como “incorporador das materialidades e das ações humanas advindas do processo de conhecimento, sendo através dele que se impõem as relações sociais e as de produção, que se dão em toda complexidade do mundo real através de suas formações”. Assim, entender as relações de trabalho, as relações econômicas, políticas, se torna uma forma de compreender o espaço.

As relações de gênero devem, nesse sentido, ser abordadas enquanto agentes centrais na construção do espaço e, a Geografia, enquanto uma ciência que analisa a organização e produção do mesmo, pode e deve, cada vez mais, ampliar suas reflexões sobre as relações de gênero, entendendo-as como parte das práticas espaciais que permite desvendar a base da organização geográfica das sociedades (REIS, 2015).

As geógrafas feministas foram as principais responsáveis pós-década de 1970 por trazerem a questão da mulher nos estudos de gênero na Geografia. No início, com trabalhos mais descritivos e, com o passar do tempo, incorporando a relação de gênero à análise da estrutura social e espacial das sociedades. Passaram a inserir as temáticas de relações sociais entre os sexos, divisão sexual do trabalho, relações entre produção e reprodução, entre capitalismo e patriarcado, com a finalidade de visibilizar a relação específica das mulheres com o meio ambiente e com o espaço (CALIÓ, 1997).

Em suas análises, Orgilés (2011) explica que esse processo de se estudar o espaço nas perspectivas de gênero foi marcado por vários questionamentos e incertezas, pois desde que se institucionalizou a Geografia como disciplina acadêmica, ainda se tinha o espaço como um suporte neutro, homogêneo e assexuado. O gênero não era considerado como uma variável capaz de explicar os fenômenos socioespaciais e, nesse caminho, foi essencial à atuação das geógrafas

feministas.

Para Reis (2015, p. 24), são relações que não se separam, pois na Geografia se deve “pensar as relações de gênero como variáveis dos processos de transformações do espaço, pois as relações sociais são elementos constitutivos na estruturação do espaço, estando intimamente associadas com as de gênero e classe”. Tal visão nunca foi enxergada pelos discursos hegemônicos masculinos, por anos na história da Geografia.

No Brasil, os estudos geográficos envolvendo espaço e gênero também não foram muito comuns entre os pesquisadores até o fim da década de 1990 e, para Silva (2000), pode-se citar como pioneiro o trabalho da geógrafa Rosa Ester Rossini (1998), cuja temática sobre a presença da mulher na lavoura canavieira paulista foi abordada em sua tese de Livre Docência. Em uma entrevista realizada por Vale (2020, p. 413- 414), Rosa Ester Rossini relata esse seu pioneirismo nos estudos geográficos de gênero.

Demorei 12 anos para defender a livre docência, por que como introduzir a questão de gênero na geografia? Nessa altura, eu era representante do Brasil, da América do Sul da comissão da geografia da população da União Geográfica Internacional. Aí, teve o primeiro evento sobre gênero em Cagliari, na Sardenha (Itália). Aí eu fui pra lá. Consegui que a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pagasse a passagem e eu fui assistir o primeiro evento sobre gênero, mas era “O trabalho de la donna”. Mulher é donna. Aí, eu fui à Inglaterra. Porque as coisas não eram tão fáceis assim, não tinha internet, não tinha nada pra você comprar os livros e, por reembolso postal, era caro. Aí, eu fui à Inglaterra comprar um livro, o primeiro livro sobre geografia e gênero. Paralelamente, eu tinha... isso aconteceu no segundo semestre, setembro. Em julho teve uma reunião da União Geográfica Internacional, preparando um evento no Brasil. Eu organizei, em São Paulo, um seminário sobre geografia e gênero. Não se chamava gênero, era o trabalho da mulher. Aí, foram sociólogos, antropólogos apresentar e eu, mas tinha a Maria Helena, que trabalhava no IBGE, que me “cutucou”, quando comecei a falar: “o que é de geografia aí”? Daí, eu vi que realmente eu não estava conseguindo avançar. E eu só fui avançar na discussão de gênero, que foi o fio condutor, através do trabalho, no qual a mulher produz e reproduz o espaço, porque a mulher não era categoria de análise na geografia. Objeto da geografia qual era? O espaço. Então, é só através do trabalho que se produz e reproduz o espaço. Aí, foi que eu peguei o fio condutor e apliquei no campo de novo. Foi em 1985. Em 1986, eu fui a campo de novo. Eu tinha ido em 1977. Fui a campo de novo, mas aí com mais segurança. E essa mania que eu tinha de guardar coisas, tinha guardado os 400 questionários. Aí, eu fui ver quais os questionários que estavam mais completos e selecionei 36 dos 400 e apliquei um número equivalente. Aí, eu pude comparar e foi assim que eu fiz a minha livre-docência. O que tinha acontecido num período de 10 anos, aproximadamente, em relação ao trabalho da mulher e o conceito da mulher em relação ao trabalho. Valeu a pena!

A situação não se modificou muito no cenário científico, de acordo com Silva e Silva (2014), para as quais os traços da ciência moderna permanecem nas pesquisas de gênero e em como o espaço é representado.

Os traços característicos da ciência moderna, como a objetividade, a racionalidade e a distância do pesquisador do objeto de estudo, permanecem como componentes habituais na geografia brasileira hegemônica. Com frequência, seja em textos de pesquisadores principiantes ou experientes, esses traços são expressivos na forma como o espaço é representado na produção geográfica brasileira. Em geral, há consenso de que o espaço é uma instância da sociedade. Entretanto, os sujeitos sociais capazes de produzir o espaço geográfico são agentes econômicos, institucionais, movimentos sociais que produzem uma análise espacial a partir de estruturas que diluem as diferenças dos sujeitos e sua realidade cotidiana. (SILVA; SILVA, 2014, p. 17).

Desse modo, Silva (1998) expõe que não se pode entender o espaço como neutro no ponto de vista de gênero justamente por haver desigualdades entre os sujeitos sociais que comandam a produção espacial. Valendo-se das considerações de Martinez (1995), a autora compreende que, em algumas temáticas geográficas, não se pode ignorar o enfoque de gênero, como sua ligação com os conceitos chaves na Geografia, como é o espaço, as diferenças territoriais nos papéis e relações de gênero e o uso e experiência distinta do espaço entre homens e mulheres em diferentes escalas.

Essas relações podem acontecer de uma forma local, regional como a migração de mulheres do campo para cidade em Muzambinho, ou até de uma forma global, como as migrações internacionais.

Existem variadas formas de trabalhar e produzir gênero para García (2002, p. 12), sendo que todas elas possuem “sua especificidade espacial e histórica, variando em um amplo leque de escalas geográficas”. Assim, para a autora também, não se pode desconsiderar o espaço, o tempo e a escala nessas análises. Silva (2009, p. 48). Nesse mesmo sentido, utiliza-se dos estudos de Massey (1994), que realiza uma análise espacial a partir do entrecruzamento de escalas, para quem há a compreensão de que “os lugares são interseções, tanto de dinâmicas locais como globais; isso quer dizer que as relações sociais que ali operam estão relacionadas às múltiplas escalas espaciais, e é justamente o cruzamento delas que define a especificidade dos lugares”. Desse modo, nos estudos de gênero é importante que não se descarte essas dinâmicas.

Outro fator que deve sempre ser lembrado nos estudos espaciais de mulheres, para a autora, é que “cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizada, com primazia dos homens em relação às mulheres”, assim não se pode pensar as relações espaciais a serem estudadas sem considerar que existe essa desigualdade patriarcal intrínseca.²¹

A autora defende ainda que as mulheres têm uma existência espacial passível de ser analisada geograficamente, assim como qualquer fenômeno social, e os fatores que não tornam visíveis algumas abordagens são “a incapacidade das pessoas de ultrapassar os limites da segurança do pré-estabelecido, a repetitiva aplicação de “técnicas” e, ainda, a mera operacionalização de conceitos” (ibidem, p. 89) e, dessa maneira, estudar as realidades dialéticas das mulheres pode ser encarado como um desafio para quem mantém as velhas concepções na ciência geográfica. Assim, ao abordar o papel da geografia, Reis (2015, p. 31) defende que a mesma

[...] deve trabalhar no sentido de instrumentalizar para lidar com a espacialidade e com suas múltiplas aproximações, buscando demonstrar a compreensão da vida social refletida sobre os diferentes agentes transformadores do espaço. Desta maneira, é possível que o indivíduo perceba as contradições e os conflitos sociais e avalie as maneiras de apropriação e de organização dos grupos sociais.

Então, estudar os papéis socioespaciais que a mulher vivencia e produz no campo, analisar se são os mesmos que ela mantém na cidade quando migra, suas relações de trabalho, as opressões pelas quais lida, sua história, sua raça, sua condição econômica, sua classe, sua sexualidade, sua visão cultural, suas lutas são uma forma de instrumentalizar essa espacialidade. Configura-se, também, como uma maneira de entender a organização e produção do espaço no conhecimento geográfico de uma forma que não priorize apenas os mesmos sujeitos, mas a realidade diversa de mulheres que oferecem possibilidades de criar uma ciência mais diversa, justa e próxima das realidades existentes.

Assim, entender a migração de mulheres em Muzambinho é uma maneira de evidenciar todas essas questões. Partindo da análise de uma cidade pequena, com relações estritas com o campo, pode trazer novas perspectivas para as análises socioespaciais de mulheres na Geografia. Antes de tudo, é importante conhecer alguns aspectos que caracterizam o município estudado.

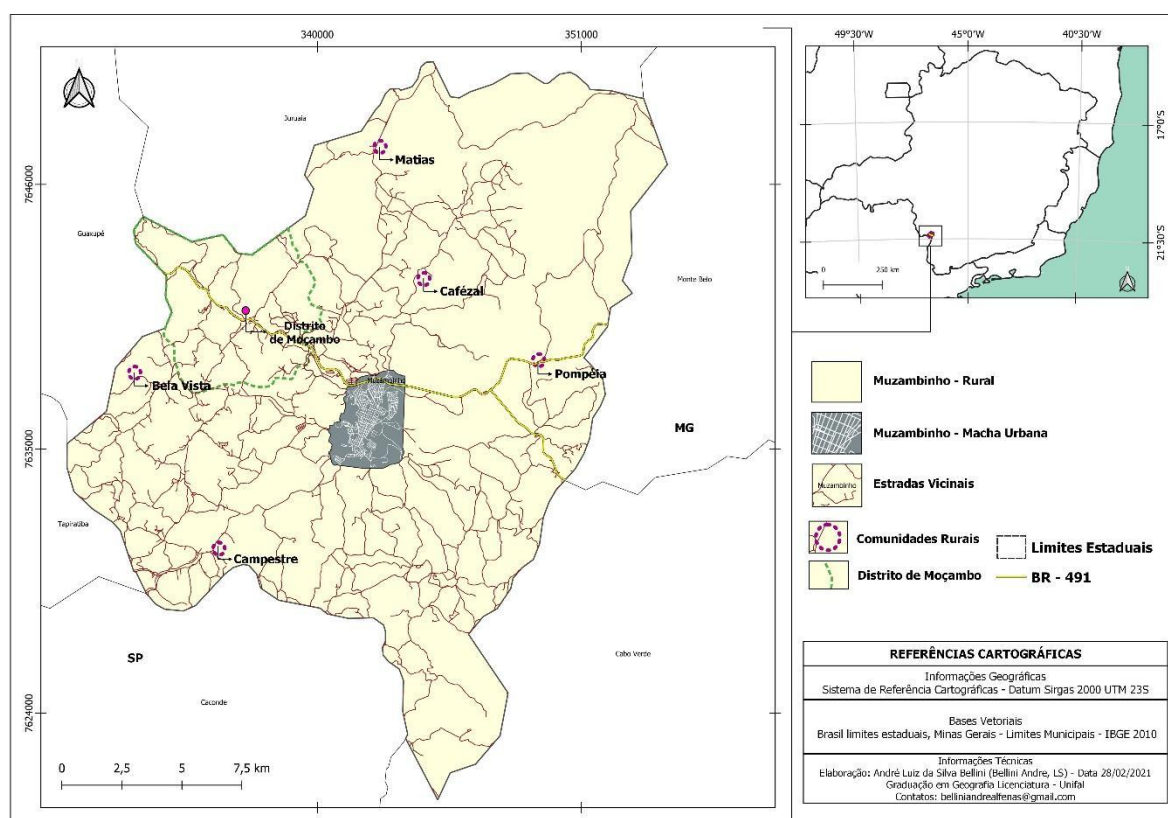
²¹ Ibidem, p. 35.

3 MUZAMBINHO NO CONTEXTO DA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE

Muzambinho, dentro dos aspectos populacionais, é considerada uma cidade pequena que, no contexto de rede urbana do sul de Minas, obedece a certas hierarquias de cidades médias e pólos regionais. No entanto, não perde sua importância na dinâmica local e microrregional.

É um município que se localiza na mesorregião Sul/ Sudoeste de Minas Gerais (FIGURA 2). A sua população, estimada em 2020 (IBGE), é de 20.545 habitantes. A área do município é de 414,0 km² e a densidade demográfica de 49,84 hab./km². Tem uma altitude média de 887 metros e uma temperatura média anual de 18°, com uma precipitação média anual de 1605 mm, fatores climáticos que acabam contribuindo para que, dentro do aspecto produtivo, a cafeicultura se destaque.

Figura 2 - Mapa de localização geográfica do município de Muzambinho/MG



Fonte: IBGE; IGTEC-MG. Org.: André Luiz da Silva Bellini (2021).

De acordo também com os dados estimativos do IBGE (2018), a população trabalhadora tem um salário médio anual correspondente a dois salários mínimos e a

taxa de escolarização de crianças entre 7 a 14 anos chega a quase 98%. A sua população de homens e mulheres se equipara, com uma expectativa de vida média de 77 anos para homens e 82 para mulheres.

Socioeconomicamente, há que se considerar como uma cidade pequena e com uma ruralidade arraigada na cultura da sua população, também muito expressa por sua ligação com as atividades econômicas dependentes do campo. Por conta de sua localização, não apresenta investimentos grandiosos, indústrias ou empresas estrangeiras por não estar ligado a rodovias que permitam o escoamento que interessa ao capital (ARAÚJO, 2016), embora, indiretamente, a produção de café do município seja transferida ao exterior por intermédio de cooperativas inseridas no mercado internacional.

Sobre a distribuição dos setores territoriais em rurais ou urbanos, Guida (2011, p. 30) aponta: “a respeito da espacialidade do município de Muzambinho, o IBGE divide 33 setores, sendo 11 rurais e 22 urbanos. A prefeitura municipal considera a existência de 41 comunidades rurais. Assim, considera-se que o território de Muzambinho é significativamente rural”. Quando se observa o mapa da figura 1, percebe-se a proporção da área rural em relação à mancha urbana no município.

Mas, essa ruralidade é expressa não apenas pelo número de setores rurais considerados. Há uma diversidade de instâncias econômicas, políticas, ideológicas-culturais que caracterizam os fenômenos ou arranjos espaciais existentes na relação entre o campo e a cidade (MOREIRA, 2009). Essas relações serão apresentadas ao longo do trabalho.

A relação campo-cidade é bem evidenciada com a presença de ruralidades na cidade e também urbanidades no campo, com aspectos culturais e socioeconômicos que demonstram um modo de vida característico de cidades pequenas.

3.1 APONTAMENTOS DA RELAÇÃO CAMPO- CIDADE

A relação campo-cidade, por vezes, é caracterizada como uma relação complexa. As razões para tal entendimento podem estar ligadas a fatores como o processo histórico das dinâmicas do campo e da cidade e sua alteração em função das técnicas, do capital e de um novo desenvolvimento espacial.

O critério utilizado pelo IBGE para definir cidade é o Decreto-lei nº 311, instituído pelo Estado Novo em 1938, que transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais. Desse modo, se a cidade é definida como a área do distrito sede, logo, o campo é o que não é cidade. O urbano, o que não é rural (VEIGA, 2003).

O espaço rural acabou sendo definido a partir dos interesses fiscais dos poderes municipais, como ocorre muitas vezes na instituição de distritos em municípios pequenos, visando apenas a arrecadação de impostos urbanos, sobretudo o IPTU. Essa distinção arbitrária acaba gerando distorções da realidade socioeconômica brasileira e resultando na inadequação de políticas públicas destinadas à população rural.²²

Existem, de maneira geral, duas correntes que interpretam a relação campo-cidade e que estão frequentemente presentes nos estudos da temática. Uma delas, a visão dicotômica, é marcada pela oposição entre o campo e a cidade, entre o rural e o urbano, em que o campo refletiria uma situação de atraso frente à cidade moderna e desenvolvida. Outra, é a visão de um híbrido rural-urbano, que é interpretada pela aproximação do rural com a realidade urbana (RUA, 2005).

A visão de um campo como resíduo da cidade se intensificou com a polarização constituída na modernidade, concentrando na cidade o poder político, o capital, a cultura, um modo de vida que colocou o campo cada vez mais como rústico e atrasado. Mudanças no modelo produtivo e organizacional do campo, no entanto, despontaram um “novo rural”, que manteve visão produtivista, mas gerou novos qualitativos para relação campo-cidade, que se integraram, sem perder suas especificidades.²³

Assim, dentro desse processo comandado pelo modo de produção capitalista, é preciso que se entenda campo e cidade não como espaços que se sobrepõem. Ao contrário, precisam ser entendidos numa totalidade que se inter-relaciona, se complementa. Isso não significa que as diferenças entre ambos foram eliminadas, mas que se tornaram cada vez mais profundas, guardando suas particularidades e, ao mesmo tempo, expressando características gerais da totalidade espacial (OLIVEIRA, 2013).

²² Ibidem, 2003.

²³ Ibidem, p. 48, grifo do autor.

Com relação aos processos contraditórios e desiguais do capitalismo, devemos entender que eles têm sido feitos no sentido de ir eliminando a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética. Isso quer dizer que campo e cidade, cidade e campo formam uma unidade contraditória.²⁴

Desse modo, é importante ter a percepção do campo e da cidade como resultado de interações múltiplas, não hierarquizadas, sem permitir que a homogeneização ou a dicotomia imposta a eles rompam com a dialética de sua relação (RUA, 2005). A relação campo-cidade então, se mostrará de acordo com a atuação do capital e suas dinâmicas. Nas cidades pequenas, essa relação pode apresentar contornos estreitos, com aspectos urbanos no campo e rurais na cidade.

3.2 DINÂMICAS DAS CIDADES PEQUENAS

As cidades pequenas se organizam tanto dentro de uma lógica de funcionamento interna, local, quanto externa, regional e global, e se configura uma perda científica se não considerar suas particularidades e processos nos mais variados estudos.

Ainda assim, quando se trata de definir cidades pequenas, muitas vezes leva-se em conta apenas o fator populacional que, de acordo com as definições do IBGE, seriam as cidades que abrigam menos de cinquenta mil habitantes. As definições que consideram apenas esse fator, para Moreira Junior (2013, p. 20), podem não refletir a realidade das cidades, pois em regiões de baixa densidade demográfica, uma cidade de 50 mil habitantes poderia ter características de uma cidade média. Assim, para o autor, “há diferenças entre cidades pequenas antigas e novas; entre aquelas inseridas em áreas metropolitanas e não metropolitanas”.

Desse modo, a cidade pequena seria aquela “com complexidade de atividades urbanas que extrapola o denominado nível mínimo, mas que tal complexidade de atividades urbanas não gera elementos necessários para que as mesmas possam ser consideradas cidades intermediárias” (Ibidem).

Corrêa (2011, p. 6) traz, em seus estudos, várias definições do que considera como uma cidade pequena, sendo que uma delas se relaciona com a ligação expressa entre o campo e a cidade.

²⁴ Ibidem, p. 64.

A pequena cidade é entendida como um núcleo de povoamento no qual certa parte da população está engajada em atividades ligadas à transformação e circulação de mercadorias e prestação de serviços. A parte da população engajada em atividades agrárias é maior ou menor e isto pode levar a se pensar em um “continuum” rural-urbano, sem um rígido limite entre núcleos urbanos e núcleos rurais, nestes casos podendo-se falar em habitat rural concentrado.

Nessa direção, muitos trabalhos visam traçar relações entre os centros urbanos e seu entorno rural e as ruralidades que marcam o modo de vida nestas cidades. Já em outros casos, o que se analisa é a dependência em relação ao contexto urbano e regional circundante, englobando também a análise da hierarquia urbana e as estratégias de planejamento e gestão do território (MOREIRA JÚNIOR, 2013). Assim, Corrêa (2011) traz uma definição para cidade pequena em que justamente se privilegia a análise pelo grau de centralidade em detrimento do tamanho demográfico:

A pequena cidade pode ser mais bem definida em termos do grau de centralidade do que em termos de tamanho demográfico. Ela se caracteriza por ser um centro local, isto é, um centro que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia, onde vive uma população dispersa dedicada sobretudo às atividades agrárias (Ibidem, p.6).

A análise desses fatores contribui para as definições de cidades pequenas, que são múltiplas e cheia de complexidades. Um dos elementos que muitas vezes fica oculto é sua relação com o global. Um mundo urbanizado afeta inerentemente as cidades pequenas: “o processo geral de urbanização é um fenômeno múltiplo, diferenciado e multidimensional, de caráter mundial. Essa mundialidade atravessa inclusive as pequenas cidades”. Dessa maneira, a compreensão do conceito de cidade pequena e de suas funções é mais efetiva quando se privilegia seu entendimento a partir de uma rede urbana conectada com o global, que possui suas hierarquias e centralidades (DAMIANI, 2006, p. 145). É nessa perspectiva de hierarquias e centralidades dentro de uma rede urbana que se procura estudar Muzambinho.

3.3 AS RELAÇÕES RURAIS E URBANAS EM MUZAMBINHO-MG

O modo de vida nas cidades pequenas é diverso. Em Muzambinho, é regido, muitas vezes, por costumes e tradições do campo. Esses costumes são percebidos na gastronomia, nas festividades, na religiosidade, na valorização da família. A maioria dos moradores cultivam hortas em seus quintais, por exemplo, como uma memória afetiva do campo (ARAÚJO, 2015b).

Cabe aqui apresentarmos algumas características das mulheres entrevistadas na pesquisa (QUADRO 1), de modo a compreendê-las no contexto da relação campo-cidade.

Com relação ao estado civil, a grande maioria das mulheres entrevistadas, totalizando um número de 14, eram casadas (70%), ao passo que 3 eram solteiras (15%) e 3 eram viúvas (15%). Certamente, a porcentagem alta de mulheres casadas reflete ainda uma estrutura tradicional de família, que se percebe principalmente de mulheres que vieram de uma educação patriarcal no campo, no qual a falta de oportunidades de terem sua autonomia financeira faz com que o casamento seja uma opção de sair do controle da figura do pai, mas que acaba se repetindo com o marido.

Quando se analisa a escolaridade das entrevistadas, tem-se que 5 possuem o ensino fundamental completo (25%), 8 delas possuem o ensino médio completo (40%), duas possuem o ensino superior completo (10%) e 5 possuem o ensino fundamental incompleto (25%). É possível notar que o ensino superior ainda não é uma realidade para a maioria das mulheres entrevistadas e que as mulheres que não concluíram o ensino fundamental são as mulheres com idade mais elevada. Pelas falas durante a entrevista, foi possível perceber que isso era reflexo de uma vida e infância no campo, sem acesso ao ensino, sem a existência de escolas no campo.

Assim, quando questionadas se sentiram necessidade de seguir com os estudos, algumas respostas revelaram que o passado difícil no campo não permitiu a conclusão dos estudos e que depois, já vivendo na cidade, motivos como a necessidade de trabalhar e cuidar dos filhos acabaram interferindo na motivação para continuar, como se pode confirmar nas falas a seguir.

Eu nunca pude estudar muito, era difícil estudar lá na roça, então não peguei muito gosto, sempre trabalhei muito, hoje aposentada, aí que não penso mais não! (ENTREVISTADA 2- 61 anos)

Ah eu sempre tive vontade de estudar, mas lá na roça era difícil, tinha uma

professora que dava aula em casa, mas era muito longe pra gente ir, aí depois de moça casei, vieram os filhos e não deu mais, agora com essa idade a gente torce só pelos netos. (ENTREVISTADA 8- 86 anos)

No caso das entrevistadas mais jovens, que tiveram a oportunidade de se mudar para cidade justamente para concluir os estudos, uma vez que no campo em Muzambinho ainda hoje não existem escolas que ofertam o ensino médio, as falas foram distintas.

Eu mudei por esse motivo, para finalizar o ensino médio, e na cidade você vai vendo seus colegas entrando em faculdades. Foi aí que me despertou a vontade de fazer um curso superior, e formei em Geografia, mas por enquanto, acabei não exercendo. (ENTREVISTADA 4, 28 anos)

Na verdade, eu vim para cidade para estudar, né, para fazer o ensino médio. E depois eu quis sim fazer um curso superior, e consegui cursar Matemática em Alfenas, que ficou mais fácil porque eu já estava aqui na cidade. (ENTREVISTADA 5, 28 anos)

A responsabilidade pelo cuidado com os membros da família ainda é incisiva sobre as mulheres, assim, muitas deixam de buscar carreiras profissionais, continuar os estudos, e seguir um caminho diferente do papel reprodutivo da mulher imposto pela sociedade patriarcal-capitalista. Em muitas das falas, essa desigualdade de papéis de gênero ficou evidenciada: “Não continuei estudando porque quando mudei já tinha filhos, depois veio mais, tinha muita coisa da casa pra cuidar, aí nem pensei nisso” (ENTREVISTADA 17,76 anos).

Eu queria, mas depois que minha mãe ficou doente dei uma desanimada, agora estou pensando em fazer alguma faculdade online. Tinha vontade de fazer administração, quando eu era mais nova queria veterinária, mas não parei para estudar, hoje não sei se daria conta, porque é bem puxado que a gente vê pessoal falando (ENTREVISTADA 18, 26 anos).

Eu até comecei a fazer Pedagogia à distância logo que mudei pra cidade, mas foi juntando o trabalho na loja que era puxado, até dia de sábado, mais cuidar das crianças, porque meu marido é motorista, fica alguns tempos fora de casa, aí nem deu mais para continuar (ENTREVISTADA 19, 38 anos).

Em relação ao número de filhos, foi possível perceber que a média de filhos por entrevistada foi de 2 filhos por mulher e que, em apenas um caso, uma das entrevistadas possui 7 filhos. Essa média equivale à média nacional de filhos por mulher no âmbito nacional, segundo o censo do IBGE de 2010, que é de 1,9 filhos. É um dado interessante, principalmente quando se considera que a taxa de fecundidade se relaciona com condições de renda e educação. No campo, a situação vivenciada

por algumas mulheres era de famílias numerosas, e com mulheres que não tinham oportunidade de trabalhar fora do ambiente familiar. E pelo que foi constatado na pesquisa, e será abordado com mais profundidade no decorrer do trabalho, é que essa situação de falta de oportunidade de trabalho no campo para mulher ainda persiste.

Das 20 mulheres entrevistadas, 16 conseguiram obter sua própria fonte de renda através do trabalho só após a mudança para cidade (80%), 3 nunca trabalharam fora do ambiente familiar e se aposentaram por idade (15%) e 1 conseguiu a aposentadoria comprovando que trabalhou no campo (5%). Então, talvez a oportunidade de trabalho que essas mulheres tiveram na cidade refletiu sobre a decisão de terem um número menor de filhos.

Em relação à remuneração, o questionamento foi realizado em relação ao valor do dinheiro que as entrevistadas recebem, em nome delas, não contando a renda de maridos ou filhos. Assim, 12 mulheres recebem 1 salário mínimo por mês (60%), 5 recebem até 2 salários mínimos (25%) e 3 recebem até 3 salários mínimos (15%). O valor recebido está diretamente atrelado às profissões que essas mulheres encontram na cidade pós-vinda do campo, muitas delas relacionadas ao comércio e a atividades domésticas. Foi notório também que 2 das mulheres que possuem a maior remuneração mensal foram as que tiveram oportunidade de cursar o ensino superior e, embora nem sempre a continuação dos estudos implique em uma maior remuneração, ela inegavelmente abre mais caminhos e possibilidades no mercado de trabalho em geral.

Dentro de toda diversidade dessas mulheres, existem alguns pontos em comum que as unem, sendo o principal deles, estudado nesse trabalho, o fato de, em algum momento de suas vidas, essas mulheres terem vivido no campo e, atualmente, viverem na cidade.

Das 20 mulheres entrevistadas, 19 nasceram e foram criadas no campo, uma nasceu na cidade, mudou-se para o campo quando casou e retornou depois para a cidade. Todas moraram em bairros rurais do município de Muzambinho, sendo eles: Morro Preto, Mata do Sino, Ribeirãozinho, Belém, Cambuí, Bócolis, Cateto, Soledade, Roseirinhas, Alves, Cacheira do Pinhal e Barra Bonita.

No que se referem aos costumes, hábitos ou tradição que mulheres entrevistadas trouxeram do campo para a cidade, elas relataram situações que exemplificam como essa relação é intensa e como as ruralidades vão se

estabelecendo na cidade por essa manutenção da relação com a terra, com as flores (FIGURA 3). “Eu continuo gostando de cuidar das flores! Eu amo de paixão! Eu plantava muitas flores lá na roça! Eu plantava um jardim, meu irmão plantava outro, tinha que buscar balde com água lá na mina para regar, mas eu amava, até hoje gosto de plantas!” (ENTREVISTADA 2, 61 anos).

Com certeza esse negócio de cuidar de horta, de gostar de planta, que ninguém aqui em casa aguenta mais, o tanto de mudinha de tudo que eu arrumo, e também a costura, né? Hoje trabalho com isso, fazendo bordados, mas era o que eu aprendi com a minha mãe desde novinha lá na roça. Chegava dia de domingo à tarde, depois que a gente tinha lavado a louça, a gente sentava na sala, que tinha uma claridade maior, e ela me ensinava, saía cada coisa linda, pena que muita coisa perdeu, porque ela tinha talento. (ENTREVISTADA 14, 45 anos)

Figura 3 - Plantas no quintal de entrevistada na cidade de Muzambinho-MG



Fonte: Arquivo pessoal (Fevereiro, 2021).

As respostas também permitiram analisar um pouco de como os papéis reprodutivos são fortes para as mulheres no campo, uma vez que várias entrevistadas relataram ter trazido o hábito de cozinhar quitandas²⁵, como nos relatos a seguir. “O que eu trouxe foram as coisas que aprendi a cozinhar mesmo, os bolos, broas, pão de queijo, doce, bolacha, tudo que aprendi com a minha mãe e a minha vó enquanto morava lá na roça!” (ENTREVISTADA 20, 33 anos). “Eu acho que as coisas que aprendi a fazer lá mesmo, matar um frango, porco, cortar carne, fazer uma quitanda,

25

De acordo com o dicionário online de Português, em uma de suas definições, a quitanda, em alguns Estados do Brasil, refere-se à pastelaria caseira. Disponível em < <https://www.dicio.com.br/quitanda/>. > Acesso em maio de 2021.

mexer no fogão à lenha, plantar qualquer coisa, isso tudo eu trouxe comigo!” (ENTREVISTADA 19, 38 anos). “Acho que fazer doce, que eu fazia muito na roça, de abóbora, de mamão, de banana, de batata doce, isso quando tinha açúcar em casa, e cuidar das plantas, que são minha paixão e no sítio tinha muitas também” (ENTREVISTADA 15, 57 anos) “Fazer quitandas, né? Adoro fazer pão, bolacha de nata, rosca, goiabinha, tudo que fazia lá na roça. Me lembra muito de lá quando eu faço” (ENTREVISTADA 10- 71 anos).

Foi interessante notar, no aspecto geracional, que, para algumas entrevistadas mais jovens, viver no campo não implicou em uma relação intrínseca com esse ato de cozinhar associado à mulher.

Ah, minha vida já era bem moderninha. Acho que por ter começado a trabalhar cedo, acabei saindo daquele círculo de costumes. Assim, tem muita coisa taxada para mulher fazer que acabei não aprendendo. Eu acho que se tivesse ficado mais tempo na roça, talvez teria mais costumes, aprendido mais tradições, como algumas quitandas que minha mãe faz até mesmo matar galinha, porco, ou fazer quitandas, essas coisas eu acebei nem aprendendo. (ENTREVISTADA 4, 28 anos)

Não tenho muitas tradições do campo, saí jovem de casa. Então, aqueles costumes que moças que moram na roça têm de saber cozinhar de tudo, e que só saem de casa quando vão casar, eu não sei. Cozinho o básico. Então, assim, o costume que tenho até hoje de morar na roça e faço na cidade é participar de terços religiosos mesmo. (ENTREVISTADA 5, 28 anos)

Outros aspectos mais subjetivos, citados também, mostram como os costumes vivenciados no campo não se apagam dentro das pessoas, mesmo elas estando em um novo espaço.

Trouxe sim! Muito tabu. Coisa que “véio” falava! Tudo! (Risos). As pessoas mais velhas tinham muitos tabus, quer dizer, não é bem tabu, não. Expressão. Umas coisas, por exemplo, “Tá chovendo? Tá relampejando? Não pode olhar no espelho, não pode ficar descalço!”. São coisas que a gente aprendia e a gente acreditava. Aí, além disso, tem muita coisa que não lembro agora, mas assim, essas crendices. Mas hoje a gente fala e eles quase morrem de rir da gente. Estes dias fui falar para minha nora, que agora vai ter neném, fui falar para ela: “Olha, agora você vai ganhar neném, tem que tomar bastante leite”. “Mas eu não gosto de leite!”. Falei “Tá bom”. Fui fazer mingau de fubá. “Nossa, não como isso de jeito nenhum, mingau de fubá!”. “Então, a hora que teu filho tiver chorando no teu braço, você vai comer qualquer coisa”. Aí acabou! A hora que o neném abriu a boca a chorar, aí vamos ver né? (Risos) (ENTREVISTADA 11, 67 anos)

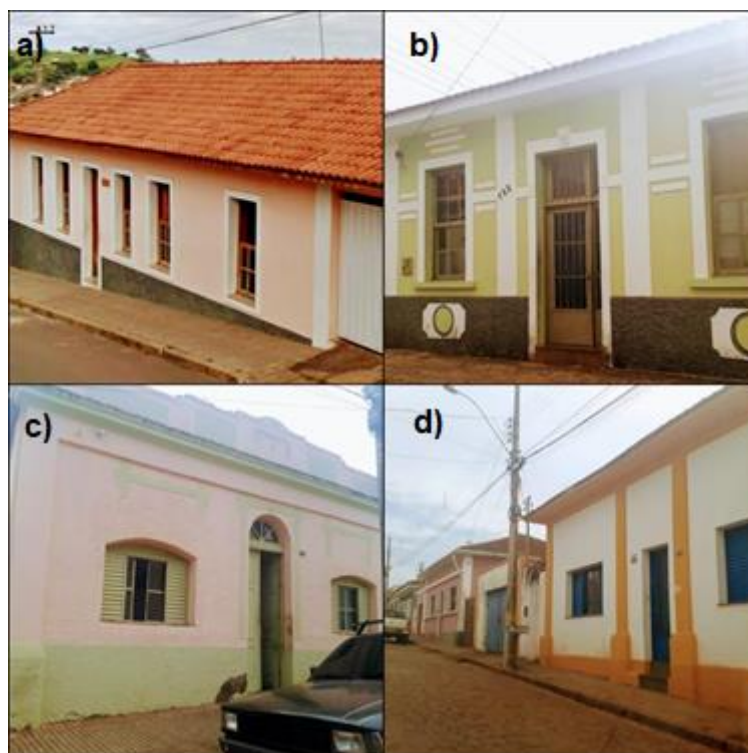
Ah, essas coisas de observar o tempo, colocar sal na janela para não chover. Na época que mudei ainda tinha umas galinhas na cidade, se elas agitavam é porque tempo tava mudando também. Ver se amanhecia com neblina na serra, porque era sol que berra. Essas coisinhas que a gente tinha que observar morando na roça, até hoje eu falo! (ENTREVISTADA 12, 76 anos).

Em Muzambinho, também, a arquitetura de muitas casas, exceto as de construção recente, revela uma ligação do rural no urbano: a preservação em estilo colonial, com janelas e portas grandes, de acesso direto ao passeio, e ruas largas, sem muros ou portões, é herança de um modo de vida pacato e de apego às relações interpessoais dos primeiros moradores que vieram do campo, sem barreiras para conversar com vizinhos ou observar o movimento da rua (FIGURA 4). Há, também, uma diversidade de estabelecimentos que valorizam a culinária com produtos do campo e, aos sábados, ocorre a tradicional feira local com agricultores vendendo seus produtos na cidade (Ibidem).

As festividades, em sua maioria, são de cunho religioso, como as que acontecem no campo com quermesses em dias considerados santos pela Igreja Católica (FIGURA 5) e as Companhias de Folia de Reis que, embora em número reduzido, mantém a tradição dos antepassados. Festas que remetem diretamente o mundo rural também são comuns na cidade, como a chamada “Queima do Alho”, em referência aos tropeiros antigos da região e o “Encontro de Cavaleiros”, uma festa de rodeio (FIGURA 6) onde muitas pessoas vão vestidas a caráter e preservam as tradições da cultura rural do município, embora com muitos elementos agregados da cultura *country* norte-americana, hoje comuns no país.²⁶

²⁶ Ibidem.

Figura 4 - Casas em estilo colonial na área urbana do município de Muzambinho-MG



Fonte: A autora (2020).

Legenda: a) Casa com calçada estreita e janelas grandes.

b) Casa com portas e janelas grandes sem varanda.

c) Casa com portas e janelas expostas.

d) Casa com portas e janelas expostas e calçada estreita.

Figura 5 - Quermesse da igreja São José na cidade de Muzambinho-MG



Fonte: Pastoral da Comunicação Igreja São José de Muzambinho (2019).

Figura 6 - Rodeio durante o “Encontro de Cavaleiros”
na cidade de Muzambinho-MG



Fonte: Muzambinho.com (2019).

A expressão de uma cultura agrária na cidade já era evidenciada desde a fundação da Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho, inaugurada no dia 22 de novembro de 1953, com a presença de personalidades políticas como o presidente do Estado de Minas Gerais Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves, Gustavo Capanema, Assis Chateaubriand e Getúlio Vargas. Muzambinho se encontrava inserida numa região voltada para a produção agrícola e localizada na área produtora de café, leite e açúcar. Nos dias atuais, a cafeicultura continua se destacando no município. A expressividade produtiva pecuária é regional e parte dessa produção se encontra no IFSULDEMINAS, nome da antiga Escola Agrícola de Muzambinho (MAGALHÃES, 2008). Economicamente, é a cafeicultura que evidencia os contornos da relação campo-cidade.

3.3.1 O destaque da cafeicultura

Dados do Censo Agropecuário 2017 apontam Muzambinho na 42ª posição na produção cafeeira do estado de Minas Gerais, em âmbito nacional na 70ª posição e o valor da produção do fruto correspondendo a 80, 41% do PIB agropecuário (IBGE, 2017).

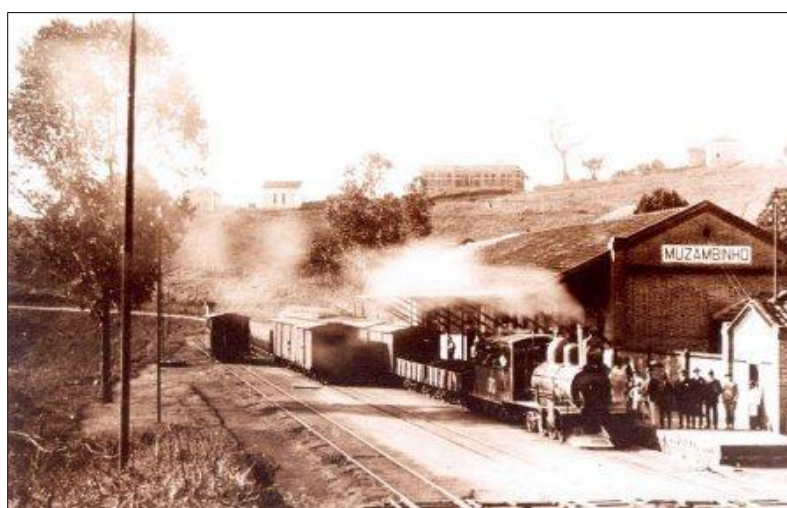
Minas Gerais é hoje o principal produtor de café no Brasil, responsável por mais de 50% dos grãos. Em dados mais recentes, constatou-se que somente o sul de Minas responde por 23,8% da produção total de café no país. Essa produção oscila

anualmente por ser bianual e estar em constante desenvolvimento, variando, também, o valor da produção (ALVES, 2019).

A expansão da cafeicultura no Sul de Minas deu-se principalmente pelas terras férteis, abundantes e a um baixo custo, aliadas a mão de obra ociosa, ao crescimento das linhas ferroviárias e, principalmente, aos preços atraentes do café, uma vez que o avanço da cafeicultura na região não contou com as inovações técnicas, como aquelas implantadas no oeste paulista (MARTINS, 2014).

A cafeicultura na região apresentou um considerável crescimento a partir da expansão ferroviária, principalmente com a implantação do ramal ferroviário de Guaxupé e, posteriormente, o de Passos, pela Cia Mogiana, com linhas em cidades como Muzambinho e Juréia. O objetivo era capturar a economia da região do oeste do Sul de Minas para o Estado de São Paulo, com a intenção de comercialização, até o porto de Santos (LOPES, 2016). O propósito para a criação da Estação Muzambinho (FIGURA 7) pela Companhia Ferroviária do Estado de São Paulo (Mogiana), em 1913, era facilitar o escoamento da produção a partir do trecho Guaxupé-Muzambinho, o que acabou por intensificar o desenvolvimento de serviços inerentes à produção agrícola (MUZAMBINHO, 2000).

Figura 7- Estação Muzambinho em 1925



Fonte: Acervo Museu Municipal Francisco Leonardo Cerávolo.

A história de Muzambinho está vinculada à produção de café. A cafeicultura foi a responsável pelo crescimento populacional e econômico da cidade, especialmente

com a chegada dos imigrantes italianos que vieram para trabalhar na lavoura no final do século XIX (MAGALHÃES, 2008).

Em pesquisas realizadas por Barbieri et al (2011), foi possível avaliar que mais de 80% dos produtores de 30 bairros rurais em Muzambinho tinham como renda principal a cafeicultura. A maioria com custeio próprio, sendo que 33% recorriam a recursos bancários e cooperativos para empréstimos e 10% a programas do governo. A pesquisa também constatou que os cafeicultores possuíam uma faixa etária elevada e baixo grau de escolaridade. Os mais jovens que permaneciam no campo tinham escolaridade superior.

Por tratar-se de uma cultura perene, grande dos produtores em Muzambinho estava envolvida no processo de produção cafeeira a mais de 30 anos (43,6%), acredita-se ser pela tradição do cultivo do café intergeracional. A maioria dos entrevistados da pesquisa residia na propriedade, sendo os próprios gerenciadores (64,3%) considerados, assim, como agricultores familiares. Sem possuir aporte técnico, muitos recorrem à EMATER/MG e a cooperativas da região (Ibidem, 2011).

Com relação à forma de comercialização do café em Muzambinho, Barbieri et al. (2011) demonstraram que os cafeicultores não tinham muito acesso a informações de assistência técnica e vendiam a sua produção sem olhar o mercado financeiro. Por estarem próximos de cooperativas e corretores, os produtores também não tinham programação para a venda de seu café, realizando-a de forma ociosa, sem observar o mercado futuro. A comercialização era realizada através de cooperativas e corretores (75%) com o pagamento à vista e uma pequena parcela de produtores que utilizavam o mercado futuro.

Com a publicação do Censo Agropecuário de 2017, algumas dessas informações e dados foram atualizados. Dos 1.185 estabelecimentos agropecuários estudados em Muzambinho, 89% dos produtores rurais eram proprietários e gestores das terras, 6% eram parceiros, e 2% arrendatários, demonstrando que a tradição familiar é forte e permanece no campo, com os próprios moradores gerenciando suas propriedades, poucos trabalhando para terceiros. A grande maioria, 92% dos produtores informados, era do sexo masculino, 47% tinham como nível de escolaridade apenas o ensino primário, 14% concluíram o ensino médio e menos de 1% possuíam nível superior de formação (IBGE, 2017), o que não significa a ausência de mulheres no campo em Muzambinho, mas sim que, ainda hoje, os responsáveis pelas terras legalmente são majoritariamente os homens.

Dos produtores entrevistados, 56% possuíam idade entre 45 e 65 anos, 1% era de menores de 25 anos e 7% eram acima dos 75 anos de idade. A baixa presença de jovens no campo é um indicativo de que essa faixa etária não encontra condições e motivações para permanecer no campo, embora, pelos dados apresentados no censo, a condição dos moradores do campo em Muzambinho, de maneira geral, não seja precária, a ponto de 77% dos produtores não recorrerem a financiamentos ou empréstimos bancários (IBGE, 2017). O que não quer dizer que represente a totalidade, mas pode demonstrar que a condição de uma mulher que vive no campo hoje pode ser diferente da mulher que vivia no campo em Muzambinho no passado, interferindo também nas suas motivações para migração.

O censo mostrou, também, que 85% dos estabelecimentos utilizam as terras com lavouras permanentes, especialmente o café, com 82%. Do grão verde café arábica, 83% possuem estabelecimentos agropecuários com 50 pés ou mais de café, sendo que 74% fazem uso de agrotóxicos, característicos de um modo de produção convencional que visa a produtividade para venda rápida no mercado (IBGE, 2017).

Sobre o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, um total de 4.096 pessoas, 62% possuem laços de parentesco com o produtor, o que confirma a tradição da agricultura familiar no campo em Muzambinho, sendo que 70% são do sexo masculino e 30% do sexo feminino. Sem laços de parentesco com o produtor, são 1556 pessoas, sendo 82% de trabalhadores temporários, 13% permanentes e 4% de parceiros (IBGE, 2017). Esse número expressivo de trabalhadores temporários ocorre principalmente na época da colheita do café, especialmente nos meses de maio a setembro.

Em relação à produção e comercialização do café, Souza e Freitas (2015, p. 68) expõem que os preços do grão são balizados por agentes financeiros globais, “conferindo ao mercado de café a maior volatilidade de preços entre todas as outras commodities agrícolas”, podendo trazer preocupação e riscos de comercialização para os produtores. Assim, “muitos produtores familiares, mesmo com fortes traços de tradição na organização familiar, na relação com a propriedade e com a terra, têm uma produção principal modernizada destinada e integrada aos mercados interno e externo”. Essa prática produtiva ligada ao mercado externo acontece através de cooperativas e armazéns.²⁷

²⁷ Ibidem, p. 78.

Nesse cenário, é importante destacar a atuação da Cooxupé, a maior do mundo com 15 mil cooperados, sendo a maioria deles pequenos produtores que vivem da agricultura familiar, recebendo café produzido em mais de 200 municípios de sua região de ação, localizada nas regiões do Sul de Minas, Cerrado Mineiro e Vale do Rio Pardo, em São Paulo. Atua na armazenagem, revenda de insumos e fertilizantes aos produtores, como responsável pela financiamento de créditos, e comercialização e exportação do café (COOXUPÉ, 2020).

No entanto, cooperativas como a Cooxupé mundializadas, que atendem aos interesses do mercado, desconsideram, por vezes, as necessidades específicas dos agricultores familiares. Eles possuem uma relação muito estreita com a terra, com vínculos e tradições que fazem com que considerem a cafeicultura mais do que um meio de produção, diferente da visão da cooperativa que, na maioria das vezes, visa apenas a alta produtividade (ARAÚJO; COSTA, 2018).

Sobre a chamada mundialização da agricultura, processo que integra os territórios à rede mundial do agronegócio, Oliveira (2016, p.233) a denomina como monopolização do território, que

[...] é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, às vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes.

Assim, municípios passam a ser controlados por multinacionais, grandes corporações e instituições financeiras, por meio de escritórios de corretagem e comercialização, indústrias de torrefação, moagem e outros elementos importantes do circuito espacial produtivo do café (GUIDA, 2011).

Em Muzambinho, esse é o caso da Indústria e Comércio de Café Ouro Verde Ltda., da RV Comércio Atacadista de Café Ltda., da Verde Grão Escritório de Corretagem de Café e da Central do Café. São essas empresas de comercialização e corretagem do café que controlam as informações sobre a qualidade, quantidade, preço e localização do café disponível pelos produtores, e que fazem a intermediação entre estes e as empresas exportadoras. A autora ainda cita, dentre as indústrias de torrefação e moagem, a Café e Cachaça Muzambinho Indústria e Comércio Ltda., que também produz café expresso, a Artesanalle Café Expresso e o Café da Escola, uma

marca do curso de Alimentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - campus Muzambinho (Ibidem, 2010).

Recentemente, a empresa Grão Verde, um armazém de estocagem e comercialização de grãos de café, decretou falência de seus serviços após atrasar o pagamento e a distribuição de notas da venda dos cafés armazenados. Estima-se que mais de 300 produtores muzambinhenses terão prejuízo mesmo, sendo tutorados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muzambinho. A situação se agrava para aquelas famílias em que a renda depende da comercialização do café armazenado, muitas vezes fruto de anos de trabalho. O impacto no município ainda é impreciso, mas certamente, será percebido, principalmente, pelo comércio local (ATIVIDADE FM, 2020).

Sobre a situação da referida empresa, no início de 2021, convém mencionar que ela entrou com pedido de recuperação judicial no dia 15 de fevereiro para ganhar mais tempo para pagar os produtores, alegando falta de dinheiro. Segundo o sindicato dos produtores, até agora foram efetuados os pagamentos junto aos funcionários e cafeicultores que tinham até R\$ 22 mil para receber e pelo menos 300 produtores disseram ter dinheiro a receber do armazém. Além de Muzambinho, a empresa também tem armazéns em Cabo Verde e Botelhos. Desde então, já foram feitas audiências nas três cidades. A maioria dos produtores ainda não conseguiu receber. (G1, Sul de Minas, 2021)

A memória de uma situação como essa nos moradores do município ainda é recente. Muzambinho já teve uma cooperativa de agricultores própria do município, a Cooperativa Agropecuária de Muzambinho (COOMAN), fundada na década de 1970, chegando a ter mais de 6 mil cooperados. Declarou falência em 2001, quando também foi aberto um processo de investigação da empresa. O impacto na geração de empregos do município, na economia e no psicológico dos cooperados foi devastador (PEREIRA *et al.*, 2018).

A permanência da cafeicultura como uma das principais atividades agrícolas da região deve se estender por um longo tempo, uma vez que o relevo acidentado dificulta a substituição da cultura do café por outras mais passíveis de mecanização. O que não se pode esquecer é que “as estruturas globais se generalizam nos modos de produção da vida material e nas consciências dos sujeitos, mas as forças locais sobrevivem e resistem em ser deslocadas”, fazendo com que, dentro da cafeicultura, os agricultores familiares passem a encontrar saídas para sobreviver em um contexto

de economia mundializada (SOUZA; FREITAS, p. 76, 2015).

Nesse contexto da cafeicultura do município, as mulheres entrevistadas foram questionadas sobre a principal fonte de renda enquanto moravam no campo e o destaque foi a produção de café (QUADRO 2).

Quadro 2 - Fontes de renda das famílias das mulheres entrevistadas quando residiam no campo, no Município de Muzambinho-MG

	Principal fonte de renda no campo	Fonte de renda secundária no campo	Subsistência
E 1	Café	–	–
E 2	Café	–	Feijão, mandioca, arroz.
E 3	Café	Leite	Feijão, milho, mandioca, batata doce, hortaliças, suínos, ovinos.
E 4	Café	Leite	–
E 5	Café	Leite	–
E 6	Café	–	arroz, feijão, milho
E 7	Café	–	Frutas, verduras, ovinos.
E 8	Café	–	Milho, arroz.
E 9	Café	–	–
E 10	Café	–	–
E 11	Leite	–	–
E 12	Café	–	Milho, feijão.
E 13	Café	–	Abóbora, milho.
E 14	Café	–	–
E 15	Café	Leite	–
E 16	Café	–	Ovinos.
E 17	Café	–	Milho, feijão.
E 18	Pecuária	Café	–
E 19	Café	–	Milho, feijão, abóbora, chuchu, tomate, pepino, abobrinha, alface.
E 20	Café	–	–

Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Org.: A autora.

(-): Dados não informados.

Dentre as famílias das entrevistadas, apenas em 2 se sobressaiam outras fontes principais de renda que, no caso, foram o leite e a pecuária de leite e corte. Alguns alimentos para o consumo próprio do núcleo familiar foram citados, mas foi a cafeicultura que marcou a vida no campo da maioria das entrevistadas. Quem decidia

a organização das atividades no campo, quem administrava os lucros e em quais trabalhos as mulheres se envolviam são questões que serão abordadas no capítulo sobre a vida delas no campo.

O que se pode dizer é que, em diferentes níveis, o contexto da cafeicultura forneceu as bases para o desenvolvimento e urbanização das cidades no Sul de Minas e ainda influencia o modo de vida, a cultura e as relações econômicas, como visto em Muzambinho. Faz-se necessário compreender, também, que mesmo apresentando uma característica rural forte em vários aspectos vistos, a cidade apresenta uma estrutura urbana que não deixa de ser importante dentro de uma rede de cidades, mesmo quando considerada uma cidade pequena.

3.3.2 Urbanização, relações hierárquicas e papel dentro de uma rede urbana enquanto cidade pequena

O café teria sido o responsável, na visão de Martins (2014), pelas transformações que trouxeram inovações e progresso ao Sul de Minas, com a ferrovia, imigração, urbanização, além de integração da região.

A produção do café era transportada por ferrovia do sul de Minas ao Estado de São Paulo para sua comercialização durante o século XIX. “Essa característica influenciou a constituição da rede urbana, que historicamente foi marcada pela existência de vários centros urbanos dispersos pela região, como Poços de Caldas, Varginha e Itajubá, influenciando outras cidades menores” (MARTINS *et al.*, 2007, p. 286).

A transformação das cidades foi marcada pela produção cafeeira, que trouxe avanços como a eletricidade, o telefone, o calçamento das ruas e a construção de palacetes, teatros e casas na cidade. O valor do café, em inícios dos anos 1890, permitia aos fazendeiros investimento e aplicação dos lucros advindos da agricultura em melhoramento das freguesias e municípios (LOPES, 2016).

Durante meados do século XX, o sul de Minas desenvolveu uma atividade industrial centrada, principalmente, nos setores tradicionais (MARTINS *et al.*, 2007). Na década de 1960, a industrialização foi primordial para a expansão da urbanização, do comércio e da prestação de serviços e, nos anos 1970, já havia centros urbanos no Sul de Minas “escudados nos novos empregos oferecidos pela terceirização

moderna”. Pós-década de 1980, “arrefeceu-se o padrão concentrador metropolitano que historicamente caracterizava a urbanização brasileira” (MATOS, 1988, p. 245).

Assim, o crescimento das cidades de médio porte passou a superar o das regiões metropolitanas, especialmente em Minas Gerais, no Triângulo Mineiro e no Sul de Minas. Este último, com mais dificuldades para ampliar sua área de influência devido à maior proximidade com as regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte (MARTINS, 2007).

Desse modo, é importante entender que, embora a cidade de Muzambinho, pelos critérios populacionais do IBGE, seja considerada pequena, ela está inserida em um contexto de rede urbana, juntamente com outras cidades, no qual assume diferentes papéis e funções, seja na área educacional, seja no número de estabelecimentos comerciais ou na prestação de serviços para cidades pequenas ao seu entorno.

Para Moreira (2007), as redes redefiniram as localizações dos objetos geográficos, assim como as distribuições e os fluxos de pessoas, produtos, ideias e serviços, e, devido a isto, as cidades se convertem em nós que as tornam, em distintas intensidades, lugares cada vez mais articulados em rede. Tais condições favorecem as trocas produtivas e sociais e as novas movimentações pelo espaço.

Corrêa (1997) evidenciou que um dado espaço geográfico pode estar inserido em distintas redes. Assim, uma cidade além de poder se converter em nó de uma rede, pode fazer parte de outras ligações e conexões em diferentes escalas e contextos. Sposito (2010) complementa que entender as cidades no contexto de uma rede urbana pode ser importante para o fortalecimento e integração de uma cidade média e uma cidade pequena.

Há cidades médias que desempenham papéis regionais, relativamente a um grande número de cidades pequenas, cujas atividades econômicas, ainda que predominantemente agropecuárias, estão fortemente sediadas em termos de origem dos capitais e de poder político, nas escalas local e regional. Quando isso ocorre, fortalecem-se as cidades pequenas, tanto quanto a cidade média que amplia seus papéis de intermediação entre as menores e as maiores cidades da rede urbana. (ibidem, p. 57)

Não se pode pensar uma cidade média sem entender as dinâmicas que acontecem nas cidades pequenas sob sua área de influência, assim como não se pode realizar um estudo de cidades pequenas sem entender o contexto regional ou até mesmo nacional em que está inserida, nem descartar o aspecto global que influi

em suas dinâmicas, pois, ao se desconsiderar essas relações, se desconsidera toda uma rede que atua nos movimentos e expressões interpretativas das diferentes realidades espaciais existentes (SPOSITO, 2010).

A análise do papel de Muzambinho dentro de uma rede urbana que contempla cidades médias com as quais se relaciona pode ser realizada a partir de informações fornecidas pelo Regic (2018) – Região de Influência das Cidades, um estudo produzido pelo IBGE que contribui de forma significativa para a metodologia de estudo da rede urbana.

A metodologia utilizada pelo Regic partiu da definição dos principais nós da rede urbana. A partir daí, foram definidas as classes de cidades, dentro de uma hierarquia, sendo elas: Metrópoles, Capital Regional, Centro Sub-Regional, Centro de Zona e Centro Local. As regiões de influência foram definidas a partir das ligações entre os centros de gestão, e as ligações entre os demais municípios foram avaliadas através de questionários, procurando avaliar a intensidade de relacionamento, ou seja, o número de vezes em que são apontadas como destino, nos temas considerados. Os dados são analisados pela ordem das ligações entre as cidades, que variam entre 1 e 4. Ligações de ordem 1 são as maiores, implicam que há um maior fluxo entre duas cidades e representam também uma maior dependência nesse quesito de uma cidade para a cidade destino analisada. Ligações de ordem 4 são mais fracas e estabelecem menor dependência entre as cidades analisadas (REGIC, 2018).

Muzambinho, nesse estudo, é classificado como um centro local por suas características demográficas e de posição geográfica na rede urbana da qual participa, interagindo diretamente com cidades médias e grandes.

As cidades que, dentro de uma rede de hierarquia, interagem e influenciam Muzambinho (FIGURA 8), de acordo com os dados do Regic 2018 são: Guaxupé-MG (52.078 habitantes), Alfenas-MG (80.494 habitantes), Poços de Caldas-MG (168.641 habitantes), Varginha-MG (136.602 habitantes), Jaú-SP (151.881 habitantes) e São Paulo-SP (12.325.232 habitantes), esses números de habitantes são estimados pelo IBGE 2020.

Analisando os dados, Guaxupé-MG, dentro do número de ligações, exerce uma alta influência sobre Muzambinho. É o município mais próximo geograficamente (26 km de distância) que atende os serviços de compra e lazer não supridos. Alfenas-MG também é uma cidade que exerce alta influência em Muzambinho em quase todos os

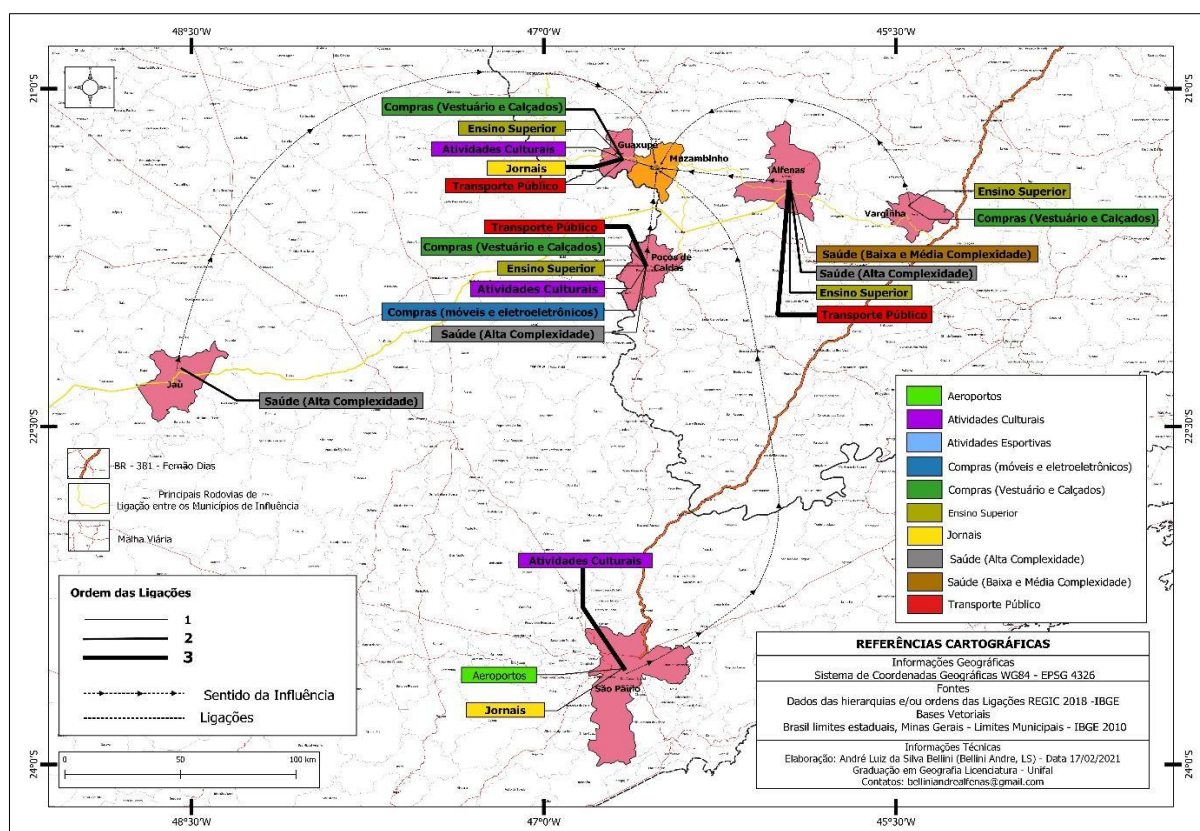
setores, especialmente, no setor de saúde, educacional e de transporte. Poços de Caldas-MG exerce uma influência alta sobre Muzambinho também e, de acordo com as informações do Regic, essa relação acontece por uma variedade de ligações nos setores de compras, saúde, ensino, transporte e atividades culturais.

No estado de São Paulo, a capital e a cidade interiorana de Jaú também influenciam Muzambinho: Jaú com motivação média e exclusiva no setor de saúde, especialmente pelo Hospital Amaral Carvalho, referência no tratamento de câncer. São Paulo, de acordo com as determinações do estudo, exerce influência média-baixa nas atividades culturais e alta influência nos setores de comunicações e transporte, essencialmente pelos aeroportos.

A atração das cidades médias para os moradores de pequenas cidades e das áreas rurais circunvizinhas se dá por fatores econômicos, mas também pelo fato desses habitantes as associarem como locais onde se propagam modernidades, advindas pelas práticas socioculturais, de consumo, entretenimento que, por vezes, se encontram nas cidades médias e não são corriqueiras nas pequenas localidades (ANDRADE, 2015).

Sobre a questão da rede de influência das cidades, as mulheres entrevistadas foram questionadas se costumavam ir para outras cidades e por quais finalidades. Alguns desses fatores se evidenciaram: Guaxupé-MG foi uma cidade citada 11 vezes pelas entrevistadas como destino de passeio e, principalmente, como cidade que supre os atendimentos médicos não encontrados em Muzambinho. Poços de Caldas-MG foi citada 8 vezes como destino para compras, passeio, visita na casa de parentes e atendimentos médicos. Campinas-SP foi citada 2 vezes como destino de passeio, assim como Ribeirão Preto-SP. Jaú foi citada 1 vez, como destino médico, em que a entrevistada acompanhava a filha no tratamento de câncer no Hospital Amaral Carvalho, referência em tratamento oncológico pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Outras cidades, como Aparecida-SP e Trindade-GO, foram citadas como destino de passeio religioso, romarias. Santa Rita do Sapucaí-MG e Monte Belo-MG foram cidades citadas como destino de visita a parentes.

Figura 8 - Cidades que influenciam Muzambinho (2018)



Fonte: Regic, 2018.

Elaboração: André Luiz da Silva Bellini.

Assim, Muzambinho recebe essas influências e está inserido em uma rede urbana maior, em um contexto de cidades médias que fazem intermediação com cidades maiores, em que seria difícil uma cidade pequena conseguir se destacar ou competir em grau de desenvolvimento, mas que não deixa de receber influências regionais, nacionais ou globais, principalmente quando se fala nas relações imateriais ou nos fluxos financeiros ou informacionais (DAMIANI, 2006).

Assim, a cidade de Muzambinho tem seu papel em uma rede de cidades médias que a influenciam diretamente e exerce também certa influência nas cidades menores de seu entorno, que a enxergam como mediadora e prestadora de alguns serviços que elas não oferecem.

De acordo com o Regic (2018), os municípios que recebem influência de Muzambinho, como representado na Figura 9, são: Alterosa-MG (14.517 habitantes), Areado-MG (15.181 habitantes), Cabo Verde-MG (14.075 habitantes), Conceição da Aparecida-MG (10.322 habitantes), Juruaia-MG (10.681 habitantes), Monte Belo-MG

(13.152 habitantes), Nova Resende-MG (16.832 habitantes) e São Pedro da União-MG (4.610 habitantes), populações estimadas pelo IBGE (2020). São cidades pequenas baseadas em uma economia rural, com uma ruralidade presente e ainda bem expressiva no espaço urbano, com relações interpessoais acentuadas e consideradas, dentro da hierarquia de redes, como centros locais.

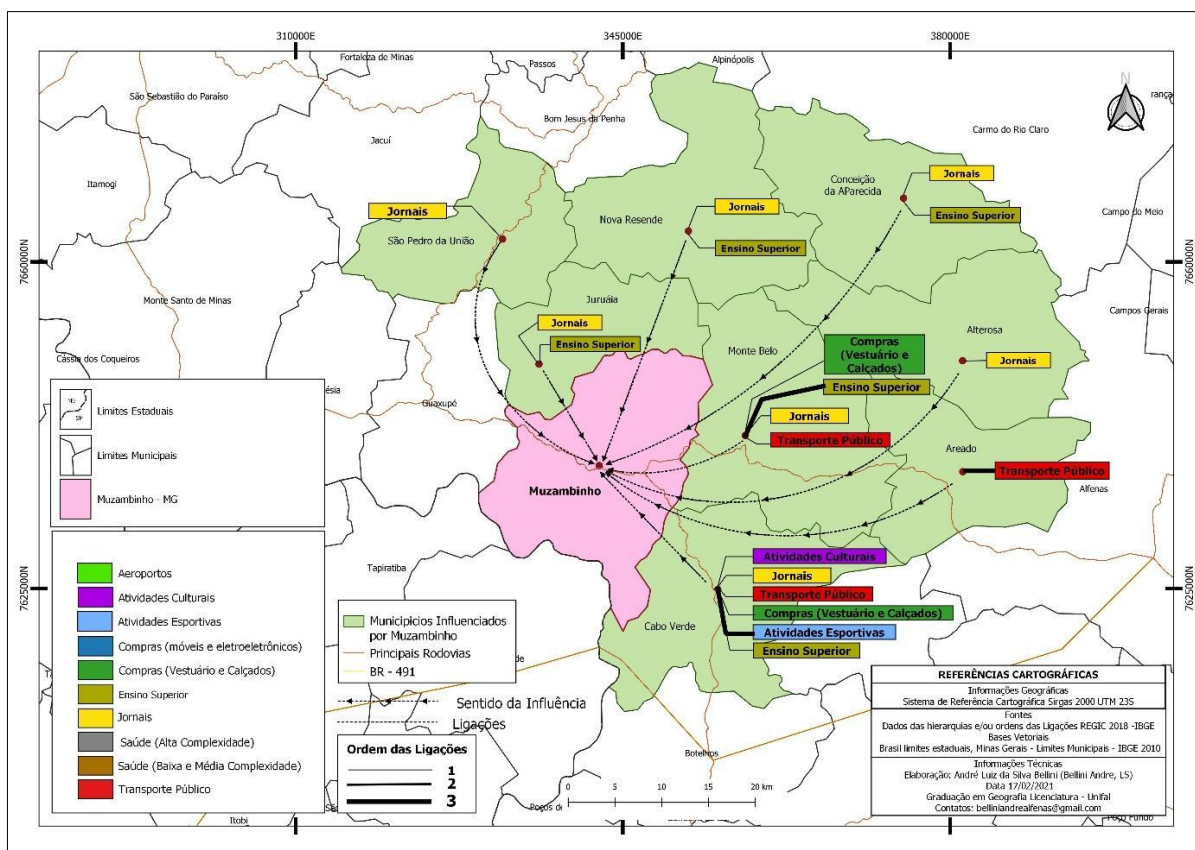
É possível observar pelas informações registradas que os números de ligações caracterizam uma alta influência de Muzambinho no setor de ensino superior para os municípios de Cabo Verde, Conceição da Aparecida, Juruaia, Monte Belo e Nova Resende. Essa influência ocorre expressamente pela presença do campus do IFSULDEMINAS no município. A instituição, em Muzambinho, conta com o nível técnico integrado ao ensino médio com 3 cursos: Agropecuária, Alimentos e Informática; o nível técnico subsequente com 9 cursos: Administração, Agropecuária, Contabilidade, Edificações, Enfermagem, Informática, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente. Na área técnica, também, existe a especialização em Enfermagem do Trabalho e Tecnologia em Cafeicultura. A graduação, a nível bacharelado, oferece os cursos de Engenharia Agrônômica, Ciência da Computação, Educação Física e Medicina Veterinária. Pela Licenciatura, são ofertados os cursos de Ciências Biológicas e Educação Física. Todos os cursos técnicos também são ofertados à distância para diversos municípios do sul de Minas.

Muzambinho exerce uma alta influência também nos municípios listados como influenciados pela distribuição do “Jornal A Folha Regional”, um jornal impresso e online, criado em 1990, distribuído por 23 municípios do Sul e Sudeste de Minas Gerais (<https://afolharegional.com/editorial>). No setor de compras, também é significativa a importância de Muzambinho para Monte Belo e Cabo Verde.

Faz-se necessário refletir que, mesmo que se considere Muzambinho uma área de baixa influência nos outros aspectos analisados pelo Regic, para essas cidades que se relacionam, dentro da escala e do contexto hierárquico da rede inserida, é uma influência expressiva.

Há de se considerar, portanto, cada realidade, pois um morador de Monte Belo pode encontrar oportunidade de estudar apenas em Muzambinho, onde também pode fazer compras de produtos que não encontra em sua cidade, fazendo com que se torne uma referência, uma opção, uma possibilidade para esses moradores que não estão em contato direto com cidades médias ou metrópoles.

Figura 9 - Cidades que são influenciadas por Muzambinho (2018)



Fonte: Regic, 2018.

Elaboração: André Luiz da Silva Bellini.

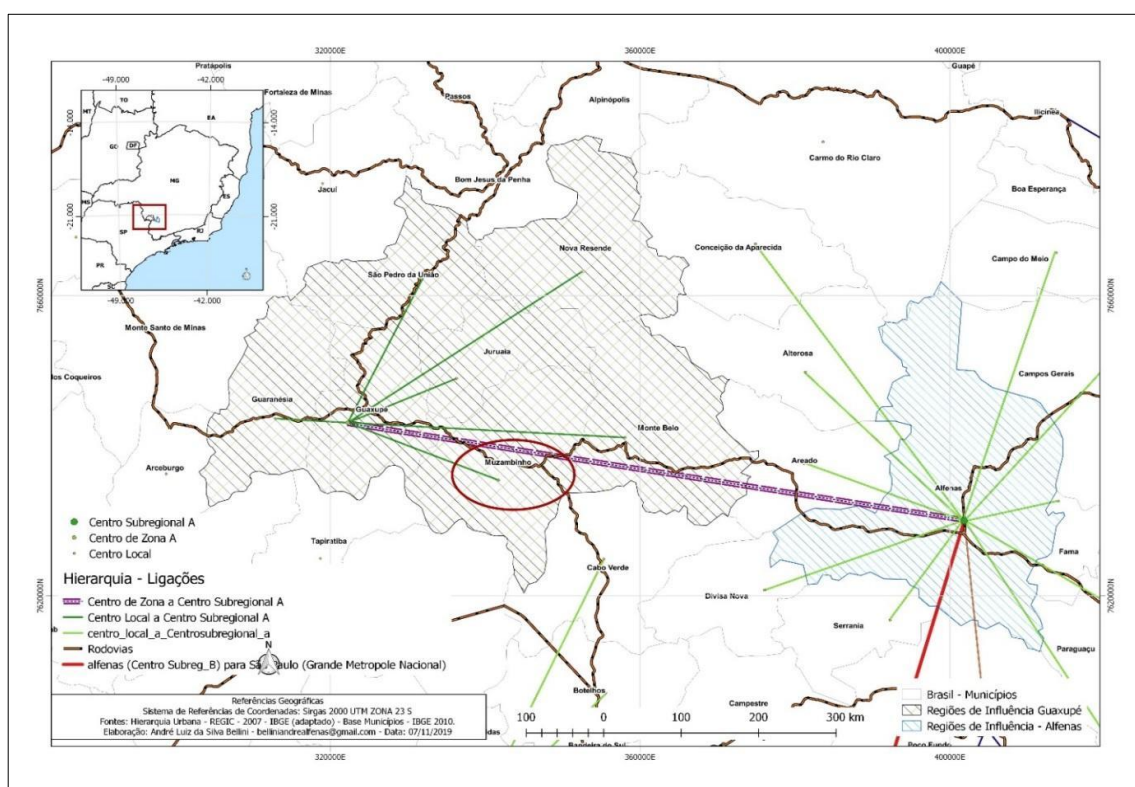
A maioria dos estabelecimentos e empresas em Muzambinho foi fundada por empresários locais, sendo importantes agentes locais no processo de implantação e diversificação das atividades comerciais, promovendo articulações que favoreceram direta ou indiretamente o crescimento da cidade (MAGALHÃES, 2008). Quando se analisa as atividades terciárias, constata-se que Muzambinho é referência para as cidades menores vizinhas também no setor de comércio, especialmente, no abastecimento de alimentos, na diversidade de lojas e, de certo modo, na área de saúde, principalmente no atendimento da Santa Casa e de clínicas odontológicas, além das agências bancárias e escritórios administrativos (CEMPRE, 2018).

Assim, mesmo dentro de uma rede que segue hierarquias, a cidade pequena vai expressar sua centralidade, vai funcionar como uma área de influência para alguma outra localidade ou suprir em determinados aspectos suas próprias demandas internas, pois “a centralidade é desigual, diferenciada, múltipla. As pequenas e médias cidades podem ser centralidades” (DAMIANI, 2006, p. 145). Já a localização geográfica pode diferir em suas funções urbanas e no papel que ela desempenha na

rede urbana. Por exemplo, podem-se citar as diferenças entre as cidades pequenas localizadas em áreas metropolitanas e aquelas que se encontram em áreas não metropolitanas; ou as diferenças entre cidades localizadas em áreas densamente povoadas e aquelas encontradas em regiões com baixa densidade demográfica (MOREIRA JUNIOR, 2013, p. 25)

A localização hierárquica de Muzambinho na rede urbana (FIGURA 10), que não se alterou desde o Regic 2007, mostra que o município pertence à Região de Influência de Guaxupé, uma cidade média que polariza diversas cidades vizinhas e que está em contato direto com Alfenas, centro sub-regional que, por sua vez, influencia também Muzambinho e está diretamente ligado a São Paulo, grande metrópole nacional.

Figura 10 - Mapa de localização hierárquica de Muzambinho dentro da rede urbana



Fonte: Regic, 2007. Organização: André Luiz da Silva Bellini, 2019.

A rodovia que atravessa Muzambinho, BR-491, não é uma rodovia de expressão nacional ou de grande importância para o escoamento de produtos, o que também não faz de Muzambinho uma área de interesse industrial (ARAÚJO, 2016).

Ainda assim, é possível verificar as cidades pequenas no entorno de Muzambinho que acabam, de diferentes graus e particularidades, sendo influenciadas.

Essa hierarquia, o grau de centralidade e suas respectivas regiões de influência, já expressos na teoria dos lugares centrais de Christaller²⁸ (1933), explicam porque, mesmo Muzambinho produzindo muito café ou se destacando no setor agrário com outras culturas, ou até mesmo no setor comercial e de artesanato que atualmente vem despontando (FOLHA REGIONAL, 2018), não se reflita na sua expressão nacional, pela questão da hierarquia a qual pertence na rede.

Christaller (1933) definiu também os conceitos de alcance espacial máximo e alcance espacial mínimo, sendo o primeiro a área determinada por um raio a partir da localidade central em que, no interior desta, os consumidores deslocam-se para a localidade central visando à obtenção de bens e de serviços. Para além dela, os consumidores deslocam-se para outros centros mais próximos, implicando menores custos de transportes. É o que ocorre quando moradores de Muzambinho precisam obter produtos e serviços específicos em outras cidades, principalmente aquelas que, dentro da hierarquia da rede urbana, a influenciam (CHRISTALLER, 1933 apud CORREA, 1994).

Já o alcance espacial mínimo corresponde à área do entorno de uma localidade central que engloba o número mínimo de consumidores suficientes para que uma atividade comercial ou de serviços, uma função central, possa efetivamente se instalar (CHRISTALLER, 1933 apud CORREA, 1994).

Muzambinho atende ao alcance espacial mínimo para alimentos, vestuário, higiene pessoal e primeiros socorros. Esse alcance espacial mínimo, em municípios pequenos, pode corresponder aos motivos que fazem com que moradores do campo migrem para a cidade, quando não há um acesso justo à terra e as condições mais básicas no campo podem ser insustentáveis, como ainda será discutido.

Assim, cidades pequenas atrairão a localidade do entorno, como no caso específico de Muzambinho, que está em uma posição hierárquica que pode ser desfavorável dentro de um contexto regional ou nacional, mas não local e microrregional.

28

CHRISTALLER, Walter. *Central places in southern Germany*. Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall, 1933.

Desse modo, Muzambinho sofre influência e influencia, sendo que seu papel não pode ser desconsiderado, possui suas particularidades e potencialidades que reagem de forma distinta aos fluxos e ligações locais, regionais, nacionais e globais e que podem se constituir em atrativos para que, ainda hoje, mulheres migrem do campo para cidade. Para compreender os motivos dessa migração, é importante destacar como era a vida das mulheres no campo, antes de migrarem para a cidade.

4 A VIDA DA MULHER NO CAMPO

A visão que se tem da mulher no campo, na maioria das vezes, é de uma esposa submissa ao marido, sendo responsável pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com os filhos, além de ajudar na criação e no trato dos animais. Essa consideração limitada tem origens patriarcais dos papéis que uma mulher deve ocupar e que realmente acabam sendo reproduzidos. Mas, não são apenas esses papéis que a mulher ocupa no campo.

O trabalho da mulher vai além do espaço da casa. Está no roçado, nas plantações, na organização e planejamento das safras e colheitas, nos cálculos de gastos e ganhos, no controle das necessidades para lavoura, para casa e para seus moradores. A mulher estabelece as relações entre a vizinhança, organiza os espaços coletivos religiosos, sindicais ou festivos, estrutura as escolas e educação das crianças e jovens, bem como estabelece a ligação entre o campo e a cidade, realizando compras e serviços bancários na cidade, levando os filhos a consultas médicas, entre outras incontáveis funções.

Todo esse trabalho que realiza, por meio dos seus múltiplos papéis, altera, modifica, organiza e produz o espaço no campo. Porém, na maioria dos casos, esse trabalho não é valorizado e nem recompensado financeiramente, o que faz com que as mulheres se sintam oprimidas dentro de uma sociedade que valoriza o poder pelo capital. Assim, mesmo que sejam fortemente atuantes no campo, muitas acabam vislumbrando uma realidade diferente nas cidades.

4.1 VIDA, TRABALHO E PAPÉIS SOCIOESPACIAIS DA MULHER NO CAMPO: DISCUSSÕES INICIAIS

A vida no campo, por vezes, é romantizada, estigmatizada e não corresponde à realidade que pode ser árdua aos trabalhadores que vivem e obtêm sustento nesse espaço. A realidade, para Biroli (2018), é que, no campo, as pessoas começam a trabalhar mais cedo do que na cidade, assim como o número de crianças trabalhando é superior ao das áreas urbanas, além da fragilização da saúde ao longo da vida que pode ser mais intensa. Esse peso da atividade laboral recai sobre homens e mulheres e, em grande parte, de forma desigual para elas.

Quando se trata do trabalho da mulher que vive no campo, não se pode deixar de considerar, anteriormente, a situação familiar em que está inserida. As mudanças de padrões na maioria do rural brasileiro ainda são tímidas, para Saffioti (2013), a mulher que permanece no campo é compelida ao casamento.

Se o matrimônio constitui o destino social considerado o mais válido para a mulher mesmo nas zonas urbanas, no meio rural não há lugar para o celibato. Os valores grupais e raízes de ordem econômica impelem tanto os homens quanto as mulheres ao matrimônio. Sobretudo, no caso delas, esses fatores representam verdadeiras forças propulsoras, impelindo-as à aquisição do estado de casadas. Falecidos os pais, é total a indefinição da posição social da moça solteira e muito insegura sua situação econômica. Estas forças operam tão vigorosamente que, para não permanecer solteira, a moça de idade superior àquela considerada ideal para o casamento da mulher chega a romper o padrão de recato que a tradição lhe impõe, assumindo a iniciativa nas conquistas amorosas. Mesmo consciente de que a vida que a espera depois do matrimônio é penosa, até mesmo mais penosa que a do homem, a mulher não desiste de encontrar um marido que lhe permita adquirir aquela situação definida socialmente e economicamente segura tão importante no universo sociocultural do caipira. Se o elemento masculino solteiro rareia, ela lança mão do homem casado, pois uma união livre com este é reputada como condição superior à de celibatária.²⁹

Para a autora, a família no campo brasileiro ainda conserva, visivelmente, traços da organização patriarcal dos tempos coloniais. As mulheres são essenciais para cumprir atividades e trabalhar para os pais, depois para os maridos, sem reconhecimentos. Ocupam os espaços da casa, do roçado, das lavouras, mas seu trabalho é desvalorizado em comparação ao dos homens, principalmente quando passa a ser visto apenas como “ajuda” se realizado por elas (SAFFIOTI, 2013).

Assim, quando questionadas sobre o trabalho que exerciam no campo, algumas mulheres entrevistadas acabavam usando o termo ajuda por não reconhecerem suas atividades como um trabalho valorizado. “Ah, eu ajudava com tudo, principalmente na colheita, plantar, colher café, plantar, colher feijão, arroz também, ajudava nas criações de boi, porco, galinha e tinha que fazer o serviço de casa também. (ENTREVISTADA 6, 71 anos). “Eu ajudava no terreiro, varria, secava café. Na panha, também eu sempre ajudava e fazia café para turma” (ENTREVISTADA 14, 45 anos).

Eu ajudava muito a mãe em casa, e cuidava dos bichos, tratava das vacas, das galinhas, dos animais tudo, plantava algumas coisas na horta, tipo cebolinha, salsinha, essas coisas para tempero, ajudava o pai na panha, a varrer café, ajudava com serviço de banco, ajudava um pouquinho em tudo,

²⁹ Ibidem, p. 262

porque só tinha eu e meu irmão pequeno para ajudar o pai e a mãe (ENTREVISTADA 18, 26 anos).

Essa percepção está muito atrelada aos conceitos que vinculam os homens à esfera produtiva, enquanto as mulheres somente são associadas à esfera reprodutiva (FARIA, 2009). Por conta disso, o trabalho do homem é mais valorizado, porque exerce atividades de maior valor agregado, enquanto que as atividades produtivas realizadas pelas mulheres acabam sendo consideradas apenas como uma extensão do trabalho doméstico. Além disso, essa valorização pode ser diferente dependendo de aspectos que as mulheres do campo e da cidade vivenciam.

No espaço rural, o trabalho masculino é considerado mais importante por conta do uso do esforço físico em algumas atividades. No entanto, quando se observa a realidade, é mais comum ver mulheres atuando em serviços braçais, porque geralmente não lhes é dada a possibilidade de utilizarem maquinários agrícolas. A esse respeito, Nobre (2004, p. 4) mostra a contradição: “mulheres já fizeram estoca, araram a terra, puxando o burro ou no muque, carregam sacos de 60 kg na cabeça, mas toda vez que essas tarefas são mecanizadas e, portanto, exigem menor força física, são excluídas”. Sobre a questão de seu trabalho ser visto como ajuda, a referida autora também revela que, mesmo quando a esposa substitui o marido em alguma atividade, só é considerada como um trabalho pelo fato de ser executada por um homem, não pela atividade em si, evidenciando a diminuição real que existe com a mulher.³⁰

Isso acaba por traduzir o desprestígio com que elas têm de ser capazes de lidar desde crianças, sendo responsáveis por mais tarefas que os meninos, que geralmente acompanham o pai e não ficam responsáveis por afazeres domésticos como elas. Sendo assim, desde crianças, aprendem a trabalhar em diversas funções, já que não ficam de fora do trabalho na lavoura, no roçado e, na maioria dos casos, sem a opção de escolha e sem o reconhecimento de suas capacidades (NOBRE, 2004).

Situações como essa atravessam gerações: mães e avós dessas mulheres que vivem no campo passaram pelas mesmas situações e até por mais graves submissões e violências. São sombras do patriarcado que ainda se refletem em alguns casos e, muitas vezes, se revelam por completo em outros.

Enquanto casadas, as mulheres também sofrem pressões por conta de terem

³⁰ Ibidem.

muitos papéis para assumir. Muitas dessas pressões estão no fato dos “homens resistirem aos novos aprendizados das mulheres”, como se, por exemplo, se elas aprendessem a dirigir, deixariam de ficar mais em casa cuidando dos afazeres domésticos e da educação das crianças (NOBRE, 2004, p. 5).

Sobre essa questão, Dias (1981) exemplifica que, para a mulher, não basta ter vontade de trabalhar fora, porque ela depende do ciclo de vida familiar, enquanto figura única na criação dos filhos e na responsabilidade pelas tarefas domésticas. Isso porque a sociedade patriarcal normalizou o homem se responsabilizar apenas pelo trabalho produtivo, enquanto as mulheres pelo trabalho reprodutivo, não valorizado.

Essa responsabilidade sobre tudo que envolve o ambiente doméstico recai de maneira tão incisiva sobre a mulher que, tendo os gastos da casa compartilhados ou não, a mulher com acesso ao dinheiro se vê na obrigação de comprar eletrodomésticos, móveis ou qualquer objeto para o uso de todos, ao invés de adquirir algo em seu próprio benefício (ANDRÉ, 1990).

É a mulher que tem que saber o medicamento, o alimento preferido, a roupa que precisava ser lavada, o compromisso que estava marcado de cada membro da família. É inevitável, então, o acúmulo de funções, que se soma a todo trabalho que já realizam no roçado. Essas atribuições extras, muitas vezes, não são diferentes da mulher que vive e trabalha na cidade. Deste modo, cabe a reflexão sobre se, quando optam por migrar para um centro urbano, esse seu papel se altera ou não.

Quando questionadas sobre a divisão das atividades domésticas no período em que viveram no campo, todas as 20 mulheres entrevistadas responderam que se sentem responsáveis, juntamente com as mães ou irmãs. Independentemente da idade ou período em que viveram no campo, foi possível perceber que essa divisão desigual do trabalho, que não é considerado produtivo, não se alterou. O trabalho doméstico, por exemplo, continua como uma função exclusiva da mulher. “Serviços domésticos, só as mulheres. Eu, minha irmã, e minha mãe. Meu irmão e meu pai não” (ENTREVISTADA 4, 28 anos). “Ah, era tudo por minha conta, lavar, cozinhar, e não era mole não, porque era fogão à lenha, não tinha máquina de lavar, sabão caseiro, nada fácil igual hoje tem” (ENTREVISTADA 13, 47 anos).

Era mais eu e minha mãe mesmo. Ela colocava meus irmãos para buscar lenha, para cuidar do paiol, pra fazer algum conserto, mas cozinhar, lavar roupa era nós. Depois quando casei meu marido ajudava um pouquinho mais, sabia passar um café e outra coisinha ali e lá (ENTREVISTADA 12- 76 anos).

Existem famílias nas quais o marido e o filho homem também são responsáveis pelas tarefas domésticas, mas, no cenário da agricultura familiar, ainda são exceção. A consideração do trabalho doméstico para mulher no campo, ser entendida como extensão do roçado, se dá pelo fato de que no capitalismo o trabalho torna-se mercadoria.

No campo essa divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e no roçado. Dessa forma, historicamente muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão do trabalho doméstico. É importante ressaltar que essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à introdução da noção capitalista de trabalho, que justamente reduz trabalho ao que pode ser trocado no mercado (FARIA p.19, 2009).

Ao se considerar como trabalho apenas aquilo que tem valor de troca, que pode ser comercializado no mercado, pode-se entender porque os serviços domésticos não são considerados como atividade produtiva. No campo, acabam incluindo todas as atividades que a mulher executa na horta, na lavoura, no terreiro, no cafezal, nas criações, apenas como uma tarefa de extensão doméstica, e não como um trabalho que deve ser recompensado.

Dentro dessas considerações, Paulilo (2004, p. 235) utiliza o termo “trabalho invisível”, para explicar essa desvalorização das múltiplas tarefas femininas, vista como um reflexo da desvalorização que ocorre por toda sociedade e suas instituições, incluso na própria família que acaba naturalizando a situação. É essa naturalização da divisão sexual do trabalho que, para Nobre (1998), impede que ela se torne um problema a ser enfrentado pela sociedade. Esse enfrentamento deve ocorrer em todas as esferas - públicas, particulares, por mulheres, homens, pela academia, pela sociedade, em grandes ou pequenos municípios.

4.1.1 Divisão sexual do trabalho no campo

Quando se fala em divisão sexual do trabalho, historicamente se fala no trabalho da mulher, seus lugares e competências definidos. Não se pode fazer uma análise de gênero, classe e raça que não envolva essa divisão, que diz muito sobre a percepção de mundo e papéis estabelecidos na sociedade (BIROLI, 2018).

É preciso recordar que o destino dado a homens e mulheres é uma construção

social que acontece pelas relações sociais de sexo estabelecidas. Assim, como toda relação social, há uma base material, o trabalho, que se expressa pela divisão sexual do trabalho e dá base à ideologia patriarcal. Ou seja, a divisão sexual do trabalho “é a relação material concreta que dá base à ideologia patriarcal. Dela decorre as relações de exploração e opressão sobre as mulheres e as ideologias decorrentes que conformam o que chamamos sistema patriarcal” (CISNE, 2015, p. 22).

Para a autora, ainda, a divisão sexual do trabalho resulta de “um sistema patriarcal capitalista que por meio da divisão hierárquica entre os sexos, confere às mulheres um baixo prestígio social e as submetem aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados pela educação sexista”. ³¹Quando se discute o processo capitalista, tem-se que a divisão do trabalho passou por significativas transformações.

Na evolução do processo histórico do capitalismo, a divisão do trabalho sofreu profundas transformações com a utilização da tecnologia, da organização e controle do trabalho. Desenvolveu-se uma relação entre os indivíduos e a natureza por meio do trabalho, passada de geração em geração, sendo modificada pelas gerações seguidas, somando uma massa de forças produtivas, capitais e formas sociais de intercâmbio, designando as condições de vida encontradas pelas diferentes gerações. As contradições do modo de produção são evidenciadas na divisão do trabalho entre aqueles que se apropriam e controlam os meios de produção, entre as diversas famílias, entre a distribuição quantitativa e qualitativa do trabalho e dos produtos, e, na divisão do trabalho entre os sexos (ALVES *et al.*, 2012, p. 4216).

As contradições no processo de divisão do trabalho chegam à divisão desigual do trabalho entre os sexos, o que levou muitas mulheres a acreditarem que possuem uma essência que as tornam naturalmente mais aptas para determinados trabalhos. Nesse processo, “molda-se a mulher para atender aos interesses patriarcais capitalistas” (CISNE, 2015, p. 118).

De acordo com Biroli (2018, p. 23), essa divisão sexual do trabalho pode não incidir da mesma forma entre todas as mulheres, porque “as hierarquias de gênero assumem formas diferenciadas segundo a posição de classe e raça das mulheres”. Não quer dizer que não impacte as mulheres privilegiadas brancas ou de classe média- alta, mas as consequências são distintas às da maioria das mulheres.

³¹ Ibidem, p. 117

De todos os modos, para Saffioti (2015, p. 61), essa divisão sempre recaiu de forma desigual sobre a mulher e seu trabalho, desde as sociedades primitivas, sendo ele a base da sobrevivência da humanidade:

Enquanto a coleta é certa, acontecendo cotidianamente, a caça é incerta. Um grupo de homens pode voltar da caçada com um animal de grande ou médio porte, provendo as necessidades de seu grupo, como pode voltar sem nada. Logo, a atividade dos homens, realizada uma ou duas vezes por semana, não é confiável em termos de produto. Já a das mulheres lhes permite voltar a sua comunidade sempre com algumas raízes, folhas e frutos. A rigor, então, a sobrevivência da humanidade, felizmente variando no tempo e no espaço, com esta divisão sexual do trabalho (não se pode afirmar que todos os povos hajam passado pelo estágio da caça e coleta), foi assegurada pelo trabalho das mulheres.

Na contemporaneidade das sociedades capitalistas, essa divisão sexual do trabalho ainda permanece. É a mulher quem realiza o trabalho não remunerado do cuidado das crianças, dos afazeres e atividades domésticas, até mesmo quando exerce atividade remunerada no mercado de trabalho, culminando em um acúmulo de funções. É uma maneira de a sociedade capitalista controlar a hierarquização do modo de produção e reprodução do capital. Essa desigualdade nas esferas produtivas e reprodutivas confere ao homem o poder na estrutura da família patriarcal (ARAÚJO, 2015a).

Porém, se não houvesse alguém que cumprisse todos os afazeres domésticos, desde cozinhar, lavar, limpar, até cuidar dos filhos, dentre muitas tarefas comuns, os homens teriam sua rotina de trabalho alterada e reduzido seu tempo para recuperar as energias do trabalho. Essa responsabilidade recai sobre a mulher. Essas situações estão conectadas desde a infância. As mulheres aprendem os serviços domésticos que se convertem em competências para reprodução da vida, mas que tem pouco valor na lógica de mercado (BIROLI, 2018).

Dentro dessa perspectiva, Cisne (2015, p. 120) expõe como o trabalho da mulher é explorado pelo capital em ambas as esferas.

É necessário perceber que a feminização do trabalho, explícita numa análise crítica da divisão sexual do trabalho, implica em determinações relevantes para a produção e para reprodução do capital, que, para tanto, desenvolve uma superexploração sobre o trabalho e sobre as atividades desenvolvidas por mulheres, tanto na esfera pública quanto privada. Na esfera privada, pela utilização/responsabilização da mulher pela garantia da reprodução social, o que possibilita a produção social ser realizada com um custo menor; na esfera pública pela desvalorização, subordinação, exploração intensificada (por exemplo, baixos salários) e desprestígios presentes no mundo produtivo.

No campo, a divisão sexual do trabalho pode ser ainda mais evidenciada. As tarefas são divididas por sexo e idade e existe uma diferenciação dos espaços existentes na casa, assim como dos bens que a família possui, estabelecendo uma hierarquia entre os membros na maioria das organizações familiares. Ademais, há desvantagem das filhas mulheres na titularidade das terras ou exclusão de heranças (PAULA, 2018).

Sobre a titularidade das terras, das 20 mulheres entrevistadas, 17 delas responderam que nunca possuíram terras em seu nome (85%), enquanto que as 3 restantes receberam as terras como parte de herança familiar (15%). Aquelas que responderam que possuem ainda algum contato com o campo e visitam as propriedades com frequência, essas, ou estão no nome dos pais, ou sempre estiveram no nome do marido, mostrando que essa realidade ainda é presente no campo.

Em Muzambinho, assim como na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, há a predominância da agricultura familiar, com destaque para a cafeicultura, conforme já mencionado, sendo que os próprios agricultores são administradores e residem na propriedade, com tradição na sucessão familiar (BARBIERI *et al.*, 2011).

Abramovay (1997, p. 7), citando Gasson; Errington³² (1993), destaca seis características principais da agricultura familiar: a gestão é feita pelos proprietários; os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; o trabalho é fundamentalmente familiar; o capital pertence à família; o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família; e os membros da família vivem na unidade produtiva.

A agricultura familiar, assim como os papéis das mulheres, sofreu transformações de acordo com os diferentes períodos ao longo da história. No colonato, a força de trabalho da família era vendida ao capital, então, tornava-se necessário um grande número de membros da família que pudesse trabalhar e vender sua mão de obra. A autoridade sobre o comando das atividades, porém, assim como a administração do dinheiro, sempre cabia ao homem (ARAÚJO *et al.*, 2020).

32

GASSON, R.; ERRINGTON, A. *The farm family business*. Wallingford: CabInternational, 1993. Disponível em: < <http://www.regional.org.au/au/apen/2001/refereed/ReeveJ.htm>.>.

Na medida em que apenas o chefe do grupo familiar era considerado colono, respondendo pelo contrato de trabalho com o fazendeiro, o chefe colocava-se como responsável pelo trabalho dos demais membros da sua família. Assim, embora evidentemente subordinado à administração da fazenda, era ele quem determinava não só as várias tarefas a serem realizadas - trato do cafezal, cultura de subsistência, trato dos animais, etc.-, como também a intensidade no cumprimento de tais tarefas. Apenas ele detinha o acesso ao dinheiro, tanto recebendo o pagamento do salário monetário, como comercializando o excedente da produção para a subsistência. Embora as necessidades financeiras individuais fossem extremamente reduzidas, significando basicamente a compra de roupas ou de calçados, era o colono quem distribuía os rendimentos monetários entre os membros de sua família. Desse modo, o grau de controle que exercia sobre o grupo doméstico era bastante elevado (DIAS, 1981, p. 29).

A mulher, então, além de intensificar o ritmo de trabalho na esfera doméstica, deveria auxiliar o marido no trabalho produtivo. Quando os filhos cresciam, havia liberação desse trabalho nas lavouras, mesmo sendo rara essa opção, pois, ocasionalmente, a mulher participava do trabalho produtivo quando a necessidade de mão de obra se intensificava. Seu trabalho não era remunerado e, quando os filhos encontravam, no casamento precoce, uma saída do poderio do pai, a mulher começa a se responsabilizar pelos cuidados dos netos. Sua nora, então, assume o papel produtivo no campo, representando um aumento no número de membros da família, importante para trabalhar em uma área de maior cultivo, do qual o capital também se beneficiaria.³³

Quando ocorre a transição do colonato para o trabalho assalariado, há também uma mudança na organização familiar. Nesse novo contexto, as mulheres e seus maridos recebem separadamente e as atividades femininas têm um menor valor agregado, sem valorização. O trabalho familiar deixa de ser uma unidade de subsistência para ser um grupo familiar de cooperação para sobrevivência, por meio da junção da soma dos ganhos de seus membros. As mulheres foram compelidas a ingressar no mercado de trabalho de modo a viabilizar a reprodução da força de trabalho para o capital pela somatória dos salários individuais. O trabalho não remunerado da mulher possibilita a produção de valor de uso que garante a sobrevivência da família.³⁴

A proletarização do trabalho faz com que algumas relações se alterem. Antes, apenas o homem estabelecia as relações sociais da família fora da propriedade, enquanto a mulher se restringia ao âmbito doméstico, de vizinhança ou parentesco.

³³ Ibidem.

³⁴ Ibidem.

No colonato, o trabalho feminino era subordinado ao pai ou ao marido, depois, com o salaríato, ele passa a ser subordinado ao capital que vai se apropriar tanto do seu trabalho produtivo quanto do reprodutivo, quando a mulher precisa ficar em casa.³⁵

A mulher é, historicamente, a base do trabalho no campo. Para Gouveia (2003), muitas vezes se atribui uma invisibilidade à mulher, que é oposta ao seu papel ativo.

Cabe abrir um parêntese para questionar a chamada invisibilidade das mulheres e seu trabalho na agricultura familiar, expressão tão recorrente que já assume um estatuto de verdade. As mulheres não são invisíveis, elas não são vistas no sentido de seu reconhecimento como sujeitos ativos dos processos produtivos. Longe de ser um mero jogo de palavras, atribuir aos outros a incapacidade de enxergar as mulheres muda o sentido da compreensão da realidade e, conseqüentemente, das estratégias para a superação das desigualdades. Não são as mulheres que se ocultam, são as relações de dominação patriarcal que lhes atribuem um lugar menor.³⁶

Assim, para a autora, a agricultura familiar deve se atentar à sua real organização, porque “se o patriarcado é o sistema que cria, justifica e legitima a opressão e exploração das mulheres, a agricultura familiar, ao se organizar a partir desse sistema, reproduz e perpetua tal exploração e opressão”, deixando de valorizar e reconhecer a importância da mulher na organização socioespacial e produtiva do campo.³⁷

Quando as mulheres não têm seu trabalho valorizado, acabam não se percebendo como trabalhadoras, deixando de criar identidade com sua classe. Muitas, então, se acomodam, deixando de acreditar no poder da organização e das lutas políticas da classe trabalhadora. Acabam por deixar de assumir cargos em associações, sindicatos e direção de movimentos sociais, favorecendo o capital que se beneficia com menos pessoas em confronto com esse sistema (CISNE, 2015).

Com relação a esse tema, grande parte das mulheres entrevistadas não acreditava que o trabalho que realizava era valorizado pelos membros da família (85%), sendo que os motivos dessa percepção delas foram, para algumas, o fato de perceber que não recebiam dinheiro pelo trabalho que executavam. Outras sentiam a desvalorização pela falta de reconhecimento. “De forma alguma! Não tinha reconhecimento, nem a gente recebia para fazer nada não, era tudo obrigação mesmo!” (ENTREVISTADA 2- 61 anos).

³⁵ Ibidem.

³⁶ Ibidem, p. 45.

³⁷ Ibidem, p. 44.

Não! Era só uma obrigação, tinha que fazer! Porque você tá ali, você tem que ajudar! Mas não era valorizado não, pelos homens da casa! Até hoje que o serviço é para fora de casa, não é um serviço familiar, também não vejo sendo valorizado. Agora o trabalho doméstico então é pior, só é reconhecido se você não fizer! (ENTREVISTADA 4- 28 anos).

Não muito! Tinha que ajudar em tudo, e sem receber! Eu todo dia lavava roupa de uns seis homens, cinco irmãos, mais a do pai, e lavava tudo no sabugo, porque não existia nem uma escovinha, sabe? O sabão era minha mãe mesmo que fazia, tinha um batedor que a gente fazia para bater roupa, depois enchia aquela cerca de arame que a gente usava como varal, cheia da roupa dos homens, nossa, eu trabalhava muito na roça! (ENTREVISTADA 6- 71 anos).

Em contrapartida, algumas mulheres notavam esse reconhecimento, mesmo que não implicasse em um valor remunerado pelo trabalho realizado.

Acredito que era valorizado sim, porque como eram só nós quatro, meus pais, eu e meu irmão todo mundo tinha muito serviço, então todo mundo via que todo mundo trabalhava bastante. Só que assim, eu não tinha um salário por isso, meu pai comprava o que eu precisava sempre, mas não recebia um valor por mês, por exemplo (ENTREVISTADA 18, 26 anos).

Era sim. Não vou falar que eles desmereciam meu trabalho, não. Que tem muitas pessoas que já falam que “Ah, mulher não faz nada. Você não fez nada hoje”. Começa o dia e vai até de tarde e vê quantas atividades você que você fez. Né? Entendeu? Então, trabalho de dona de casa é uma rotina de todo dia a mesma coisa, e só você sabe onde tá sujo, onde tem que limpar. Mas aqui em casa, graças a Deus, nunca tive problemas, tanto os meninos, os meus filhos que veio crescendo e o meu marido nunca desmereceu não. E aí deles se desmerecer. Aí deles! (Risos) (ENTREVISTADA 11, 67 anos).

Para Biroli (2018, p. 12), a divisão sexual do trabalho não é tratada como tema para a democracia e chega a ser reduzida ao universo das preocupações de gênero ou das mulheres. No entanto, deveria ser, pois “ela é organizadora do acesso a recursos fundamentais para autonomia e a participação em diferentes dimensões da vida pública, para o acesso a recursos e reconhecimento”. Sendo assim, a autora acredita que, quando se reduz a temática, as problemáticas que atravessam diversas relações sociais acabam sendo isoladas e perdem seu alcance para maiores reflexões.

Em trabalho realizado nos municípios de Alfenas, Muzambinho e Poço Fundo, a fim de comparar a agricultura familiar e a questão de gênero nos sistemas de produção convencional e orgânico de produção do café, Vale et al (2019) mostraram que, em Muzambinho, predomina o sistema convencional, no qual, apesar da atuação em praticamente todas as etapas de produção de café, o trabalho da mulher não é

reconhecido, nem pela família, nem pela cooperativa.

Isso se comprova com dados que mostram que, em quase metade das famílias cafeicultoras entrevistadas, são os homens que decidem o destino do dinheiro da produção familiar (47%), sem levar em conta a opinião da esposa e dos filhos. Essas mulheres, além dos afazeres domésticos, trabalham nas lidas do café, em várias funções. Elas relataram que, no tempo de suas mães, era mais difícil a situação, porque o pai delas era muito exigente e não havia, na época, eletrodomésticos no espaço rural para facilitar o trabalho doméstico. A maioria dessas mulheres demonstrou que pretende incentivar a filha a estudar e a seguir uma profissão, pois sabem da falta de reconhecimento da mulher no processo produtivo do café. Relataram, também, não haver incentivo da cooperativa para que as mulheres possam se destacar, há apenas a realização de palestras com temas que nem são sugeridos por elas e que poucas vezes se relacionam com o café (Ibidem).

Desse modo, é importante pensar em alternativas para esse sistema. Como exemplo, pode-se citar a Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM), que incentiva a produção do café orgânico e agroecológico, além da produção de café orgânico feminino³⁸, bem como a diversificação de culturas nas propriedades rurais. É uma forma de produção baseada no comércio justo e na valorização de todos os membros das famílias dos cooperados, não baseada apenas em mecanismos para garantir lucro (VALE et al, 2019).

As mulheres entrevistadas nesse trabalho, também, foram questionadas sobre quem decidia o que seria plantado quando viviam no campo e quem administrava o lucro da produção familiar. As falas se repetiram (quadro 3).

As falas acabaram por revelar que o campo, para essas mulheres entrevistadas, seguia muito também de uma estrutura patriarcal, nem sempre percebida, que envolve pais, irmãos, maridos tomando decisões por mulheres que também trabalham, têm visões, vontades e se organizam no espaço. Trata-se, portanto, de uma estrutura extremamente injusta e desigual.

38

O Café COOPFAM Feminino, é resultado do encontro e da luta de mulheres que acreditaram em seu potencial. Criaram o MOBI – Mulheres Organizadas Buscando Independência, que começaram a plantar seu café, usaram a palha e a borra para criar arte e artesanato. As mulheres estão inseridas em todas as etapas da produção, e os cafés comercializados são o orgânico feminino e o sustentável feminino (www.coopfam.com.br).

Quadro 3 - Responsável pelas decisões e lucros na propriedade rural

Responsável pelas decisões na propriedade e pela administração do dinheiro	Número de citações
“Meu pai”	10
“Meu pai e meus irmãos”	1
“Meu pai e meu avô”	1
“Meu pai e meu marido”	1
“Meu marido”	7

Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Org.: A autora.

Das 20 mulheres entrevistadas, 10 relataram a figura do pai como responsável por administrar os lucros e tomar as decisões nas propriedades e 7 delas, o marido, o que demonstra a insatisfação pela desvalorização que relatam sentir no campo.

Por conta disso, é importante entender que a mulher possui papéis socioespaciais determinados por condições desiguais do que é atribuído como papel do homem e papel da mulher na organização espacial de uma cidade e no campo.

4.1.2 Os papéis socioespaciais das mulheres no campo

A sociedade, dentro dos estudos geográficos, é objetivada por cinco conceitos-chave que são semelhantes no sentido da ação humana sobre a superfície terrestre: espaço, lugar, paisagem, região e território. O espaço geográfico tem hoje um papel privilegiado como incorporador das materialidades e das ações humanas, é por meio dele que se impõem as relações sociais e as da produção, que se dão em toda complexidade do mundo real, por meio das chamadas formações socioespaciais (CORRÊA, 1995).

A origem do social nas relações espaciais ou o conceito de espaço social são fundados nos pensamentos de Henri Lefebvre. Suas ideias são baseadas, principalmente, nas reflexões referentes à reprodução das relações sociais e ao sentido da organização do espaço no contexto das lutas de classe, especialmente, no campo da expansão do capitalismo (REIS, 2015).

Para Souza (2013), é possível que se valorize o conceito de espaço social sem, em contrapartida, abrir mão do espaço geográfico.

Da perspectiva da pesquisa sócio-espacial, é como se tivéssemos duas “camadas” ou dois níveis de conceitos primordiais, sendo o conceito de espaço geográfico um pouco mais amplo, e o de espaço social (que equivale a uma qualificação do espaço geográfico) podendo ser compreendido como mais específico e, a rigor, mais central. Das interfaces do espaço social com as diferentes dimensões das relações sociais emergem os conceitos de território, lugar e muitos outros, que podem ser vistos como conceitos derivados.³⁹

Esses conceitos ajudam na análise espacial das realidades sociais existentes. Entender as relações sociais de gênero desde sua materialidade concreta na estruturação do espaço, partindo do pressuposto de que estas são constituídas de poder, permite a associação com as relações espaciais. Essas, por sua vez, definem as relações de produção, uma vez que o espaço se define como um componente dialético da relação entre o capital e trabalho, da estrutura de classes na sociedade capitalista (REIS, 2015).

Assim, é possível compreender as relações espaciais e sociais como dialeticamente interdependentes, sendo que as relações sociais de produção formam e contém esse espaço (GARCÍA, 2002). É importante destacar, também, que essa produção não se refere apenas à produção de bens materiais como móveis ou imóveis, mas também à produção simbólica e de relações de poder que marcam a sociedade. “O termo produção é suficientemente amplo e plástico para comportar essa multiplicidade de dimensões” (SOUZA, 2013, p. 41).

Essa produção acontece no espaço. É por meio dele que se dão as relações sociais e que o homem se (re) produz. Quando um indivíduo realiza esse movimento de reprodução da vida, conseqüentemente produz espaço. Nesse sentido, para Toro (2015, p. 4), baseando-se no conceito de produção do espaço de Lefebvre (1974): “porque produto das relações sociais, o espaço está sempre em processo de construção, é sempre devir”. Sobre a materialização dessas relações de produção acontecer na esfera do cotidiano, continua:

Porém, quando falamos em produção do espaço, não estamos nos referindo apenas à produção *stricto sensu*, mas também à reprodução das relações sociais. Dessa forma, a produção do espaço inclui as práticas sociais e a relação que cada indivíduo e sociedade possuem com os espaços, sendo experiências particulares que se dão na esfera do cotidiano e do vivido. Por mais que a lógica de dominação e de modelos de cidades possua um caráter global e sejam constituídos de cima para baixo, devemos levar em

³⁹ Ibidem, p. 32.

conta que a materialização desses processos se dá na esfera do lugar, do cotidiano.⁴⁰

Para Reis (2015, p. 21), o trabalho será “o elemento mediador entre a sociedade e o espaço”, determinando a natureza social do espaço e a sua forma de apropriação como um produto social em que a natureza é transformada por meio de instrumentos de trabalho que determinariam a origem social do espaço geográfico.

Qualquer análise geográfica, na visão Gomes (1997, p. 38), deve examinar o espaço como um texto, em que formas são portadoras de significados e sentidos. “Há, por assim dizer, uma escrita nesta distribuição das coisas no espaço. Em outros termos, o arranjo espacial das coisas é uma linguagem”, e é preciso saber identificar os elementos dessa linguagem, os sujeitos- no caso dessa pesquisa, as sujeitas-, quem executa as ações no espaço, quem as organiza, quem as produz.

Na maioria das vezes, as mulheres possuem mobilidade no campo mais reduzida do que os homens, o que não implica na redução do trabalho, com a responsabilidade com os trabalhos domésticos e cuidados com a família, além do trabalho na área externa da casa e nas lavouras ou áreas de plantio. Assim, a mulher participa da produção e da reprodução da força de trabalho para o capital. “E conseqüentemente, ela é responsável, juntamente com os outros membros da família, acrescido dos investimentos feitos pelos detentores do capital, pela produção e reprodução do espaço” (ROSSINI, 1988b, p. 588).

Desse modo, de acordo com Francisco (2011, p. 34), “toda uma estratégia de sobrevivência familiar é desenvolvida pela família na manutenção do grupo e, onde, a mulher desempenha um importante papel como atriz social, produzindo e reproduzindo o espaço”.

Sobre a condição da mulher, verifica-se, então, que em toda formação social existe uma produção social de bens, a qual se nomeia produção, e uma produção social de seres humanos, ou reprodução. São formas distintas, porém relacionadas uma à outra. Dessa maneira, não se separa produção e reprodução. A partir das premissas capitalistas, tem-se a definição da subordinação da reprodução à produção. Assim, ao longo dos anos, constatou-se que homens e mulheres participam de maneiras desiguais na produção e reprodução, sendo que esta participação foi reforçada no sistema capitalista (ROSSINI, 1988a).

⁴⁰ Ibidem, p. 13.

Dessa maneira, é o trabalho feminino, dentro do contexto familiar, que possibilitará o reconhecimento do papel de atriz social da mulher nas atividades produtivas e reprodutivas, produzindo e reproduzindo o espaço (FRANCISCO, 2011).

Faria (2004, p. 24), dentre suas compreensões, aborda a importância do papel da mulher no campo.

Uma é a compreensão que o quintal cumpre um papel importante para uma produção diversificada, que é fundamental para a garantia de soberania alimentar. Recupera também o conhecimento histórico das mulheres e sua contribuição para a existência de uma grande biodiversidade. Essas práticas têm também um papel importante na resistência à agricultura de mercado e sua tentativa de homogeneizar a produção no campo. Toda essa experiência das mulheres contribui para reforçar, desde a prática, as formulações da economia feminista sobre a importância de ampliar a visão do que é econômico para além do mercado.

Esses papéis socioespaciais vão além do trabalho produtivo e reprodutivo. Muitas dessas mulheres, que cresceram em bairros rurais, são responsáveis pela organização de festas religiosas, cultos, quermesses, almoços e socializações que ocorrem no campo. Diferentemente dos tempos passados, hoje elas realizam com mais frequência a interface com a cidade, sendo as responsáveis por compras, serviços bancários e consultas médicas dos filhos (ARAÚJO, 2016).

Os bairros rurais se organizam como grupos de vizinhança, cujas relações interpessoais são cimentadas pela grande necessidade de ajuda mútua, solucionada por práticas formais e informais, tradicionais ou não; pela participação coletiva em atividades lúdico-religiosas que constituem a expressão mais visível da solidariedade grupal; pela forma específica de ajustamento ao meio ecológico, através do trabalho de roça, executado pela família conjugal como unidade econômica e utilizando técnicas rudimentares; pelo exercício do comércio de parte dos gêneros obtidos com a lavoura ou com a criação, como um meio de permitir a aquisição de objetos e mercadorias fabricadas na cidade; pela interdependência visível entre o grupo de vizinhança e núcleos urbanos, locais e regionais, para os quais se dirigem os lavradores, seja para vender seus produtos e comprar mercadorias, seja em romarias religiosas, seja para tratar das poucas atividades administrativas e políticas que estão ao seu alcance (QUEIROZ, 1973, p. 195 *apud* PINA; LIMA; SILVA, 2008, p.138).

Porém, como foi relatado no trabalho de Araújo (2016), as áreas de lazer em bairros rurais e para os moradores do campo, de forma geral, são escassas. Os pontos de encontro nas tardes do fim de semana não envolvem toda família, uma vez que os homens jogam futebol, ficam nas vendas e bares, como se as mulheres, crianças e idosos pudessem apenas observar a movimentação.

Quando questionadas sobre o que consideravam lazer no campo, algumas dessas mesmas situações surgiram nas falas das entrevistadas.

Eu lembro muito de ir na cachoeira com os amigos, e de passar um tempo na casa dos vizinhos, conversando o dia todo! Lá tinha o campo, tinha jogo de futebol no domingo, mas eu não gostava de ir, eram só os meninos que jogavam, não gostava de beber também, então gostava mais de fazer uma caminhada, andar de bicicleta! (ENTREVISTADA 4, 28 anos).

Ah eu não lembro de ter muita opção de lazer não, pra mulher pelo menos não, pros homens ainda tinha um campo de futebol, um barzinho que eles ficavam bebendo, agora pra criança morar na roça tudo é divertido, mas quando você já vai ficando adolescente, aí essa questão já começa a complicar, porque não tem muito o que fazer (ENTREVISTADA 7, 42 anos).

Entretanto, se no passado ou ainda hoje pareceria impossível para algumas pessoas a existência de um time de futebol feminino como forma de lazer para mulheres e meninas no campo, a fala de uma das entrevistadas mostrou que as relações de gênero podem e devem se alterar no campo, para que as mulheres possam cumprir os papéis socioespaciais que desejarem.

O lazer que eu tinha era quando eu jogava bola com as meninas. Eu amava! A gente tinha um time lá no Morro Preto, das meninas, fiquei bastante tempo, comecei com uns 15 anos, e fui até meus 21 mais ou menos, aí tive problema no joelho e fui parando, mas tem meninas que jogam ainda, tem torcida e tudo! (ENTREVISTADA 9, 31 anos).

O lazer no campo também é muito associado à religiosidade, principalmente nas falas das entrevistadas mais velhas, sendo que a quase totalidade das entrevistadas são católicas (95%), criadas em famílias tradicionais e seguem tradições como rezas e terços que vivenciaram no campo. Nessas celebrações, o papel da mulher era de organização e preparação dos alimentos muitas vezes.

Ah, a gente ia nas festas que tinha, por exemplo, tinha as festas de São Sebastião, era muito comum naquela época, então muito movimentada, e a gente gostava de participar, nas festas juninas, terços que tinham bastante também, folia de reis. Era isso (ENTREVISTADA 6, 71 anos).

Lazer era passar a tarde de domingo no campo de futebol e na vendinha que tinha com os amigos. A gente tinha também lá muita coisa de religião. Era muito terço, muita festa. Tinha uma igreja lá com salão, um salão ao lado. Então, difícil 15 dias que passava que não tinha as vezes um bingo, uma coisinha. Este era o lazer que tinha lá na roça. E casamento né? Mas como tinha casamento, aqueles almoços de casamento! Que delícia que era! Porque era gente demais. Então... Era evento. Os casamentos eram uns dos maiores eventos! (ENTREVISTADA 11, 67 anos).

Acho que lazer eram mais os terços, rezas, novenas de natal, isso tudo tinha na roça, fazia aquela comilança, então nessas épocas era muito bom, a gente ficava até ansiosa para chegar, eu sempre fazia os paus a piques com minha mãe, rosca, canjica. Era bom demais! (ENTREVISTADA 15, 57 anos).

Sobre a mobilidade dessas mulheres, a questão geracional e a época em que viveram no campo permitem análises diferentes de como se deslocavam. A situação financeira das famílias do campo e o avanço da tecnologia também são fatores inclusos. Antes, as mulheres andavam muito a pé e, quando iam para cidade, menos vezes que os homens, era por meio de charrete, cavalo. Hoje, muitas famílias já possuem carros, motos, e muitas mulheres também dirigem. Do total das mulheres entrevistadas, metade possui carteira de habilitação para carros e 4 delas para carros e motos. Esses elementos foram notados nas falas das entrevistadas. “A maioria das vezes era a pé, mas às vezes ganhava uma carona, principalmente se precisasse vir pra cidade, aí vinha de charrete assim” (ENTREVISTADA 16, 77 anos). “Eu já cheguei a andar muito a pé e de charrete quando era mais nova na roça do meu pai, depois de casada a gente tinha carro e moto, eu dirijo os dois” (ENTREVISTADA 19, 38 anos). “Ah, quando precisava ir mais longe, pegava carona com o caminhão de leite, se fosse para a cidade tinha a jardineira que passava lá uma vez por dia (ENTREVISTADA 6, 71 anos). “Para lugares pertos era a pé mesmo ou de carona, antes do pai comprar um carro. Para vir para escola era transporte da prefeitura, de van. Hoje eu sei dirigir” (ENTREVISTADA 4, 28 anos). “Para ir nas casas vizinhas, era a pé mesmo, para trabalhar na colheita meu pai tinha trator e a gente tinha moto, hoje o pai tem carro também. Agora eu sei dirigir, depois que eu vim para cidade, eu tirei carta de moto e carro” (ENTREVISTADA 1, 35 anos).

Também foram questionados a essas mulheres a frequência com que saíam de casa, a finalidade e se saíam sozinhas ou acompanhadas, obtendo as informações sobre as espacialidades delas no campo. “Era muito pouco, só para escola, ou visitar algum vizinho. Na adolescência, meus pais traziam eu e minha irmã na cidade para passear, mas quando tinha alguma festinha, um sábado só no mês, eram poucas vezes” (ENTREVISTADA 5, 28 anos). “Não saía muito não, quando saía era com o pai e a mãe, depois que casei com o marido, mas assim, ia mais para os vizinhos, e muito de vez em quando vinha para cidade para alguma missa assim” (ENTREVISTADA 8, 86 anos).

Até que a gente saia bastante, todo fim de semana a gente ia almoçar na casa da minha vó, na casa da minha tia. Mas, assim, sempre em família, era difícil eu sair sozinha porque tinha medo de andar sozinha lá, mas quando era preciso, andava, né? (ENTREVISTADA 7, 42 anos).

Saía muito pouco, e sempre era com alguém, com a mãe, com minhas irmãs, ou a família toda. O pai passava muito medo em nós, a mãe também, mas o pai era mais, hoje a gente entende o lado deles, mas vê que era exagero, porque a roça na época era mais tranquila do que hoje. (ENTREVISTADA 15, 57 anos).

Do apanhado dessas respostas selecionadas, foi possível perceber que as motivações que levavam as mulheres a saírem de casa eram diversas: algumas saíam poucas vezes, apenas na vizinhança, somente acompanhadas, outras tinham algum tipo de receio passado pelos pais, outras saíam sempre para estudar, ou iam para cidade fazer compras, outras não tinham condições de sair para passear na cidade, por exemplo. Mas nenhuma das respostas se referiu a sair de casa para trabalhar em outro sítio, ou no roçado, ou na lavoura, o que faz pensar que, muitas vezes, o espaço da mulher no campo é restrito à área da casa. Isso não quer dizer que as mulheres não atuem na organização espacial no campo, primeiro porque essas são falas das realidades vividas por essas entrevistadas e, segundo, porque, como foi visto, sem o trabalho reprodutivo atribuído à mulher, que os homens se recusam a fazer, toda estrutura socioespacial do campo deixa de funcionar.

Ocorreu, também, que muitas mulheres entrevistadas, quando questionadas sobre as atividades que exerciam no campo, responderam que trabalham na colheita do café, trabalham com o marido nas lavouras, mas, por não receberem por esse trabalho, acabam não considerando como uma “saída da casa”, como os maridos saem todo dia para trabalhar. Assim, os papéis das mulheres no campo, não podem ser dissociados de seu trabalho, seja ele no âmbito produtivo ou reprodutivo, e nem de suas vivências e experiências cotidianas, pois são sujeitas ativas na organização do ciclo familiar, econômico e socioespacial do campo.

Apesar de estruturarem toda essa configuração no espaço do campo, muitas mulheres não possuem as mesmas oportunidades de crescimento financeiro que os homens, nem a valorização e reconhecimento por todo seu trabalho. Acabam creditando, à cidade, uma realidade mais promissora. Esses podem ser um dos diversos motivos que as fazem abandonar o campo e migrar para a cidade. O êxodo rural é um processo que envolve diferentes fatores, além de uma decisão pessoal de migrar, que merecem ser destacados.

Antes, é importante relatar com relação ao significado da terra para a vida dessas mulheres. Apesar de vivenciarem situações diferenciadas no campo, todas atribuíram uma visão muito especial, realista, algumas de mágoa, outras de carinho, como em algumas das falas selecionadas. “A terra para mim é benção. É um lugar que dá muita oportunidade de sustento, de ganha pão, é onde é plantado tudo o que a gente come, mas é um lugar de muitos sacrifícios também, pra mim eu vejo a terra assim” (ENTREVISTADA 7, 42 anos).

A terra pra mim é sustento, ela é família, né? Porque eu acho que as relações familiares no campo são mais intensas, porque geralmente aquele núcleo está todo envolvido naquela atividade. Na família da minha mãe por exemplo, os filhos sempre cresceram envolvidos nas atividades e é aquilo ali que eles vão fazer, então é de pai para filho mesmo! Então igual meus primos, estudam o necessário, o básico, as esposas quando casam, já tem a consciência de que vai se envolver naquilo, então quem vai chegando, já vai entrando na rotina do campo. No caso lá de casa, cada um já foi seguindo uma carreira, mas o sustento dos meus pais ainda vem da terra, das criações, então eles continuam trabalhando na terra, e é muito especial. A terra também me lembra infância, porque no meu caso, foi onde cresci (ENTREVISTADA 4- 28 anos).

No que se refere ao tipo de contato com o campo que essas mulheres ainda possuem, 15 delas disseram que sim (75%), sendo que a maioria por meio de visitas frequentes a parentes que ainda vivem no espaço rural, outras que ainda possuem a propriedade e a frequentam nos finais de semana. As restantes perderam esse contato por conta da venda da propriedade familiar e pela idade avançada que dificulta os deslocamentos até a área rural. Nesse sentido, fica muito evidente que a mudança para cidade não significa uma ruptura total com o campo ou com as tradições rurais, muito disso se deve ao fato da relação campo-cidade em Muzambinho ser intensa como foi visto. Assim, cabe agora entender os motivos e processos que levaram cada uma das entrevistadas a migrarem para a cidade.

5 A MIGRAÇÃO DO CAMPO PARA A CIDADE

A decisão de deixar o campo, construir uma nova vida na cidade, passa por questões complexas que vão além de escolhas pessoais. Muitas vezes, a situação imposta às famílias rurais não garante alternativas de sobrevivência. A modernização capitalista do campo e a falta de incentivo a pequenos produtores modificaram o cenário econômico das famílias. Nesse processo, as mulheres – sobretudo as jovens -, que se sentem menos valorizadas no trabalho agrícola, são as primeiras da família a trocar o campo pela cidade, representando, em geral, a maioria a praticar o êxodo rural no Brasil.

Mesmo no caso das cidades pequenas, esse fenômeno acontece, embora de maneira não massiva, pois as oportunidades de empregos são mais restritas, relacionadas principalmente ao setor de serviços, principalmente os domésticos e o comércio. Ainda assim, a situação das mulheres pode ser melhor do que no campo, se considerarmos que o fato de terem seu próprio salário significa maior autonomia sobre suas decisões pessoais, mesmo quando migram casadas. Obviamente isso não significa que as marcas do patriarcado e do machismo não existam na cidade, ainda mais nas menores interioranas.

Há também o caso das mais jovens rurais que migram para a cidade com intuito de completar os estudos, inclusive no ensino superior, buscando uma profissionalização que lhes garanta salários maiores. Para essas, provavelmente, as condições de vida na cidade serão melhores e sua ligação com o campo tende a ir desaparecendo, restringindo-se apenas a visitas periódicas à família, quando essa continua residindo no espaço rural.

5.1 PANORAMAS DA MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE

No histórico dos estudos sobre migração, a perspectiva neoclássica marcante até a década de 1970 postulava que a mobilidade populacional era uma decisão do indivíduo e identificava a mobilidade como fator de equilíbrio na economia e progresso econômico. Era uma visão predominantemente descritiva e dualista, que não considerava a importância das forças e fatores socioeconômicos externos nessa decisão. Por conta disso, não tardou para que críticas a esse modelo de análise surgissem, sobretudo alegando que os neoclássicos se baseavam em concepções

deterministas, classificando os fenômenos apenas por fluxos e quantificação, sem interpretar os fatores de exclusão inerentes a um sistema capitalista (BECKER, 1997).

A vertente neomarxista, a partir do início dos anos 1970, procurou explicar que a mobilidade acompanha os movimentos do capital, ainda assim, acabou sofrendo críticas por não destacar os fatores motivacionais do indivíduo para realizar a mudança de residência (GUADEMAR, 1977 *apud* RIGOTTI, 1994).

Nesse cenário, destaca-se Singer (1986 *apud* SILVA; MENEZES, 2006) que, ao incorporar o materialismo histórico dialético nos estudos sobre migrações, destacou a expulsão do homem do campo, antes dedicado a uma agricultura de subsistência, depois refém da incorporação do sistema capitalista aos modos de produção agrícola.

Na medida em que o capital reproduz essa relação, ele também cria uma população excedente de trabalhadores, a superpopulação relativa ou “exército industrial de reserva” conforme conceituado por Marx. Ao discutir a teoria marxista da pobreza, PEET (1977) sustenta que para suas operações diárias ou anuais, as economias capitalistas precisam desse excedente populacional, um reservatório de população pobre que pode ser usada e liberada segundo a vontade capitalista (BECKER, 1997, p. 338).

Desse modo, enquanto no enfoque neoclássico o migrante correspondia ao indivíduo, na perspectiva neomarxista se refere à classe social ou grupos sócio-econômicos. A migração era assim considerada, para os neoclássicos, o deslocamento de indivíduos num dado período entre dois pontos do espaço geográfico. Já a visão neomarxista considerou a migração como um processo social que pode ter longa duração.⁴¹

É importante ressaltar que os termos mobilidade e migração, embora aceitos para os contextos de mudanças espaciais, apresentam algumas diferenças, sendo o primeiro marcado por uma noção de temporalidade e o segundo por fatores mais complexos, envolvendo mudança de residência conforme argumenta Cardoso (2016).

Os deslocamentos populacionais são, de maneira genérica, movimentos realizados por um indivíduo ou um grupo de indivíduos no espaço e num período pontual no tempo. A dimensão espaço-temporal é responsável pela caracterização do movimento espacial da população. O espaço é representado pelas categorias de lugar de origem e destino, ou seja, o deslocamento é definido pelo movimento que pode ser realizado entre duas ou mais localidades. O tempo é explicitado na forma do tempo cronológico em dias, meses ou anos. As dimensões espaciais e temporais sustentam

⁴¹ Ibidem.

tipificações sobre os deslocamentos populacionais, que não podem ser amplamente reduzidos ao termo migração, devido à complexidade de fatores, processos e dinâmicas implícitos ao fenômeno migratório.⁴²

Assim, mais do que a mobilidade espacial da população, a migração “reflete mudanças nas relações entre as pessoas (relações de produção) e entre essas e o seu ambiente físico” (BECKER, 1997, p. 323). Ademais, o fenômeno migratório também é interdisciplinar, “uma vez que permite interpretações de variadas ordens: demográfica, econômica, política, psicológica, cultural e/ou sociológica” (FARIA *et al.*, 2016, p. 4).

De acordo Lisboa (2006, p. 152), o conceito de migração pode ser definido

[...] como uma ação social de caráter individual ou coletiva, espontânea ou forçada, que ocorre através de um deslocamento interno (do campo para a cidade, de uma cidade para outra, no mesmo país), ou externo (de um país para o outro); envolve cruzamento de fronteiras administrativas e políticas (territórios), e fixação de nova residência, bem como um processo de desenraizamento do local de origem seguido de novo enraizamento (aculturação) no local de chegada. Os motivos da migração tanto podem ter causas socioeconômicas e políticas, como também podem estar associados a dimensões subjetivas.

Em sociedades capitalistas, a mobilidade representou um meio para a reprodução do capital, pois a força de trabalho livre é fundamental no processo de acumulação. Isso porque, além de realocar força de trabalho no espaço, a migração atua na dinâmica da acumulação industrial (BECKER, 1997).

Em se tratando de deslocamentos populacionais, Cardoso (2016, p. 478) explica que possuem diferentes classificações e causas:

Os deslocamentos também podem ser classificados como internos ou externos, intraregionais ou inter-regionais, intraestadual ou interestadual, intermunicipal, rural-urbano, urbano-rural, urbano-urbano e rural-rural. As denominações apresentadas referem-se a categorias enumeradas pela dimensão do espaço, espaços de origem e destino. Já as denominações dos deslocamentos como definitivos ou temporários faz referência ao tempo de duração do deslocamento. Portanto, dentro do contexto dos movimentos de populações as dimensões espaço e tempo são preponderantes para caracterizar o tipo de deslocamento que está em contexto. A causa do deslocamento pode ter gênese variada como: trabalho, viagens, compras, guerra, fome, desastres naturais e ambientais, entre outras causas que provocam o movimento de pessoas (CARDOSO, 2016, p. 478).

⁴² Ibidem, p. 478.

Para Faria (2016), a migração do campo para a cidade se apresenta, por vezes, como um recurso tradicional para aliviar as tensões econômico-sociais. Ainda assim, não se pode validar apenas o esvaziamento do campo e desconsiderar as dinâmicas próprias do rural e que também se interligam com o urbano.

O êxodo rural brasileiro compreendeu um processo de grande magnitude desde o seu início, onde, em comparativo, poucos países experimentaram fluxo migratório tão intenso, tendo em vista a quantidade absoluta da população atingida, como o processo engendrado no Brasil. Nesse sentido, os movimentos de migração equiparam-se ao denominado “esvaziamento da população rural” considerando-se o amplo movimento de desruralização que forneceram um volume populacional considerável para as áreas urbanas. Porém não se pode tomar esse “esvaziamento” como realidade única do rural, sendo este um espaço permeado por dinâmicas próprias, e continuamente interligado com o urbano (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999, p.4).

Desse modo, o processo migratório envolve diversos caminhos, sendo atravessado e influenciado por distintos fenômenos sociais. Ademais, a relação entre o rural e o urbano vai além das dicotomias para dar lugar a uma rede de relações que não deve passar despercebida, “sendo o processo migratório uma prova de que entre o rural e o urbano há bem mais do que distintos espaços separados”, o que existe é “uma interação particular que influi diretamente nos modos de vida e trocas realizadas entre ambos” (PEREIRA *et al.*, 2019, p. 45).

Também há de se considerar as relações sociais e determinações históricas envolvidas quando a população rural migra e passa a produzir a vida na cidade. Aparentemente, a mudança se dá por melhores condições de vida, como trabalho, educação, saúde e lazer, mas nem sempre essa população migrante tem acesso a essas condições e são realocadas nas periferias das cidades (HARTWIG, 2013).

Historicamente, nas décadas de 1950 e 1960, ocorreram intensos fluxos migratórios do campo para a cidade no Brasil, decorrentes de uma crescente concentração fundiária e pela industrialização de grandes centros urbanos na região Sudeste (BECKER, 1997). A modernização do campo brasileiro foi marcada por um modelo concentrador de renda que aumentava a produtividade e inviabilizava a existência das pequenas e médias propriedades rurais. Assim, o êxodo rural se configurou em uma saída dada a impossibilidade de trabalhadores autônomos produzirem sua existência em suas terras (HARTWIG, 2013).

Camarano e Abramovay (1999) apontam que, nos anos 1960, mais de 6 milhões de pessoas deixaram o campo no Sudeste, sendo o número mais expressivo

do que qualquer dado já registrado das regiões brasileiras. Entre as décadas de 1960 a 1980, o êxodo rural alcançou um total de 27 milhões de pessoas. Aproximadamente 40% da população que vivia nas áreas rurais no começo dos anos 1970 migraram nessa década. No entanto, as causas para esse processo vão além da mecanização.

Os anos 70 são a maior testemunha de que nem sempre o êxodo rural está associado à transformação na base técnica dos sistemas produtivos na agricultura. As duas regiões fornecedoras de migrantes rurais ao Brasil são o Nordeste (provavelmente numa retomada das migrações inter-regionais) com quase 5 milhões de pessoas e novamente o Sudeste com apenas 500 mil a menos. Neste último caso, é bastante verossímil que a mecanização (aliás subsidiada), a pecuarização e a continuidade da dissolução das colônias de fazenda tenham se associado a um mercado de trabalho urbano em expansão para provocar, depois dos 6 milhões dos anos 60, mais um fluxo de quase 4,5 milhões de pessoas.⁴³

Os referidos autores, entretanto, afirmam que o ápice do movimento de migração campo-cidade ocorreu na década de 1980, com a população rural regredindo 0,7% ao ano. Os jovens eram os que mais deixavam o campo, especialmente as mulheres.⁴⁴

A condição histórica, no entanto, para o êxodo rural continua sendo a separação dos camponeses à terra. Aliada ainda à concentração dos meios de produção nas cidades, que os impossibilita de continuarem a viver por meio do trabalho realizado por si mesmos, sendo compelidos ao assalariamento (HARTWIG, 2013). Para Rossini, a migração é um movimento de classe social, e as causas do êxodo rural são mais do que a busca por melhorias, mas uma resposta da reprodução do capital.

Quando a fome, o desemprego, os baixos níveis de saúde, a fraca escolaridade, a precariedade de habitações, etc., problemas sociais de grande relevância, passam a aumentar em grande escala tanto no meio rural como no urbano, acaba sendo impossível dissociá-los de um contexto urbano e rural, passa-se a considerá-los como resposta da reprodução do capital. Assim sendo, o movimento de população passa a estar mais vinculado a uma expulsão do homem tanto do campo como da cidade do que a um incremento da “oferta de empregos” em determinada etapa do processo migratório (ROSSINI, 1986, p. 577).

A presença do capital no campo fica em evidência entre os anos de 1965 a 1985, quando houve o intenso processo de modernização da agricultura brasileira,

⁴³ Ibidem p. 10.

⁴⁴ Ibidem.

integrando-a com a indústria. Essa modernização foi considerada conservadora, devido aos impactos ambientais sem alterar profundamente a estrutura social. Houve, então, a intensificação da concentração fundiária, o êxodo rural, o acirramento das disparidades regionais, se caracterizando também como uma modernização seletiva, restringindo o processo em termos de região, tipos de produtos, nível de capital de produtores. A agropecuária passou a visar a consolidação do agronegócio (OLIVEIRA, 2013).

A modernização foi também considerada dolorosa, gerando marginalização, expropriação, espoliação de pequenos posseiros, arrendatários, pequenos proprietários, culminando na migração, êxodo rural, inchaço urbano e pobreza das camadas mais pobres. O país também adotou nesse processo o pacote da revolução Verde, concentrando maior investimento em determinadas regiões, beneficiando indústria, bancos e latifúndios (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

Não se pode esquecer que o Estado tem um papel fundamental nesse processo, diante da “inexistência histórica de uma política efetiva de reforma agrária no Brasil, associada ao modelo de desenvolvimento via industrialização e à modernização conservadora”, que “impactou definitivamente a questão dos espaços urbanos” e, conseqüentemente, a situação atual da população que saiu do campo para os centros urbanos (NASCIMENTO *et al.*, 2017, p. 14).

Essa tendência de esvaziamento demográfico rural no Brasil pode ser observada por meio da evolução demográfica das populações urbanas e rurais entre 1991 e 2010 (TABELA 1). A redução foi mais acelerada na década de 1990, quando 3,9 milhões de pessoas deixaram de residir em domicílios rurais. As razões podem estar relacionadas à recente queda da fecundidade e às mudanças ocorridas na estrutura das famílias, ao êxodo de membros do domicílio e à definição do que é espaço urbano e rural (MAIA; BUAINAIN, 2015).

Tabela 1 - População segundo situação de domicílio (Brasil- 1991, 2000, 2010)

Ano	Urbano				Rural			
	Pessoas (mil)	%	Domicílios	Pessoas/ Domicílio	Pessoas (mil)	%	Domicílios	Pessoas/ Domicílio
1991	110.423	75,6	27.248	4,1	35.714	24,4	7.633	4,7
2000	137.434	81,2	37.516	3,7	31.848	18,8	7.508	4,2
2010	160.438	84,4	49.296	3,3	29.655	15,6	8.131	3,6

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 1991, 2000, 2010. Organização: Maia e Buainain, 2015.

Nesse processo todo, as clássicas teorias da migração ignoraram as mulheres, como invisíveis ou totalmente dependentes dos homens, pois vinculam a migração apenas a oportunidades de empregos para homens como provedores de família no modelo capitalista, ou os reduzem ao proletariado. Enquanto isso, o número de mulheres que migram, sozinhas ou acompanhadas, tem crescido significativamente, dado aos múltiplos papéis que lhe são atribuídos (LISBOA, 2006). Assim, é importante entender o contexto em que as mulheres se inseriram nas migrações, em especial na saída do campo para cidade.

5.2 A MIGRAÇÃO DE MULHERES DO CAMPO

Por muito tempo, a postura adotada em pesquisas sobre deslocamentos populacionais e processos migratórios foi a de que a mulher era apenas uma companheira, cumpria sua função como cônjuge, sem autonomia, era esquecida (FARIA et al., 2016). Assim, é importante que se especifique a investigação do fenômeno migratório, pois “o ser mulher ou o ser homem incide definitivamente nas motivações, incentivos, limitações e nas possibilidades da mudança”, por abranger não somente fatores econômicos, étnicos, de geração, mas também, pela singularidade do processo para homens e mulheres (CASTRO, 2006, p. 79).

Esses processos migratórios que podem ser coletivos ou individuais são marcantes para as mulheres, pois, de acordo com Lisboa (2006, p. 151), “as principais causas das migrações estão ligadas à luta pela sobrevivência, oportunidade de trabalho, de estudo e conquista da independência em relação à opressão ou violência”. Para autora, a migração de mulheres pode representar a fuga de uma estrutura patriarcal

Os estudos sobre migração também têm negligenciado as estatísticas sobre o fluxo crescente de mulheres que entram anualmente no mercado de trabalho, bem como a mobilidade interna e externa das mesmas, que saem de seus locais de origem em busca de melhores condições de vida ou fugindo de diferentes formas de opressão e exploração; é importante considerarmos, também, que o processo de migração para as mulheres significa, muitas vezes, a fuga de uma estrutura social patriarcal com rígidas noções do que constitui “propriedade” em relação à mulher. Em geral, a mulher pobre, índia, negra ou mestiça não tem direito à herança e à propriedade de terras no campo nem quando casa e muito menos quando se separa (ou divorcia), configurando-se uma articulação entre as categorias gênero, classe e etnia⁴⁵.

Quando se trata do êxodo feminino da agricultura, Brumer e Anjos (2005) consideram que migram aqueles que não encontram condições de se desenvolver no campo e, nesse aspecto, as mulheres possuem um histórico de não herdarem terras por não terem seu trabalho reconhecido. A herança da terra é deixada para homens que realizam, dentro dessa visão, o trabalho produtivo.

Em contrapartida, para aquelas que não possuem a oportunidade ou a escolha de migrar pelos mais diferentes motivos, vão encontrar, na agricultura, a oportunidade de sobreviver, por não poderem estudar ou se inserir em outros mercados de trabalho. Isso pode justificar a permanência de algumas mulheres no campo, mesmo trabalhando em atividades extremamente penosas, com baixo ou quase nenhum retorno financeiro além do necessário para a alimentação (Ibidem, 2005).

Mesmo assim, o fluxo migratório de mulheres do campo para a cidade é historicamente expressivo, e os principais motivos da emigração de mulheres são:

a) resolver a questão socioeconômica, pela falta de oportunidades de emprego ou ocupações mal remuneradas no campo, e por terem menor chance de encontrar trabalho do que os homens; b) poder ter acesso à educação. Possuem baixo nível de instrução pela dificuldade de acesso à escola geralmente atribuída às longas distâncias e à ineficiência das escolas rurais (que funcionam como escolas isoladas, com uma professora para quatro turmas); c) conquistar a independência econômica e social de suas famílias de origem, principalmente as solteiras, viúvas ou separadas; d) alcançar mobilidade social na cidade, melhorar de vida, conseguir um bom emprego; e) ter acesso a serviços básicos, principalmente atendimento à saúde; f) experimentar diferentes sensações na cidade: passear, divertir-se, ir a festas, conhecer pessoas, sair com as amigas, aprender coisas novas; g) ir atrás da rede familiar, ou seja, a maioria dos membros da família já se encontram na cidade e motivam a emigração (LISBOA, 2006, p. 158).

⁴⁵ Ibidem, p. 152.

Essas razões podem se manifestar de maneiras diferentes em cada região ou período histórico do país, mas, de certa forma, estão relacionadas principalmente com a oferta de trabalho urbano para mulheres, que, na maior parte dos casos, ocorre no setor de serviços e em residências como domésticas. As dinâmicas intrafamiliares também interferem na decisão de migrar, pois a carga de trabalho das mulheres na produção familiar não é compatível com sua valorização. A formação educacional também pode ser considerada um motivo preponderante, uma vez que, se as mulheres não enxergam perspectivas de gerência ou sucessão na unidade familiar, vão procurar seguir outras escolhas profissionais, aquelas que possuem oportunidades (CAMARANO: ABRAMOVAY, 1999).

Conforme já mencionado, a intensificação da concentração fundiária e da mecanização agrícola no campo excluiu gradativamente os pequenos agricultores que vendiam sua força de trabalho. As mulheres acabaram sendo as mais prejudicadas, pois antes já encontravam dificuldades com relação à valorização de seu trabalho e, com esse processo, foram mais excluídas. O resultado é um campo cada vez mais masculinizado, com a expulsão feminina da esfera agrária e a reafirmação do patriarcado (PAULA, 2018).

Nesse sentido, a saída das mulheres do campo “pode não se explicar somente por uma maior oferta de empregos para mulheres na cidade, ou por sua maior escolaridade, mas por uma negação da condição de vida da mãe de família, esposa de agricultor”. O êxodo rural feminino, então, passa a ter como razões a busca de independência pessoal e financeira, o reconhecimento social e a autonomia (NOBRE, 1998, p. 8).

Os estudos de Maia e Buainain (2015) mostram que, entre 1991 a 2010, embora tenha ocorrido pequena diminuição nos números da migração pelo território brasileiro, ela continua acontecendo e seletivamente com mulheres e jovens. Alguns novos elementos explicam esse processo, como a diminuição do número de filhos nas famílias rurais e a maior dependência de idosos pela aposentadoria. Outras motivações para a migração passaram a ser ponderadas, além do machismo, como as diferenças entre a qualidade de vida nas áreas urbanas e rurais nos âmbitos de saúde, educação e lazer.

Também foi constatado durante essas pesquisas que, nas áreas rurais, a população masculina é superior à feminina em todas as faixas etárias, enquanto, nas áreas urbanas, essa superioridade se manifesta apenas até os 12 anos de idade. Para

os autores, embora historicamente nasçam mais homens que mulheres, a prevalência masculina tende a reduzir-se com o passar dos anos, já que a taxa de mortalidade masculina é superior à das mulheres em todas as faixas etárias. Nas áreas rurais, porém, essa dinâmica de maior proporção de mulheres para as faixas mais elevadas não ocorre, uma vez que, concomitantemente, muitas delas migrariam para as áreas urbanas (Ibidem).

A masculinização da população rural é explicada pelas transformações das atividades agrícolas, como o uso intensivo de tecnologia e o assalariamento da mão de obra, temporária ou permanente, geralmente masculina, contribuindo para aumentar a segregação de gênero nas atividades agrícolas. Agrega-se a histórica deficiência de infraestrutura e de serviços no campo, que dificulta as oportunidades de ocupação e trabalho para as mulheres jovens e adultas, uma vez que são vistas ainda como responsáveis por serviços domésticos da esfera reprodutiva. A exclusão da mulher da condição de herdeira da terra, assim como a maior escolaridade, sendo sempre incentivada a seguir outro caminho fora da atividade agrícola, continua sendo fatores também determinantes para sua migração.⁴⁶

Assim, para conter o fluxo de migração das mulheres do campo, são necessárias políticas públicas direcionadas às mesmas, ou seja, oportunidades de trabalho bem remunerado, acesso a incentivos exclusivos para produção agrícola feminina, oportunidade de estudo e programas voltados para superação dos diversos tipos de violência intrafamiliar (LISBOA, 2006). Nesse sentido, migrar deveria ser encarado como uma escolha e não como última alternativa para mulheres.

Apesar das mudanças e avanços, a migração trata-se de um fenômeno que carece de atenção por parte da ciência e de políticas públicas, de modo que possibilitem àquelas que migram melhores oportunidades nos seus locais de destino, e àquelas que desejam ficar, melhores condições e alternativas junto ao rural que satisfaçam seus anseios por meio de condições dignas de vida. São necessários estímulos que possam ir ao encontro ao protagonismo que a mulher rural nunca deixou de ter, apesar de este ser desvalorizado durante muitos anos e por diferentes atores sociais (PERERIRA *et al.*, 2019, p. 45).

Cada vez mais é importante que se estabeleça um diálogo estreito entre os estudos de migração e gênero. Para Peres e Baeninger (2012, p. 11), “família, domicílio, negociação e reconstrução dos papéis sociais desempenhados por homens

⁴⁶ Ibidem.

e mulheres ao longo de processos migratórios são dimensões que já não podem ser deixadas de lado pelos estudos de migração”.

Assim, entender os aspectos da migração campo-cidade de cada região, seus processos e tempos, seus impasses e avanços, considerando as causas individuais e familiares para o deslocamento, permite também avaliar como as mulheres se inserem nessa dinâmica. Nesse caso, a escala será o município.

5.2.1 Aspectos da migração campo-cidade em Muzambinho: as razões das mulheres

Nos anos 1990, a redução da população rural foi mais intensa em grande parte do território brasileiro, especialmente no estado de Tocantins, na região oeste catarinense, em áreas focalizadas da região Nordeste, oeste de São Paulo e Sul de Minas Gerais. Do contingente de 0 a 59 anos de idade em 1991, menos de 70% permaneceu residindo nas áreas rurais das respectivas microrregiões em 2000 (MAIA; BUAINAIN, 2015).

Em Minas Gerais, aconteceram dois importantes processos demográficos na década de 1990, sendo o primeiro a queda dos níveis de fecundidade da população residente nas áreas rurais e o segundo, e principal, a intensificação do êxodo rural. É válido destacar que esse evento também ocorreu no país como um todo, apesar de ter sido mais intenso em Minas Gerais. O grau de urbanização no estado, no ano de 2000, em cidades que apresentavam entre 10.000 e 20.000 habitantes, era de 69% e, nos grandes centros urbanos, 82%. As regiões que apresentaram as maiores taxas de crescimento urbano nesse período foram o Alto do Paranaíba, Centro-oeste, Triângulo e Sul de Minas (BRITO; HORTA, 2002).

Nos registros populacionais do município de Muzambinho publicados nos Anuários Estatísticos do IBGE de 1950 e 1960, é possível perceber que a população rural ainda era superior à urbana, sendo que os dados por razão de sexo não são especificados nesse período (TABELA 2), que passa a ocorrer pós década de 1970 (TABELA 3).

Tabela 2 - População Urbana, Rural e Total no município de Muzambinho-MG, nas décadas de 1950 e 1960

Anos	População Urbana	População Rural	População Total
1950	5.430	10.855	16.285
1960	6.781	10.169	16.950

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil- IBGE, 1950 e 1960.

Tabela 3 - População urbana e rural de homens e mulheres no município de Muzambinho-MG entre as décadas de 1970 a 2010

Ano	População Urbana			População Rural			Total (Município)
	Homens	Mulheres	Total (Urbana)	Homens	Mulheres	Total (Rural)	
1970	3.404	3.733	7.137	4.167	3.902	8.069	15.206
1980	4.278	4.502	8.780	3.607	3.244	6.851	15.631
1991	5.582	5.842	11.424	3.440	3.023	6.463	17.887
2000	7.059	7.304	14.363	3.322	2.904	6.226	20.589
2010	7.752	7.977	15.729	2.514	2.187	4.701	20.430

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil- IBGE, 1970- 2010.

Observa-se que entre as décadas 1950 e 1960, há um ligeiro aumento da população urbana e redução da rural, mas que a última continuou predominando. No entanto, a partir da década de 1980, a curva é cada vez mais no sentido ascendente para a população urbana e a população rural no sentido contrário. A evolução mostra que a população urbana representava 47% da população total na década de 1970, atingiu os 77% em 2010, enquanto que a população rural reduziu, no mesmo período, de 53% para 23%. Os motivos dessa mudança demográfica são os mesmos explicados anteriormente para a região Sudeste: a mecanização no campo e a busca de novas oportunidades na cidade. Nesse sentido, Muzambinho passou por um intenso processo de êxodo rural ao longo do período analisado nas tabelas.

Com relação à diferença dos sexos, os dados mostram que o número de mulheres, embora a diferença também seja pequena, no espaço rural do município,

sempre foi inferior ao de homens, enquanto a população urbana feminina sempre foi maior do que a masculina. Esse fenômeno pode estar relacionado com a migração das mulheres que deixaram o campo para viver na cidade ou apenas expressar um número maior de nascimentos de mulheres na cidade do que no campo, uma vez que outros fatores como a idade das mulheres se fariam necessários para essa análise.

Os dados também mostram que, entre os anos 1990 e 2000, o número de mulheres no campo, em Muzambinho, quase não se alterou, enquanto a diminuição entre a década de 2000 e 2010 foi expressiva. Esses fatos podem coincidir com o que Camarano e Abramovay (1999, p. 4) também afirmam que, nos anos 1990, o êxodo rural diminuiu de maneira significativa na região Sudeste e a maior expressão de migrantes, nesse período, encontra-se no Nordeste.

Todos esses processos e dinâmicas, anteriormente citados como razões para o êxodo rural, podem ter acontecido em Muzambinho, mas sem deixar de considerar a intensidade dos fenômenos e o fato de ser uma cidade pequena, na qual a economia ainda hoje se baseia na cafeicultura e onde as relações campo-cidade são bastante evidenciadas. Uma vez que não há registros oficiais e dados de migração de mulheres no município, espera-se encontrar informações a partir das entrevistas que serão realizadas.

Elementos históricos, expressados por fotos e documentos oficiais sobre o município, que tratam sobre o desenvolvimento urbano, podem ajudar na investigação dos motivos relacionados com a migração das famílias do campo para a cidade em Muzambinho. As mulheres, como se defende nessa pesquisa, estão inseridas nesses processos em diferentes funções e etapas, embora, muitas vezes, sem o seu registro fotográfico e sem reconhecimento do seu trabalho.

Algumas formulações sobre os motivos podem ser criadas, como o empreendimento da construção da ferrovia da Companhia Mogyana no trecho Guaxupé- Muzambinho, fundada em 1913 (FIGURA 11), a sua desativação em 1964 para construção da rodovia BR-491. O ramal da Estação Mogyana em Muzambinho foi construído em um fundo de vale, paralelamente à Avenida Dr. Américo Luz, impulsionando o crescimento de casas e estabelecimentos comerciais nas áreas próximas. Tão logo, começaram a surgir colégios na cidade, fundados e financiados por coronéis e homens de posses (MUZAMBINHO, 2000).

Figura 11 - Inauguração da Estação Mogyana em Muzambinho-MG (1913)



Fonte: Acervo Museu Municipal Francisco Leonardo Cerávolo.

A constituição urbana de Muzambinho se deu a partir da construção central da Igreja Matriz, na atual Avenida Dr. Américo Luz (FIGURA 12), com a construção de casarões de barões do café no mesmo quarteirão, seguindo em paralelo a estação ferroviária quadras abaixo, formando um pequeno centro de onde posteriormente se expandiram novos bairros e bairros periféricos. Os mais distantes datam da construção na década de 1970 e 1980 (MUZAMBINHO, 2000).

Figura 12 - Avenida Dr. Américo Luz, na cidade de Muzambinho- MG (1915)



Fonte: Acervo Museu Municipal Francisco Leonardo Cerávolo.

Sobre o crescimento demográfico da cidade e do número de habitações, através da análise de algumas fotografias de décadas passadas, pode-se ter um indicativo de como a população cresceu desde a década de 1920, com a presença de um pequeno centro aos arredores da igreja Matriz (FIGURA 13) e, já na década de 1960, vários arruamentos e bairros podem ser verificados (FIGURA 14).

Figura 13 - Cerimônia religiosa na cidade de
Muzambinho-MG (1928)



Fonte: Acervo Museu Municipal Francisco Leonardo Cerávolo.

Figura 14 - Vista área da cidade de
Muzambinho-MG (1961)



Fonte: Acervo Museu Municipal Francisco Leonardo Cerávolo.

Os motivos para esse crescimento estão ligados a fatores que atingiram todas as cidades pós-década de 1960, mesmo com intensidades diferentes, como a modernização do campo e o crescimento da economia industrial. O município de Muzambinho, mesmo com o fechamento da ferrovia e com a crise de 1929, que atravessou o setor cafeeiro, nunca deixou de ter como umas das suas principais bases a economia rural e foi ela que pautou o desenvolvimento e crescimento da cidade também, juntamente com o setor educacional, artesanal e comercial (MUZAMBINHO, 2000).

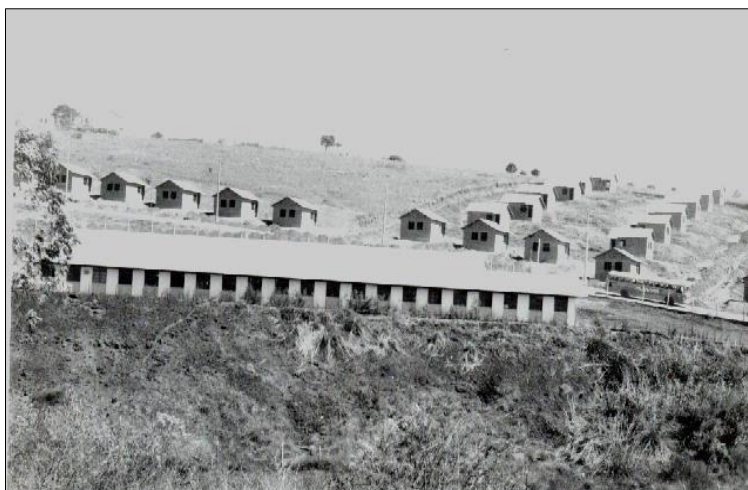
Pós-década de 1980, houve o surgimento de muitos bairros em áreas mais afastadas do centro da cidade, como o Brejo Alegre, que tinha características de uma paisagem rural (FIGURA 15) e foi se urbanizando, sendo ocupado por habitações. Assim como também passaram a surgir bairros destinados a conjuntos habitacionais para população de baixa renda, como a Cohab, em 1985 (FIGURA 16), e que hoje, com o crescimento da cidade, ocupa uma área considerada como central ou não periférica (ALMEIDA, 2014).

Figura 15 - Bairro Brejo Alegre na cidade de Muzambinho-MG (1987)



Fonte: Acervo Museu Municipal Francisco Leonardo Cerávolo.

Figura 16 - Cohab em construção na cidade de Muzambinho-MG (1985)



Fonte: Acervo Museu Municipal Francisco Leonardo Cerávolo.

Em 1992, foi idealizada a implantação de um bairro que atendesse a demanda popular por moradia, denominado Vila Socialista (FIGURA 17), no qual seriam disponibilizados 320 lotes para construção. Em 2015, o bairro contava com aproximadamente 400 casas. Em 2008, foi inaugurado o Jardim dos Imigrantes (FIGURA 18), sendo construídas 189 unidades habitacionais populares, em 2015 contava com aproximadamente 300 casas (PIZZA, 2015).

Figura 17 - Bairro Vila Socialista na cidade de Muzambinho/MG



Fonte: Arquivo pessoal (2020).

Figura 18 - Bairro Jardim dos Imigrantes na cidade de Muzambinho/MG



Fonte: Arquivo pessoal (2020).

Em Muzambinho, poucas estruturas de habitação foram empreendidas pelo poder público. Os demais bairros da cidade ou foram feitos sem planejamento, ou são empreendimentos particulares, feitos ao longo da história. Assim, nos últimos 10 anos, 7 empreendimentos foram realizados na área urbana por empresas loteadoras e incorporadoras: Jardim Primavera (2010), Jardim Europa (2011), Jardim Paraíso (2011), Jardim Ágape (2012), Chácara Vila Lima (2014), Jardim América (2014), Parque da Colina (2015). Havia a hipótese de que os loteamentos existentes teriam ligação direta com a rápida expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas, Campus Muzambinho. Entretanto, constatou-se que os moradores dos novos loteamentos apresentaram baixo percentual de ligação com o IFSULDEMINAS. A expansão urbana, então, correspondeu a outros fatores como o êxodo rural, migrações entre cidades do sul de Minas e o próprio crescimento natural de Muzambinho.⁴⁷

É importante destacar que, mesmo a cidade de Muzambinho possuindo uma ruralidade acentuada, uma economia que se baseia na cafeicultura, cada mulher terá uma relação com o campo e uma vivência de forma diferenciada. Algumas com maior

⁴⁷ Ibidem.

participação na produção e administração dentro da propriedade familiar, enquanto outras poderão ser totalmente dependentes de pais ou maridos. Nos últimos anos, analisando dados do Censo Agropecuário de 2017, foi possível observar uma disparidade acentuada no número de produtores e produtoras rurais no município (TABELA 4).

Tabela 4 - Número de responsáveis por estabelecimentos agropecuários em Muzambinho por sexo (2017)

Características dos estabelecimentos agropecuários		
Sexo do produtor	Homem	Mulher
Total de produtores	1.094	88
Classe de idade:		
Menos de 25 anos	12	1
25 a menos de 35 anos	75	2
35 a menos de 45 anos	178	18
45 a menos de 55 anos	278	22
55 a menos de 65 anos	307	25
65 a menos de 75 anos	165	14
75 anos e mais	79	6

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 2017.

Esses dados mostram uma grande diferença entre os gêneros, uma vez que a grande maioria dos produtores em estabelecimentos agropecuários no município são homens (92,5%). Sem sombra de dúvidas que tal situação pode refletir na decisão de migrar para cidade das mulheres do município, visto que não reconhecidas na condição de produtoras, sem independência financeira e valorização do seu trabalho no campo, podem procurar novas oportunidades na cidade. Outros elementos como a busca por ensino superior poderão ser investigados, já que a presença de jovens produtoras relatadas é irrisória.

Assim, é importante compreender os motivos que cada mulher entrevistada teve para tomar a decisão de se mudar para cidade, levando em consideração todas essas informações analisadas. Inicialmente, elaborou-se um quadro resumo, de modo a retratar a idade com a qual essas mulheres migraram, há quanto tempo vivem na cidade e se vieram sozinhas ou acompanhadas pela família (QUADRO 4).

Quadro 4 - Dados sobre a migração das mulheres entrevistadas no município de Muzambinho-MG

	Idade que possuía quando se mudou para cidade (anos)	Quantidade de tempo que vive na cidade (anos)	Migrou sozinha ou com a família
E 1	22	13	Sozinha
E 2	14	40	Com a família
E 3	55	0,5	Com a família
E 4	14	12	Com os irmãos
E 5	14	12	Com os irmãos
E 6	30	40	Sozinha
E 7	15	30	Sozinha
E 8	26	60	Com a família
E 9	18	13	Sozinha
E 10	16	55	Com a família
E 11	42	26	Com a família
E 12	28	48	Com a família
E 13	40	07	Com a família
E 14	15	30	Sozinha
E 15	17	40	Com a família
E 16	27	50	Com a família
E 17	25	50	Com a família
E 18	19	07	Com a família
E 19	28	10	Com a família
E 20	25	08	Sozinha

Fonte: Trabalho de campo (2021)

Org.: a Autora.

Os dados mostram que a média de idade a qual as mulheres entrevistadas apresentavam quando migraram para cidade era de 24,5 anos, observando o quadro, a maioria era de uma faixa etária jovem, com os extremos entre 14 e 55 anos. A quantidade de tempo em que vivem na cidade desde que migraram apresentou bastante variações, entre uma mudança recente de 6 meses, até mulheres que migraram há 60 anos, o que representa um fenômeno que já ocorre há muito tempo na cidade e ainda continua ocorrendo por diferentes motivos, que serão interpretados

através da fala das entrevistadas. Dessas mulheres, 70% migraram com familiares e 30% sozinhas. Como visto, a migração conjunta e individual pode representar motivações diferentes da decisão de sair do campo.

Assim, quando questionadas sobre os motivos que as levaram a mudar para cidade, as respostas foram diferenciadas e, obviamente, baseadas na experiência de cada mulher. Algumas motivações acabaram sendo semelhantes em alguns pontos, como o anseio de continuar os estudos ou dar uma educação para os filhos que não eram possíveis no campo.

Trabalho e estudo. Porque na roça a gente já não tinha oportunidades de estudo, não tinha o ensino médio lá, quanto menos trabalho. Então meus pais vieram para cidade também, para gente poder ter essa oportunidade, só que meu pai continuou trabalhando na roça. (ENTREVISTADA 5- 28 anos).

Ah porque na cidade as coisas são tudo mais fáceis, né? Precisava de remédio, comida, roupa, tudo já estava aqui, os meninos iam terminar o ensino médio, não sei se ia querer estudar mais, trabalhar, aí na roça eu vi que eles já não estavam querendo muito. (ENTREVISTADA 13 - 47 anos).

Eu sei que foi mais uma decisão do meu pai, a mãe tinha morrido, eu tinha 14, meus irmãos crianças, a gente não questionava, acredito que ele queria conseguir algum emprego melhor na cidade e pra gente estudar também, porque a escola lá era longe, a gente não ia (ENTREVISTADA 2 - 61 anos).

Outra motivação muito citada entre as entrevistadas foi a busca de um trabalho remunerado na cidade. A falta de oportunidades para as mulheres no campo, somada a uma estrutura patriarcal, que, como exposto na tabela 4, faz com que os homens representem mais de 90% dos proprietários rurais em Muzambinho. Isso, aliado a fatores como as mulheres no campo comumente conseguirem ganhar dinheiro apenas na época de colheita de café, faz com que muitas procurem novas oportunidades na cidade ou que acompanhem os maridos nessa busca também. “Eu vim morar sozinha para trabalhar, porque lá na roça, serviço para mim só tinha mesmo na época de panha, tirando isso não tinha, então eu vim para trabalhar” (ENTREVISTADA 1, 35 anos). “Foi por conta de serviço, pro meu marido procurar trabalho, porque a renda de lá era muito pouca, eu estava grávida, a gente veio para buscar outras oportunidades” (ENTREVISTADA 12, 76 anos).

Na época eu vim sozinha para trabalhar, porque meu pai tinha vendido as terras e eu fui morar com a minha vó que estava com problemas de saúde. Aí eles ficaram um tempo lá na roça dos meus tios, depois logo em seguida vieram todos para cidade e meu pai comprou uma casa aqui. (ENTREVISTADA 7, 42 anos).

Primeiro quem mudou fui eu, aí aluguei uma casa aqui na cidade, porque sabia que não estava dando para ficar mais lá, eu precisava tentar conseguir um emprego que eu ganhasse mais, aí depois veio minha irmã, arrumou um serviço aqui também, e cinco anos depois veio minha mãe e meu padrasto, só que hoje ela não está mais com ele, e hoje minha irmã depois que casou voltou pra roça por conta do marido dela. (ENTREVISTADA 9-,31 anos).

Veio eu, meu marido, meus filhos, mas eu não queria mudar não. A gente trabalhava bem na roça, vivia bem, mas meu marido fazia negócios com trocas de carros, acabou tendo uma dívida, que virou uma confusão, foi parar na justiça, foi preciso a gente vender o sítio na época, aí ficamos um tempo aqui na casa da minha mãe, até a gente comprar nossa casa. Foi período de um ano, mas foi mais por esse motivo. Aí depois, acabou que eu arrumei serviço aqui na cidade, meu marido arrumou trabalho de motorista de caminhão que entrega gasolina, e por aqui ficamos mesmo. (ENTREVISTADA 19, 38 anos).

Depois, os outros motivos citados tiveram razões mais pessoais e também de falta de assistência médica no campo, como a vontade pessoal de viver na cidade, mas esperar a aposentadoria que viria pelo trabalho no campo, a oportunidade de abrir um negócio na cidade, ou, ainda, questões mais dolorosas, como perdas de familiares e problemas de saúde que exigissem estar mais perto dos centros médicos de tratamento:

Eu tinha vontade já de mudar pra cá, só que eu quis aposentar primeiro, porque eu falei mudar pra cidade e não ter o meu dinheirinho para fazer as coisas que eu quero, não vai adiantar, né? Aí eu esperei aposentar, porque agora eu quase não aguento trabalhar muito mais, né? (ENTREVISTADA 3, 55 anos).

Então, eu já estava querendo mudar para cidade porque eu queria ver se encontrava um serviço por aqui, então eu ia vir sozinha, ficar na casa de uma tia aqui na cidade. Aí acabou que minha mãe descobriu um câncer de mama, e aí foi muito difícil, porque ela precisava passar por muitas consultas, precisou fazer quimioterapia, ir para Jaú, então meu pai vendeu o sítio na roça pro meu tio, a gente comprou uma casa aqui na cidade. Aí e acabei arrumando trabalho aqui, e hoje graças a Deus minha mãe está curada, mas a gente acabou ficando, e meu pai que vai todo dia trabalhar na roça (ENTREVISTADA 18, 26 anos).

Porque eu estava grávida, passava muito mal, precisava sempre de médico por causa da minha pressão, aí meu marido conseguiu um serviço no almoxarifado na época, aí a gente veio, mas ele ia sempre pra roça pra cuidar do café. (ENTREVISTADA 16, 77 anos).

Assim, analisando os dados das tabelas 2 e 3, constata-se que, nos anos de 1960, houve um ligeiro aumento da população urbana em Muzambinho, o ano em que uma das entrevistadas já havia mudado para cidade. Observa-se também o decréscimo da população rural pós-década de 1970 e a constatação de que, em 40 anos, a população urbana dobrou o número, enquanto a rural reduziu-se pela metade. Somando-se, então, o crescimento urbano de Muzambinho, com o surgimento de

novos bairros, é possível dizer que, pela fala das entrevistadas, a grande motivação entre os períodos que elas migraram foi a busca de novas oportunidades na cidade, nos âmbitos já citados. Isso não significa que as mulheres não tiveram receio da mudança.

Quando questionadas se sentiram algum medo, receio dessa mudança, muitas das entrevistadas relataram que sim, por achar que poderia não se acostumar com a cidade, sentir falta do campo, não saber o que esperar em relação ao trabalho e à situação financeira. Outras, que já tinham certo contato com a cidade, por meio de visita a parentes citadinos ou pela frequência de idas e, portanto, já estavam mais acostumadas com o ambiente urbano. As preocupações delas foram menores: “Eu tive um pouco de receio sim. Tinha medo de não dar conta de morar sozinha, de não aprender o serviço, tinha medo de lidar com o povo no serviço” (ENTREVISTADA 1, 35 anos).

Eu tive muito! Porque assim, a gente não tinha amizade com ninguém, eu me sentia totalmente perdida. Aí você vem com a cara e com a coragem, tive que começar a trabalhar nova para ajudar nas contas, e sem conhecer muita gente que você pode confiar, foi difícil. (ENTREVISTADA 7- 42 anos).

Ah, tive! Meu marido não tinha emprego, não tem estudo. E é lógico, você tem receio. Com três crianças, você chegar na cidade e começar do zero. Do zero. Mas nós não passamos fome não. Graças a Deus, né? Mas não é fácil. Tomar uma decisão quando você é sozinho é uma coisa, mas tomar decisão em família é muito diferente. Mas graças a Deus sobrevivemos bem! Tranquilo. (ENTREVISTADA 11- 77 anos).

Sobre as primeiras impressões que as mulheres tiveram quando se mudaram para cidade e sua adaptação, aquelas que tinham pouco contato com a cidade se surpreenderam mais, tiveram que aprender e observar coisas e situações que não estavam habituadas no campo, como maior barulho e movimentação. Algumas tomaram como positivas algumas facilidades e economia de tempo, outras estranharam e sentiram falta das relações interpessoais mais amigáveis e chegaram até a sofrer preconceitos. Na época que algumas migraram, os produtos da padaria eram uma novidade, já para as mulheres mais jovens e as que migraram recentemente, a frequência com que vinham na cidade e o acesso à diversos produtos e a tecnologia no campo já permitiram que a adaptação fosse mais tranquila: “No começo eu assustei um pouco, porque era acostumada na roça, com mais sossego, aí assustei um pouco com o barulho, com o movimento, mas até que eu me adaptei rápido, eu achei.” (ENTREVISTADA 1- 35 anos)

Eu lembro que quando eu vim, a primeira coisa que eu achei muito estranha, foi o jeito do povo tratar, os patrões, porque o primeiro emprego que tive aqui quando cheguei foi de doméstica, e eu achei assim, que eles tratavam muito mal. Não era igual o povo da roça, que já estava acostumada, que você conversa, o patrão é simpático, não faz diferença de você. Eu tinha a impressão que eles destravam por conta de ser pobre e da roça, sabe? Então eu tinha até medo de fazer alguma coisa errada, minha primeira patroa era muito grossa. (ENTREVISTADA 7- 42 anos)

No começo eu tinha medo de tudo, até de conversar com as pessoas, falar errado, sabe? Mas lembro que achei muito legal as vendas da cidade, na roça tinha uma vendinha bem pequena, mas o arroz e o feijão vinha tudo carunchado, não tinha muita opção, teve comidas que eu só fui conhecer aqui na cidade, maçã mesmo eu nunca tinha comido antes. (O.C.J.P, 76)
Como já vinha algumas vezes na cidade, já tinha um certo costume, parece que não impactou tanto, mas lembro da gente achar o máximo poder assistir uma televisão, na época aqui tinha cinema, clube, então era um lazer que não tinha antes. (ENTREVISTADA 6- 71 anos)

Eu já vinha algumas vezes para cidade, e como era muito o que eu queria foi tranquila, no começo eu tinha um pouco de vergonha, não sei porque, depois fui fazendo amizade, conheci as meninas do trabalho, fui me soltando, e foi de boa! (ENTREVISTADA 20- 33 anos)

Das 20 mulheres entrevistadas, quando migraram para a cidade, 4 passaram a morar em imóveis alugados, o restante tinha imóvel próprio, sendo que 10 delas continuam morando na mesma casa de quando se mudaram. As entrevistadas que migraram há mais de 40 anos encontraram uma cidade que começava a se expandir, com a criação de novos bairros, asfaltamentos e melhorias de infraestrutura. Para as mulheres que migraram nos últimos 20 anos, essas mudanças não foram tão impactantes, embora o crescimento urbano de Muzambinho seja contínuo: “Já tinham bastante casas na minha rua, mas as ruas abaixo aqui ainda não existiam, mas já tinha energia, calçamento, na cidade também, mas não tinha muitos bairros desses nos arredores igual tem hoje.” (ENTREVISTADA 14- 45 anos); “Quando mudei o meu bairro já era todo habitado, e a cidade também, já tinha de tudo, só que hoje tem bem mais bairros na cidade.” (ENTREVISTADA 19- 38 anos); “Quando a gente chegou e construiu no bairro ele já tinha bastante casa sim, mas agora tem muitas mais, só que já tinha toda a infraestrutura, e como foi mais recente, na cidade também.” (ENTREVISTA 1- 28 anos)

A casa que meu pai fez foi no Alto do Anjo, lá em 1975, tinha casas já, mas ainda não era asfaltado. Na cidade também as ruas eram de terra batida ou pedra, depois que eu já estava há um tempo na cidade que asfaltou tudo, lembro que antes não tinha postes assim de energia, depois que veio a Cemig, hoje também você olha vê muitos, muitos bairros, antes era só miolo

central mesmo. Era Barra Funda, Brejo Alegre e a cidade. (ENTREVISTADA 6- 71 anos)

Quando a gente mudou não tinha quase nada de casa, tinha umas três casas mais ou menos nesse pedaço, pra baixo não tinha nada mesmo, era só pasto, as ruas eram tudo de terra, e na cidade só o centro tinha calçamento, desses de pedra, mas não tinha muitos bairros também não, tinha mais casas que lembro perto da estação. O asfalto mesmo, que lembro de vir aquelas máquinas grandes foi só lá para 1965, as crianças já estavam grandes, e antes era difícil, porque não tinha calçada, nada, vinha aquelas enxurradas, alagava tudo, virava um lamaçal que só. ENTREVISTADA 8- 86 anos)

Como não faz muito tempo, já tinha tudo no bairro sim, energia, calçamento, tudo, já tinha outras casas, a nossa a gente já comprou pronta, e na cidade também, já estava parecido com hoje mesmo, só não tinham alguns bairros ainda, alguns predinhos que estão construindo. ENTREVISTADA 13- 47 anos)

As mulheres entrevistadas também foram questionadas se mudaram algum comportamento ou adquiriram hábitos que acreditam ser diferentes do que vivenciam no campo. Muitas acabaram revelando que, na cidade, acabaram se impondo mais, sendo menos tímidas e mais comunicativas. Outras abordaram a questão dos horários diferentes, que no campo costuma-se acordar mais cedo. Muitas também levantaram a questão do consumismo, que passaram a gastar mais, por serem mais influenciadas a comprar quando passaram a viver na cidade: “Acho que dormir tarde e acordar tarde, parece que na cidade a gente fica mais agitado, não acordava tão tarde, mas perto da roça que a gente madrugava. Na roça se eu levantasse às oito, igual levanto hoje, o serviço já não rendia!” (ENTREVISTADA 12, 76 anos)

Ah, eu achei que a gente acaba amadurecendo, desenvolvendo mais, principalmente porque mudei na adolescência né? Achei que fiquei mais comunicativa, aprendi a enfrentar mais as coisas, porque quando você está lá na roça, você acha que a sua vida vai ser só aquilo, e aqui tive outros desafios. (ENTREVISTADA 7, 42 anos);

Ah, hábito mudou totalmente, porque a vida na roça é tudo mais cedo, você dorme mais cedo, horário mesmo de almoço e janta é tudo mais cedo, assim, a vida mudou totalmente, né? Mas assim, meu jeito de pensar até que não. Eu achei que eu fiquei mais independente, porque lá na roça eu acabava dependendo muito do meu pai, né? Então assim, eu criei mais opinião própria, depois que mudei. (ENTREVISTADA 5- 28 anos)

Consumo! Morar na cidade a nível de consumo é um terror! Você sente necessidades que você quando está no campo não sente a mínima falta! Por exemplo, sair do serviço e passar na padaria para comprar coisas para o café, no campo não é assim, você não tem aonde ir, então, você vai usar o que tem em casa e vai fazer o seu café, é uma coisa bem mais simples, então morar na cidade estimula muito o consumo, as próprias lojas, né? Você está saindo do serviço e está passando na porta de várias lojas, que acaba induzindo você a querer coisas que nem precisa. (ENTREVISTADA 4- 28 anos)

Eu acho que na questão de comidas. Antes eu não comia muita bobeira, agora na cidade eu como muita coisa industrializada, fim de semana sempre vou em algum lugar ou peço por telefone uma comida mais gordurosa, e antes na roça, não tinha essas opções a não ser que você fizesse em casa. Aí também aqui na cidade eu faço academia, coisa que não fazia na roça. (ENTREVISTADA 18- 26 anos)

A migração para a cidade, então, é um processo que, além da mudança física de moradia, provoca uma mudança interna nessas mulheres, envolve sentimentos, memórias, novos hábitos, costumes, expectativas e frustrações. Como visto, são vários fatores que interferem e justificam sobre as razões que levaram as mulheres a migrarem para a cidade. Depois de se compreender mais sobre como o processo ocorreu na visão das entrevistadas, é importante analisar quais suas relações com o novo espaço que passaram a viver, quais condições de trabalho e oportunidades encontram na cidade após a migração e se seus papéis socioespaciais se alteram.

6 A VIDA DA MULHER NA CIDADE

Quando a mulher migra para cidade, sozinha ou acompanhada pela família, encara mudanças de um novo espaço, mas também de um modo de vida. Mesmo em uma cidade com ruralidades presentes, algumas dinâmicas são próprias do urbano e, algumas mulheres, dependendo de sua classe social, raça e estilo de vida no campo, podem vivenciá-las com mais intensidade pós-êxodo rural.

O espaço urbano, de maneira geral, não é pensado para mulheres. Isso não significa que as mulheres não produzem espaço, que não atuam na sua organização, é justamente o oposto. O trabalho produtivo e, mais ainda, o trabalho reprodutivo das mulheres, que geralmente ocorre nos espaços privados, dentro de casa, são os que permitem que toda a dinâmica de uma cidade aconteça. As mulheres têm corpos e vozes, portanto, se especializam e precisam ser ouvidas.

6.1 VIDA, TRABALHO E PAPÉIS SOCIOESPACIAIS DA MULHER NA CIDADE: DISCUSSÕES FINAIS?

Seja por razões familiares ou individuais, quando a mulher migra para cidade, mesmo que seja uma cidade pequena, é natural a ânsia por encontrar melhores condições financeiras, oportunidades de trabalho e valorização que não tinha no campo. Porém, nem sempre isso acontece. Mais do que um novo espaço, ela continua inserida em um sistema patriarcal que justifica a exploração através das diferenças biológicas e, de acordo com Calió (1997, p. 2), reforçando a ideia de “uma natureza e de uma essência feminina, limitando a criatividade das mulheres, e dirigindo-as para atividades que mais se adaptem às suas prioridades enquanto mulheres: esposas, mães, donas de casa”.

O fato de biologicamente ser mulher, socialmente se transforma em um impeditivo para os mesmos trabalhos executados pelos homens, no qual a mulher, principalmente a de origem rural, é ainda mais estigmatizada, precisando se mostrar capaz e competente em cada atividade realizada para ser digna de um trabalho que não seja associado apenas à esfera reprodutiva.⁴⁸

⁴⁸ Ibidem, 1997.

Essa questão da competência, qualificação, para Serpa (2010, p. 2) remete a figuras e características que o mercado considera masculinas: criatividade, responsabilidade, iniciativa, capacidades técnicas e autonomia no trabalho. “As mulheres raramente estão presentes em cargos que requerem tais características”, daí decorre que o trabalho doméstico seja o que absorve grande parte da mão de obra feminina, ilustrando a natureza desse ajustamento à vida urbana, que se faz através de relações de trabalho pré-industriais, com o salário em geral reduzido (DURHAN, 1973, p. 150).

Para Calió (1997, p. 4), essa situação vem da combinação patriarcado e capitalismo, em um verdadeiro sistema social de dominação político-ideológica pelo patriarcado e econômico pelo capitalismo, que “combinam-se com base em uma divisão sexual do trabalho presente tanto na esfera da produção como na da reprodução social”. Sendo assim, a mulher que migra encontraria ainda mais dificuldades dentro dessa lógica porque, no campo, seu reconhecimento produtivo é ainda menor e as relações patriarcais são ainda mais evidenciadas e difíceis de romper mesmo quando passam a viver na cidade.

Durhan (1973, p. 149) expõe que a “natureza das experiências de trabalho anteriores à migração é importante na medida em que facilita ou dificulta a obtenção, a inclusão do migrante nos sistemas econômicos mais produtivos e melhor remunerados”. Assim, para a autora, aquelas mulheres que possuem experiências profissionais, qualificação, níveis de ensino mais elevados, poderão encontrar mais oportunidades na cidade. Porém, grande parte das mulheres que vem do campo está em busca justamente dessa realização profissional, de ampliação dos estudos, uma vez que no campo estavam envolvidas em atividades agrícolas pelas quais não eram bem remuneradas.

De acordo com Araújo (2015, p. 300), essa não é uma situação nova, pois as mulheres de modo geral, “sempre estiveram na informalidade no mercado de trabalho, caracterizado por suas formas precárias de realização da atividade laboral, sendo trabalhos desvalorizados, muitas vezes que mantêm resquícios do ambiente privado, doméstico”. Essa situação se agrava se a mulher que migra vem de uma condição financeira instável no campo, sem apoio familiar, sem estudos e sem uma rede de acolhimento na cidade, fazendo com que aceite trabalhos árduos e desvalorizados, como trabalhos domésticos.

Para a referida autora, a mulher que migra com a família também não encontra facilidades para desenvolver uma carreira profissional na cidade, além das condições desiguais na própria aceitação da mulher no mercado de trabalho. Muitas continuam sendo as únicas responsáveis pelas atividades domésticas e de funcionamento do lar, principalmente quando se fala na criação dos filhos. Na verdade, “não há neutralidade na divisão sexual do trabalho, há um conjunto de interesses que encobrem as relações de poder exercido pelos homens sobre as mulheres e que, sustenta a estrutura da família patriarcal”.⁴⁹

As mulheres que conseguem um trabalho formal ganham menos que os homens, embora exerçam a mesma atividade, tenham a mesma jornada de trabalho e possuam a mesma escolaridade que eles. Isso porque “os patamares de rendimento feminino são sempre inferiores, sejam as mulheres empregadas, trabalhadoras domésticas, autônomas ou empregadoras” (SERPA, 2010, p. 18), demonstrando que a desigualdade entre os sexos compõe as relações de dominação do capital sobre elas e que “a igualdade entre os sexos só se tornará real quando houver a conquista de uma verdadeira autonomia” (ARAÚJO, 2015a, p. 303).

A todos esses fatores podem-se agregar, ainda, conflitos de identidade, quando as mulheres migram para a cidade. No novo espaço, começam a tomar consciência de suas diferenças, dos seus modos de vida e costumes, de maneira mais intensa ou sutil. Assim, as mulheres que migram “experimentaram, muitas vezes, uma verdadeira alquimia em suas vidas, em sua identidade e em seu cotidiano, tornando-se diferentes do que eram antes de migrarem, não sendo mais idênticas às mulheres que saíram de suas terras” (LISBOA, 2006, p. 164).

Nas cidades, as mulheres passam a conviver com pessoas de origens culturais e condições étnicas e sociais diferentes, distintas crenças religiosas, ideologias variadas, que poderão tanto ajudar na criação de vínculos ou na exclusão e isolamento. Antes, no campo, o mundo e a cultura na qual estavam inseridas eram relativamente homogêneos e, mesmo que a migração não seja para grandes centros urbanos, esse ainda pode ser um processo lento e difícil.⁵⁰

Sobre as contradições de classe que caracterizam os espaços urbanos, nas análises de gênero, não são suficientes sem o entendimento de uma estrutura patriarcal

⁴⁹ Ibidem, p. 303.

⁵⁰ Ibidem.

Estudiosos urbanos que usam conceitos como segregação, direito à cidade, revolução urbana, o fazem em termos de classes sociais e de luta de classes, dificilmente incorporando aí análises de gênero. É certo que a origem de classe determina a situação de cada indivíduo na cidade. Mas, quando pensamos nas mulheres, essa análise não nos basta. Pelo contrário, ela é redutora, primeiro porque coloca implicitamente cada mulher na classe social de seu pai/marido. Depois, não consegue reconhecer cotidianamente na cidade o lado patriarcal que sustenta os condicionamentos sociais que oprimem as mulheres (CALIÓ, 1997, p. 05).

Desse modo, para Silva (2009, p. 37), as cidades “se converteram em fértil campo de investigações feministas, justamente porque nessa escala espacial é possível compreender vários elementos simultâneos - como os aspectos sociais e econômicos - que compõem a vida das mulheres”, antes ignorados por teorias elaboradas por homens.

Nos países em que se desenvolvem estudos feministas, o espaço urbano apresenta uma nítida separação de gêneros, com áreas dedicadas à produção do capital, hegemonicamente masculinas, e áreas ligadas à reprodução social, associadas às vivências femininas. Assim, a organização do espaço é compreendida como sexista e funciona como um elemento de ordenamento das relações de gênero (Pratt e Hanson, 1988; Massey, 1984, *apud* SILVA, 2009).

Esses autores criticam os padrões de uso e ocupação da terra, com a separação das áreas residenciais dos espaços produtivos e de serviços, e a qualidade dos sistemas de transporte, que dificultam a mobilidade urbana das mulheres, responsáveis pela vida familiar, e seu acesso às oportunidades de trabalho e de estudo. A concepção de cidade, segundo esses e outros trabalhos feministas, reforça os papéis tradicionais de homens e mulheres e constitui uma barreira para a superação das desigualdades de gênero, uma vez que ela separa de forma contundente as esferas públicas e privadas.⁵¹

Assim, a questão do patriarcado junto à dinâmica capitalista enriquece a compreensão sobre o mundo urbano, “opondo cada vez mais trabalho-feminino/trabalho-masculino, trabalho-dentro/trabalho-fora, vida pública/vida privada e, conseqüentemente, espaços-tempos diferenciados para homens e mulheres”. Não é possível considerá-los como independentes, o patriarcado como sistema de dominação político-ideológica e o capitalismo como sistema de dominação econômica. “Eles não são autônomos entre si. Muito pelo contrário. Combinam-se

⁵¹ Ibidem, p. 38.

com base em uma divisão sexual do trabalho presente tanto na esfera da produção como na da reprodução social” (CALIÓ, 1997, p. 04).

O não entendimento da cidade-sexista impossibilita aos estudiosos urbanos reconhecer nela a mulher. Esteja ela onde estiver, no mercado de trabalho, no lar, seja ela sozinha, casada, chefe de família, de qualquer idade, cor e classe social - a origem de classe não muda fundamentalmente a natureza e a permanência de sua opressão - ela sofre segregação através da ideologia patriarcal refletida no espaço urbano: divisão do trabalho em doméstico/social e sua consequente repartição mulher/homem, privado/público⁵².

Desse modo, superar essas dicotomias é uma maneira de “desfazer a separação que opõe os espaços das atividades de trabalho e da vida cotidiana, das esferas públicas e privadas, que desvalorizam as atividades femininas no interior do lar” que acaba privando a mulher de remuneração por esse trabalho, ao mesmo tempo em que a priva de realizar outros trabalhos no âmbito público (FIGUEIREDO, 2013, p. 79).

Mesmo com o aprofundamento neoliberal, que dilui as relações sociais, os sentidos femininos e masculinos estão sendo recodificados. Houve transformações no universo familiar, nas relações de trabalho, na política. Ainda não existe igualdade nesses espaços, mas os movimentos feministas, LGBT, antirracistas, assim como as pesquisas na área, vão, aos poucos, impondo suas pautas ao debate público, saindo do predomínio do silêncio e naturalização (BIROLI, 2018).

As discussões, desse modo, não se encerram. Há muito que se considerar, aprender e agir. Pode ser que os papéis socioespaciais e as relações de trabalho não se modifiquem inteiramente para as mulheres que migram do campo para cidade, mas existe alguma transformação. Seja no campo ou na cidade, as mulheres são maiores que suas opressões. Compreendê-las já pode ser um primeiro passo.

6.1.1 Divisão sexual do trabalho na cidade

A divisão sexual do trabalho identifica a esfera produtiva e pública como o domínio espacial masculino e a reprodutiva e privada como lugar feminino, portanto implica uma divisão social, sexual, espacial do mesmo (GARCÍA, 2002).

⁵² Ibidem, 1997, p. 05.

Da maneira como se configura, a divisão sexual do trabalho fornece menor acesso das mulheres a recursos relevantes como tempo e espaço. Além de colaborar para o entendimento de que mulheres e homens possuem diferentes papéis, situando as mulheres ao mundo doméstico e desconsiderando seu trabalho não remunerado (BIROLI, 2018).

O trabalho não remunerado é aquele que está implícito na criação dos filhos e no cotidiano das tarefas domésticas, que permite que os homens possam trabalhar fora e que se engajem no trabalho remunerado. Essa gratuidade do trabalho das mulheres é expressa principalmente pelo casamento. Esse trabalho das mulheres, que não é valorizado em casa, passa, no entanto, a ter valor econômico fora dela, quando atende às necessidades de outras pessoas que não as do marido (Ibidem, 2018). Nos espaços urbanos, o trabalho não remunerado da mulher é, portanto, um dos elementos estruturantes de seu funcionamento:

O espaço-tempo urbano, dividido pela separação objetiva do trabalho e subjetiva da casa, explica a diferença de comportamentos e atitudes entre os sexos. Espaços inversos e hierarquizados, onde a mulher encontra seu "orientado" no interior da casa e o homem, virando as costas à casa, procura seu "orientado" no mundo [...] A introdução da questão "divisão sexual do trabalho" no planejamento urbano é primordial: quem afirmaria hoje que sem o trabalho da mulher o sistema urbano não entraria em colapso? (CALIÓ, 1997, p. 07).

Durante a entrevista, as mulheres que migraram para a cidade foram questionadas se existe algum tipo de divisão das atividades domésticas entre os membros da família, se mudou alguma dinâmica em comparação de como era no campo. As respostas evidenciaram que o trabalho não remunerado continua sendo, em grande parte, de responsabilidade da mulher. Algumas relataram que na cidade ainda recebem mais apoio e observam os maridos e companheiros fazendo mais atividades do que pais ou irmãos quando estavam no campo. Esse aspecto foi mais recorrente das entrevistadas mais jovens, o que pode indicar uma pequena abertura de mudanças ou reflexões desses papéis nas diferentes gerações. Quando a mulher também trabalha fora do ambiente familiar, outras concepções são criadas. Mas, no geral, o relato é que a sobrecarga de todas as tarefas do domicílio e do convívio familiar ainda continua sobre a mulher: "Diferente do meu pai e do meu irmão quando a gente estava na roça, hoje meu marido se envolve, mas a grande parte continua sendo de minha responsabilidade." (ENTREVISTADA 4, 28 anos); "Mudou um pouco

porque os serviços aqui na cidade são um pouco menos, e meu companheiro me ajuda um pouco também, e na roça meus irmãos e meu pai não varriam um chão, nada.” (ENTREVISTADA 20, 33 anos); “No campo era eu e a mãe, aqui continua sendo eu. Coloco meu filho pra lavar uma louça, varrer uma casa, mas é como se tivesse pedindo algo impossível, é uma reclamação que só, que eu até desisto.” (ENTREVISTADA 14- 45 anos); “Não mudou nada não. Eu ainda faço todos os serviços de casa. Eu coloco meus filhos e marido para ajudar, mas o trabalho maior ainda é meu.” (ENTREVISTADA 19, 38 anos).

Aqui os serviços de casa são bem divididos, um vai cuidando da casa, o outro vai fazendo a comida. Então mudou de como era na roça, porque assim, lá quem fazia tudo era eu e minha mãe, meu pai, meus irmãos não faziam nada, eles chegavam do serviço, deitavam e não queriam fazer mais nada. Agora aqui na cidade um tem que ajudar o outro né, porque os dois trabalham, aí eu não fico o dia inteiro em casa para cuidar dos serviços de casa. (ENTREVISTADA 1, 35 anos)

Bom, até que hoje meu marido dá uma ajuda boa para mim no quesito lavar uma louça, fazer uma comida, mas 80% continua sendo minha responsabilidade, tipo, ele não se preocupa se as crianças se alimentaram ou não, se estão com roupas limpas, se estão tendo uma rotina, essas coisas, sou tudo eu. (ENTREVISTADA 5, 28 anos)

Em relação ao trabalho remunerado, quando as mulheres migram para a cidade, os serviços de faxineira e empregada doméstica acabam exercendo um papel importante na sua incorporação ao mercado de trabalho, por serem considerados culturalmente como o lugar da mulher e não exigirem qualificação. Muitas migrantes acabam tendo, nessa atividade, um caminho para a socialização. Em toda a América Latina, “dois terços das mulheres que migraram do campo para a cidade na década de 1990, em busca de melhores condições de vida, são atualmente trabalhadoras domésticas” (LISBOA, 2006, p. 158).

No momento que se tem desigualdades como a pobreza, o desemprego, a falta de oportunidade, o trabalho doméstico acaba por representar um trampolim para as mulheres, que acabam reproduzindo os papéis que já vivenciam em casa. No Brasil, por muito tempo foi comum e, ainda hoje, em algumas localidades, existe também o apadrinhamento de meninas que vieram do campo para a cidade, no qual elas recebem ajuda para estudar, um local para morar, mas, em troca, são obrigadas a trabalhar como domésticas em casas de famílias de classe média e alta (FARIA *et al.*, 2016).

De uma forma geral, os homens quando migram do campo para cidade, ocupam-se nas áreas de construção civil, no comércio, nos transportes e armazenagens, no saneamento e limpeza e nas indústrias transformadoras. As mulheres, em contrapartida, assumem os serviços pessoais e domésticos e de cuidado, presentes em atividades ligadas a restaurantes e hotéis, saneamento e limpeza, comércio e serviços sociais⁵³.

Dados coletados no censo demográfico do IBGE (2010) demonstram uma disparidade expressiva no país entre o número de mulheres ocupadas em serviços domésticos no país (94,8%) em comparação aos homens (5,2%), conforme a tabela 5. Com exceção da administração pública, área de acesso através de concursos, em que as mulheres com maior escolaridade se sobressaem aos homens, todas outras ocupações possuem maior taxa de empregabilidade masculina.

Tabela 5 - População ocupada por tipo de atividade e gênero no Brasil (2010)

Atividade	Homens (%)	Mulheres (%)
Administração Pública	35,9	64,1
Indústria	64	36
Construção	93,9	6,1
Comércio	57,5	42,5
Serviços prestados a empresas	58	42
Serviços domésticos	5,2	94,8
Outros serviços	58,4	41,6

Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2010).

No entanto, o aumento da escolaridade feminina não estabelece, por si só, a garantia ao trabalho remunerado e qualificado. Mesmo com maior escolaridade, as mulheres historicamente recebem menos que os homens (LAVINAS, 1997).

No caso de fluxos migratórios femininos em que as mulheres não exercem o papel de acompanhantes, a entrada no mercado de trabalho proporciona transformações em seus papéis dentro do domicílio e perante a família que ficou no campo. Assim, se favorecidas pelos contextos do lugar de destino, passam a participar

⁵³ Ibidem.

da composição da renda familiar, chegando até mesmo, a exercer algum poder nas decisões tomadas na propriedade rural (PERES; BAENINGER, 2012).

A realidade das mulheres trabalhadoras, produtoras, reprodutoras da força de trabalho pode ser ainda mais dificultada pela sua condição de classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual, idade, religião e outros aspectos de identidade que intensificam a assimetria das relações de gênero, já controladas pelo capital (SERPA, 2010). Quando essas mulheres são mães, a relação patriarcal se evidencia nas relações de trabalho.

A recusa de um emprego, por parte de uma mulher, por não haver creche para deixar os filhos, ou as faltas seguidas ao trabalho quando os filhos pequenos adoecem- o que pode acarretar a perda do emprego ou limitar a ascensão profissional- só poderão ser tratadas como “escolhas” se for desconsiderado o contexto em que estas se realizam ou se fizer de conta que não existem crianças pequenas que precisam de cuidado. Como compreender a posição desigual das mulheres na esfera doméstica e na pública sem levar em consideração que elas são orientadas a assumir determinadas responsabilidades e desempenhar um conjunto de funções no cotidiano? (BIROLI, 2018, p. 58).

A mesma autora responde que o corpo feminino é regulado por regras e políticas produzidas por homens, e a privatização das relações familiares e de cuidado é o outro lado da moeda: “o controle seletivo estabelece-se com foco na sexualidade e na reprodução, enquanto Estado e coletividade podem esquivar-se da responsabilidade pela vida e pelo bem-estar”, a cargo sempre da mulher (Ibidem, 2018, p. 209).

Também é importante considerar que o trabalho é uma das dimensões na socialização dessas mulheres quando chegam ao seu local de destino. Suas vivências, experiências e trajetórias não se resumem à sua ocupação remunerada, mas é um âmbito que deve receber destaque, pois “podem afetar o próprio modo como essas mulheres se percebem e a maneira como se dão as dinâmicas em suas famílias e nas relações de poder que constroem cotidianamente” (DORNELAS; SANTOS, 2018, p. 11). Desse modo,

a (não) inserção de mulheres migrantes no mercado de trabalho não pode ser considerada, contudo, descolada de outros elementos, como questões de gênero, raça, classe e etnia, que, de forma interseccional, contribuem para uma maior situação de vulnerabilidade. O entrecruzamento dessas categorias impacta não só o acesso desse público ao mundo do trabalho,

como pode determinar o tipo de vínculo empregatício, os cargos, rendimentos e relações – profissionais e sociais – a serem construídas.⁵⁴

A ideia de que o trabalho remunerado libertaria as mulheres, historicamente, remete à experiência de mulheres brancas, que possuem acesso a carreiras profissionais de grau relativamente elevado de autonomia e remuneração. O trabalho assalariado “para as mulheres da classe trabalhadora que ganham muitas vezes menos do que o salário mínimo e recebem poucos benefícios, quando os recebem, significa a continuidade da exploração de classe” (BIROLI, 2018, p. 38).

As mulheres negras geralmente ocupam os postos dos trabalhos domésticos, enquanto as brancas os cargos de maior visibilidade pública. No entanto, “as situações de opressões, discriminações e violências são sofridas pelas mulheres, uma vez que a origem desses problemas está no bojo da sociedade patriarcal, que privilegia os homens, especialmente os adultos, os brancos e ricos”. O que se percebe é que “o discurso de subalternidade e dominação sobre as mulheres está presente na construção dos espaços urbanos, rurais, públicos e privados” (SANTOS, 2020, p. 234).

Assim, para Saffiotti (2013, p. 128), “seria ilusório, entretanto, imaginar que a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente”. Embora a emancipação econômica da mulher seja a primeira de sua libertação, não constitui sozinha esta libertação integral, por isso a importância de se entender conjuntamente com as relações patriarcais.

Os reflexos são encontrados em estudos sobre a realidade brasileira nos últimos anos, como os de Bruschini (2006), que analisa o panorama das mulheres brasileiras no mercado de trabalho no período de 1992 a 2005. As conclusões da autora são que as mulheres estão em determinados setores e ocupações tradicionalmente femininos, como o comércio, a administração, a área educacional, além de cargos na área da saúde como enfermagem, nutrição e serviço social. São reduzidos cargos de comando e ainda quando notificados, recebem menos que os homens. As mulheres com condições de seguir estudos, fazer faculdade e se profissionalizar encontram melhores oportunidades em profissões com maior remuneração e prestígio.

⁵⁴ Ibidem, p. 21.

Os estudos de Sorj *et al.* (2007), mostraram que as mulheres que mais ingressam no mercado de trabalho moram sozinhas e não formam família, enquanto para os homens a situação é inversa, os que mais participam do mercado de trabalho são os que formam família. As autoras concluem que o papel da mulher na estrutura familiar como mãe, esposa, chefe de família influencia sua participação no trabalho remunerado, enquanto com os homens, mesmo quando mudam de estrutura familiar, casando, divorciando, sua participação no mercado de trabalho não altera.

É no urbano que se expressa o aumento de mulheres chefiando lares. De acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a porcentagem de domicílios brasileiros comandados por mulheres saltou de 25%, em 1995, para 45%, em 2018, principalmente em razão do crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. Ainda assim continuam sendo minoria, e isso não reflete a realidade de todos os municípios.

Para compreender a situação no mercado de trabalho da mulher que migra do campo para a cidade em Muzambinho, é preciso identificar as atividades geradoras de renda.

O PIB industrial (de Muzambinho) não é muito significativo, dada as poucas indústrias do município, sendo grande parte delas do ramo da construção civil, como a Artecon e a Lajes Almeida, que trabalham com a produção de pré-moldados e produtos básicos para a construção. Mas temos empresas com um potencial mais abrangente, envolvendo toda a região, como a Pavidez e a Britamil. São responsáveis por três usinas de concreto, sendo uma às margens da BR 491, em Muzambinho, uma no polo industrial de Guaxupé e outra às margens da BR-354, em Arcos, sendo que Britamil dedica-se à extração de matéria prima em uma pedreira do grupo. Os laticínios totalizam três empreendimentos: Muuusa, Jussara e Vila Minas, segundo dados da ACE (Associação Comercial e Empresarial de Muzambinho). Mas existe também o laticínio Macaúbas, em uma comunidade rural e ainda o Atacadão Doce Mel Indústria e Comércio. As tecelagens têm um importante papel, seja com relação à produção, mas também à atratividade turística, para as quais a Fio Brasil e a tecelagem Santa Edwiges são as mais importantes, considerando que existem alguns pontos de produção familiares.
(ALMEIDA, 2014, p. 40).

Apesar de toda participação da agropecuária no setor econômico do município, os dados sobre Muzambinho mostram que o setor de serviços corresponde ao primeiro lugar na consideração do PIB (Produto Interno Bruto) municipal com o valor correspondente a 181.440 (mil reais), seguido por 59.327 (mil reais) das indústrias, valor equilibrado com os 54.598 (mil reais) da agropecuária (IBGE, 2015).

Com relação aos empregados no município por gênero, observa-se que existem diferenças discrepantes entre o número de homens e mulheres empregados, sendo que, na maioria das atividades são ocupadas por eles, o percentual de homens empregados é 61%, enquanto de mulheres é 39%. As mulheres se destacam nas atividades relacionadas às atividades domésticas, saúde, serviços sociais e educação, principalmente. Isso reforça a presença feminina nas atividades ligadas ao “cuidado das pessoas” (TABELA 6).

Tabela 6 - Pessoal empregado no município de Muzambinho em razão da atividade profissional (2018)

(continua)

Classificação de atividade	Unidade	Número de empregados	
		H	M
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	28	2838	949
Indústrias extrativas	6	-	-
Indústrias de transformação	63	308	274
Eletricidade e gás	1	11	-
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1	20	8
Construção	34	773	11
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	256	1015	721
Transporte, armazenagem e correio	32	154	-
Alojamento e alimentação	32	97	171
Informação e comunicação	12	36	10
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	10	-	-
Atividades imobiliárias	21	31	-
Atividades profissionais, científicas e técnicas	42	98	59

(conclusão)

Classificação de atividade	Número de empregados		
	Unidades	H	M
Atividades administrativas e serviços complementares	35	34	36
Administração pública, defesa e seguridade social	3	309	246
Educação	17	159	410
Saúde humana e serviços sociais	43	106	317
Artes, cultura, esporte e recreação	11	-	-
Outras atividades de serviços	35	312	181
Serviços domésticos	-	19	568
Total:		6320	3961

Fonte: Cadastro Central de Empresas, IBGE (2018).

H: Homens

M: Mulheres

* (-): Dados não informados.

A partir dessas considerações, foi necessário investigar, durante a entrevista com as mulheres que migraram do campo para cidade em Muzambinho, se elas conseguiram trabalhar com remuneração, se foi fora do ambiente familiar, em qual área, se foi com carteira assinada e se possuem alguma renda extra. Essas informações foram sintetizadas no quadro 5, considerando primeiramente as mulheres que estão trabalhando, e no quadro 6 as mulheres já aposentadas.

Do total das 20 mulheres entrevistadas, 11 conseguiram um trabalho remunerado na cidade quando migraram (55%) e, pela faixa etária delas, ainda exercem as atividades, com registro na carteira de trabalho, oportunidades que talvez não tivessem no campo. Essas mulheres relataram que conseguiram se empregar em trabalho remunerado na cidade, sendo esse o anseio de muitas quando migraram. No entanto, isso não significa que todas elas tiveram a mesma oportunidade, mas alguns elementos podem ser notados, como o fato de essas mulheres ocuparem poucos cargos de chefia ou poucos cargos com valorização profissional. Com exceção das microempresárias, que nesse caso são proprietárias de loja e de correspondente bancário, a maioria das mulheres teve sua oportunidade de trabalho no comércio que, conforme dados da tabela 6, era uma das áreas que mais empregava mulheres em

Muzambinho (41%). Muitas das mulheres também trabalham como domésticas, outra área em que 96,7% das empregadas nesse setor eram mulheres.

Quadro 5 - Trabalho remunerado das mulheres entrevistadas na cidade de Muzambinho-MG

	Área/ local de trabalho	Possui carteira assinada	Possui renda extra/ informal
E 1	- balconista em padaria - vendedora em loja de roupas	Sim	Não
E 4	- proprietária de um correspondente bancário	Sim	Não
E 5	- proprietária de um correspondente bancário	Sim	Não
E 7	- doméstica - atendente em loja, farmácia - caixa de supermercado - bordadeira em confecção - feirante	Sim	Sim (venda de quitandas)
E 9	- atendente em padaria - vendedora em loja de roupa	Sim	Não
E 13	- doméstica	Sim	Sim (venda de quitandas)
E 14	- secretária no setor administrativo na prefeitura - costureira em confecção de roupa - bordadeira em loja	Sim	Não
E 15	- doméstica	sim	Sim (venda de quitandas)
E 18	- atendente em padaria, loja de celular, loja de roupas	Sim	Sim (revenda de perfumaria)
E 19	- recepcionista em consultório odontológico - faxineira - auxiliar de cozinha -atendente em loja	Sim	Sim (reparos, costuras simples)
E 20	- caixa de supermercado - atendente em loja	Sim	Não

Fonte: Trabalho de campo (2021). Org.: a Autora.

Dessas 11 mulheres, 5 possuem uma renda considera como extra ou informal, por meio da venda de quitandas (bolos, pães, biscoitos, pão de queijo) que preparam em casa e vendem para amigos, parentes e conhecidos, divulgadas pelas redes

sociais e por recomendação dos conhecidos, como relatado por 3 das entrevistadas. Uma das entrevistadas relatou que revende produtos de perfumaria de uma marca de revista popular para amigas e também para os clientes que frequentam a loja na qual trabalha. Outra relatou que realiza reparos em peças de roupas em sua própria casa para vizinhos e conhecidos.

As outras 9 mulheres entrevistadas já são aposentadas, sendo que 2 nunca trabalharam fora do ambiente familiar e se aposentaram por idade (QUADRO 6). Os motivos de nunca terem a oportunidade de possuir um trabalho remunerado estavam relacionados à casa e ao cuidado com os filhos, que quando já estavam independentes, elas já não encontraram motivações e oportunidades para entrar no mercado de trabalho. Outras 4 mulheres, mesmo trabalhando com remuneração em algum período da vida, acabaram se aposentando por idade, uma vez que não foi possível contar o tempo de serviço, em decorrência da não assinatura em carteira de trabalho enquanto trabalhavam como empregadas domésticas, cuidadoras de idosos, babás e costureiras autônomas. No caso das empregadas domésticas, vale ressaltar que a lei que regulamenta a profissão de doméstica (Lei Complementar Nº 150, de 1º de junho de 2015) foi aprovada apenas recentemente. Uma das entrevistadas conseguiu se aposentar como trabalhadora rural no campo, com 55 anos, em seguida migrou-se para a cidade.

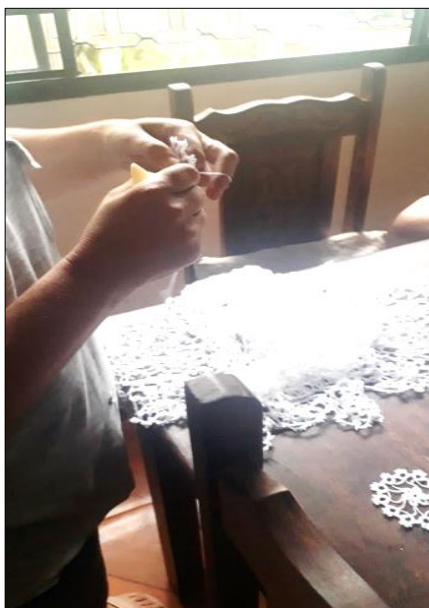
Das mulheres aposentadas entrevistadas, 3 possuem renda extra ou informal, uma através da revenda de *lingerie* de um fabricante de Juruaia-MG para vizinhas e conhecidas. Das outras duas, uma vende leite na cidade, que é trazido da propriedade rural familiar onde continuam criando gado, e a outra produz e vende salgados de festa.

Foi recorrente, também, o número de entrevistadas que trabalham como costureiras, sendo que uma das falas despertou atenção, por envolver o trabalho de diversas mulheres.

Já trabalhei com carteira assinada sim. Fui secretária na parte administrativa da prefeitura, era concursada. Minha mãe faleceu, eu acabei afastando e não voltei. Assim que cheguei (*na cidade*) também trabalhei numa fábrica de camisa, que hoje nem tem mais aqui, que muita costureira que tem hoje aqui, aprendeu a usar *overlock* nessa fábrica. Depois, trabalhei em uma farmácia de manipulação. Eu aprendi a costurar com minha mãe no campo, aí hoje eu faço bordados, pontos cruz, *frivolet* (FIGURA 19) por conta e tem uma marca que contrata meus trabalhos aqui, a “Amaria”. ⁵⁵Aí lá, as costuras, os

bordados, é tudo feito à mão, tudo por mulheres daqui e cada uma faz uma etapa para produzir as peças. Eu e mais duas fazemos essa parte de bordado, tem outras que fazem a costura, outras fazem a parte de tingimento de fios e eles são todos tingidos de matéria da natureza, por exemplo, de casca de cebola, casca de café, casca de beterraba. Daí sai blusa, almofada, colcha, tudo. É bem bonito, diferente o trabalho. Mas a gente estava conversando que tem até medo de acabar, porque a moçada de hoje não quer aprender não. E também não é um trabalho muito valorizado porque as lojas mesmo preferem comprar tudo costurado de máquina pelo preço. (ENTREVISTADA 14- 45 anos)

Figura 19 - Entrevistada demonstrando técnica de bordado frivolet na cidade de Muzambinho-MG



Fonte: A autora (2021).

“A coleção autoral de peças únicas e exclusivas amaria é a união de engenhosas mãos, técnicas ancestrais e o despertar de vários tesouros da cidade de Muzambinho no sul de Minas Gerais. No passado recente o plantio de algodão, o beneficiamento de fio, o tingimento vegetal e a manufatura de tecido era parte da rotina de uma vida em sintonia com a natureza, sabedoria, fé e gratidão. Do outro lado, no Japão, o artesão é tesouro vivo da cultura milenar, onde a herança técnica é passada de geração a geração. Mayumi Ito, capixaba, arquiteta de formação, trabalhou quinze anos por lá em design de moda e têxtil, ilustração e gráfico, além de curadoria entre designer e artesão de ambos os países. Ao retornar fixou residência em Muzambinho no ano 2003 onde iniciou a marca amaria com habilidosos artesãos e tecelões. O resgate da tradição, perpetuação de técnica adormecida, despertar do potencial criativo em busca de uma linguagem autoral são exercícios diários. O resultado é único e exclusivo com aumento de autoestima, confiança, superação e reconhecimento do trabalho manual como tesouro cultural.” (<https://www.amaria.com.br/copia-informacoes>).

Quadro 6 - Trabalho das mulheres aposentadas na cidade de Muzambinho-MG

	Área/ local que já trabalhou	Possuía carteira assinada?	Possui renda extra/ informal
E 2	- secretária na Santa Casa (hospital) - cantineira em escola municipal	Sim	Não
E 3	Campo	Não	Não
E 6	- doméstica - costureira em confecção de roupa - babá	Não	Sim (revenda <i>lingerie</i>)
E 8	-	-	Não
E 10	- atendente em mercearia - lojista (proprietária)	Sim	Sim (venda de leite)
E 11	- agente de saúde	Sim	Sim (venda de salgado)
E 12	- costureira autônoma	Não	Não
E 16	- doméstica - cuidadora de idosos	Não	Não
E 17	- doméstica	Não	Não

Fonte: Trabalho de campo (2021). Org.: a Autora.

Como o anseio de algumas mulheres com a migração era o de se sentirem valorizadas, ter o reconhecimento do seu trabalho na cidade, foi questionado a elas se na cidade isso ocorreu e por quais motivos, bem como se, em algum momento, receberam um salário menor pelo fato de serem mulheres. As respostas mostraram que, de forma geral, se sentem mais valorizadas na cidade justamente pelo fato de possuírem um trabalho remunerado e que isso reflete no seu valor perante a sociedade que passa ao menos a enxergá-las. “Eu acredito que sim, porque você acaba recebendo um dinheiro só seu e parece que as outras pessoas veem que você está trabalhando, sabe? Mas eu acho que nunca ganhei menos por ser mulher, não, meus trabalhos eram sempre de um salário” (ENTREVISTADA 9, 31 anos).

Eu acredito que ele é mais valorizado porque faz diferença na vida de outras pessoas, né? Aí essas pessoas enxergam isso. Mas em relação ao preconceito por ser mulher, não, só por idade. Como comecei a trabalhar cedo nessa área financeira, é difícil você ganhar credibilidade, mas pela idade acredito, não por ser mulher. Isso acontece mais em cidade grande, eu

acredito. A mulher na cidade grande tem mais dificuldade de ingressar no mercado de trabalho por conta da família, não ter alguém para apoiar, aqui não (ENTREVISTADA 4, 28 anos)

Eu acredito que sim, porque as pessoas parecem que reconhecem mais, falam mais de tudo com você, porque se tem alguma pergunta que envolve dinheiro, se você não trabalha, parece que já vai direto perguntar para o pai ou o marido, e na roça, se você faz os serviços para família, geralmente você não ganha. Agora se eu já ganhei menos por ser mulher eu não sei. (ENTREVISTADA 14, 45 anos)

Nenhuma delas disse ter recebido um salário menor por ser mulher, o valor que recebiam era pela natureza do trabalho. Mas, muitas disseram sem perceber, por vezes, que o trabalho subvalorizado implicitamente já é associado e ofertado à mulher. As entrevistadas também foram enfáticas em dizer que na cidade existem mais opções de trabalho para mulher, por toda experiência que vivenciaram no campo de falta de oportunidade de obter algum tipo de renda com seu trabalho.

Tem mais na cidade porque aqui tem mais oportunidades em todas as áreas, igual eu trabalho em área de comércio, tem as professoras aqui, tem a área da saúde, eu tenho amigas enfermeiras também, então vários setores. Já na roça não tem, principalmente, para mulher, o que a mulher consegue de trabalho na roça é mais em época de panha de café mesmo, porque não tem muito serviço. Os que aparecem acabam sendo mais para os homens mesmo. (ENTREVISTADA 1, 35 anos)

Tem, porque a atividade do campo exige muito esforço físico, na maioria das vezes, embora hoje tenha muita máquina, muita tecnologia que ajuda, isso não é ensinado para as mulheres, o trabalho com as máquinas não é ensinado, então o que sobra é o serviço envolta de casa, e algumas que vão para colheita, que é muito sofrido porque exige muito esforço físico. Eu acho que em um geral, o serviço da mulher no campo fica muito na obrigação, a não ser quando ela aposenta lá pelos seus 55 anos, só quando vem a aposentadoria que aquilo foi trabalho, lá em casa por exemplo que continuamos com sítio, a minha mãe não tem um salário, é tudo junto, ganhos, despesas, ela não tira um tempo para ela, eu vejo que ela abdica muito de si em função da família e do trabalho, então só com a aposentadoria que vejo que mulher fala que pode diminuir o ritmo de serviço e cuidar mais dela (ENTREVISTADA 4, 28 anos)

As relações de trabalho na cidade acabam atribuindo novos significados na vida da mulher que veio do campo: as convivências se alteram, a autonomia, a independência e a confiança. O trabalho das mulheres contribui para o desenvolvimento do espaço urbano, seja pelo seu papel produtivo, para aquelas que trabalham com remuneração e se tornam consumidoras em potencial, ou como aquelas que trabalham em casa e possibilitam que outros membros da família

trabalhem fora do ambiente familiar. Assim, torna-se importante compreender o espaço que as mulheres ocupam nas cidades, partindo do princípio que as esferas pública e privada atribuem diferentes papéis para homens e mulheres.

6.1.2 Dicotomia do espaço público e privado e o espaço das mulheres na cidade

A definição dos papéis sexuais e as configurações entre as esferas pública e privada estabeleceram lugares distintos para homens e mulheres. Confinaram as mulheres à esfera doméstica, privando-as do acesso ao saber, ao poder, ao prestígio e aos valores culturais que ainda continuam como prerrogativas masculinas (CALIÓ, 1997).

Nem todos os homens e mulheres estão nessas posições pré-definidas, mas, para que as mulheres participem da esfera pública, é preciso lidar com os vínculos que lhe são impostos pelas responsabilidades na esfera privada dessa divisão, assim como a noção de domesticidade e feminilidade (BIROLI, 2018). “Essa dicotomia entre o espaço público e privado, fruto de uma visão masculina, moderna e eurocentrada de ciência obscurece a compreensão da importância do gênero no processo de produção científica na geografia brasileira” (SILVA; CESAR; PINTO, 2015, p. 185). Os reflexos dessa divisão impactaram os estudos urbanos.

A distinção das esferas públicas e privadas, alterando relações sociais entre homens e mulheres, priorizando o mundo público - político e econômico - aos homens e o mundo privado - doméstico e íntimo - às mulheres, sexou a cidade. E os estudiosos urbanos tiveram dificuldade em fazer essa nova leitura. Isso implicou na negação da esfera do privado, das atividades domésticas, e mesmo das atividades das mulheres. É o que chamamos de “invisibilização” das mulheres na multidão urbana. Elas estão lá, importantes para o cenário mas insignificantes para a cena (CALIÓ, 1997, p. 04).

Quando não se problematiza essa dualidade, não se investiga as relações de poder na esfera privada. Perde-se a compreensão de como os indivíduos se tornaram o que são e de seus limites. Desse modo, a vida doméstica acaba desconsiderada como fator que define as possibilidades de atuação na vida pública (BIROLI, 2018).

Além do mais, quando se separa os dois espaços, o espaço privado acaba sendo negligenciado. Nas relações de trabalho, eles não podem ser compreendidos como separados porque um compõe o outro. Contudo, a visão dicotômica entre os

espaços públicos e o privado “concebe modelos de interpretação da realidade socioespacial que produz privilégio masculino e ainda obscurece grande parte dos mecanismos capazes de visibilizar a realidade feminina” (SILVA; CESAR; PINTO, 2015, p. 199). Essa dicotomia implica na divisão sexual do trabalho desigual para as mulheres.

A estrutura de dominação dos homens nos espaços públicos e a associação das mulheres aos espaços domésticos vinculados às atividades de cuidado com as tarefas de reprodução domésticas e com as pessoas, especialmente crianças e idosos, reforçam a discrepância existente. Mesmo com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, as atividades de cuidado permanecem na construção coletiva e nos cotidianos como responsabilidade das mulheres, gerando a sobrecarga de trabalho, como é comumente conhecida (SANTOS, 2020, p. 230).

Dessa forma, considerando apenas o espaço público como válido para o desenvolvimento dos espaços urbanos, ignora-se a totalidade do trabalho da mulher para a cidade, quando exclui o seu trabalho não remunerado no espaço privado. “Excluindo-se a combinação patriarcado/capitalismo no sistema urbano, exclui-se a real existência da mulher na cidade” (CALIÓ, 1997, p. 05).

Nesse contexto, ainda são poucos os planejamentos urbanos voltados para a perspectiva de gênero, sendo que as mulheres são historicamente excluídas da produção do espaço urbano. Essa exclusão vem desde o surgimento das cidades, se mantém na sociedade patriarcal, hierarquizada e capitalista, e acaba moldando a forma com que as mulheres vivenciam e se apropriam das cidades (RODRIGUES, 2017). Na retomada histórica do processo de civilização humana,

O homem ficaria responsável pelo sustento de sua família, ao mesmo tempo em que, se engajava politicamente e garantia a segurança do território familiar, enquanto a mulher permaneceria em seu ambiente doméstico, protegida dos possíveis perigos que poderiam atingi-la caso desbravasse os além-muros deste território familiar. Nas cidades gregas, as relações sociais aconteciam em espaços identificados em função do gênero masculino: o desenrolar das tarefas políticas, a gestão dos negócios, a realização de ofícios e desempenhos sacerdotais, só poderiam ser consolidadas em espaços públicos concedidos aos homens livres. Inclusive as atividades lúdicas, como os espetáculos circenses, as corridas de cavalos e as lutas de gladiadores. As áreas exclusivamente femininas raramente se expressavam nas estruturas da cidade antiga, com a única exceção de templos dedicados à uma deusa, que recebia algumas mulheres mães durante alguns dias do ano, quando eram celebradas festas para honrar à sua divindade. Mesmo assim, esses templos femininos se encontravam nas periferias das cidades, enquanto os templos de divindades masculinas se localizavam no centro. A divisão público-privada, nesta perspectiva de gênero nos espaços da cidade antiga, pode ser renomeada público-doméstica. Enquanto as mulheres

permaneciam a maior parte do tempo dentro de suas casas, os homens estavam autorizados e, nesta perspectiva excludente, aptos a frequentar o espaço exterior ao da residência.⁵⁶

Desse modo, é através da espacialidade que cada grupo constrói culturalmente os papéis sociais que homens e mulheres devem desenvolver. Todas as ações são desenvolvidas por um corpo e um espaço, e cada papel social tem suas relações específicas, o que constrói diferentes arranjos espaciais. Assim, a diferença de deslocamento de homens e mulheres também estará associada aos papéis de gênero (ORNAT; SILVA, 2007).

Durante a entrevista, levantaram-se quais os espaços que as mulheres que migraram frequentam hoje na cidade (Quadro 7), sendo importante constatar que foram respostas consideradas na rotina pré-pandemia.

Quando se observa os espaços frequentados pelas mulheres entrevistadas, percebe-se que muito da espacialidade delas na cidade ocorre em razão das idas aos supermercados por 14 mulheres, que são lugares que atendem à necessidade de alimentação, ao mesmo tempo em que são locais de estímulo ao consumo. Em seguida, vem o trabalho que, na maioria dos casos, é fora do âmbito familiar, como citado por 9 das entrevistadas. Assim, reforça-se a ideia de que o trabalho é uma das primeiras formas de liberdade de transitar pelo espaço na cidade, que elas não tinham no campo. Depois, vem a visita na casa de amigos, citada por 8 entrevistadas, o que demonstra que, na cidade, essas mulheres também criaram laços afetivos.

Outro local que recebeu destaque em 5 das falas das entrevistadas foi o consultório médico, especialmente pelas mulheres mais velhas que, geralmente, apresentam mais problemas de saúde que as mais jovens, que exigem mais consultas e realização de exames de rotina. Essas mulheres são as que mais frequentam também as igrejas, e relataram que já tinham tradição de participar de atividades religiosas no campo.

Das 20 entrevistadas, 19 se consideravam católicas e apenas uma evangélica, refletindo uma tradição ainda forte do catolicismo no espaço rural, não apenas em Muzambinho, mas em boa parte do país. Houve poucas citações de mulheres frequentarem espaços como bancos e serviços de escritório, onde relataram que são os maridos que ficam com essa responsabilidade, ou, no caso das entrevistadas mais

⁵⁶ Ibidem, p.5.

velhas, os filhos, que cuidam de questões consideradas burocráticas. De uma forma geral, poucos espaços de lazer ou cultura foram citados também, com uma citação para restaurante e uma citação em praça com finalidade de caminhar. Todavia, há que se considerar que, como as entrevistas foram realizadas em período de pandemia, as atividades de lazer são menos intensas para toda a população, não apenas para as mulheres.

Quadro 7 - Lugares mais frequentados pelas entrevistas na cidade de Muzambinho-MG

Locais mais frequentados	Número de mulheres
Supermercado	14
Trabalho	9
Casa de amigos	8
Igreja	5
Consultório médico	5
Lanchonetes	2
Casa de parentes	3
Farmácia	2
Banco	2
Praça para caminhar	1
Restaurantes	1
Casa de clientes com encomenda	1

Fonte: Trabalho de campo (2021). Org.: a Autora.

Assim, quando questionadas sobre o tipo de lazer a que possuem acesso na cidade, as respostas foram basicamente as mesmas dos espaços que frequentam cotidianamente pela cidade, então, o fato de ir à casa de um/a amigo/a, de um/a vizinho/a ou ir à uma lanchonete, já é considerado como lazer. Algumas até citaram que o supermercado funciona como um espaço de lazer, por não saírem muito de casa. Sobre a diferença de espaços frequentados por homens e mulheres na cidade, a maioria das entrevistadas relatou não sentir diferença, embora algumas situações tenham sido citadas, como o preconceito contra mulher que frequenta bares e estabelecimentos culturalmente taxados de masculinos, como oficinas mecânicas.

Hoje parece que não. As mulheres antes não podiam ir a bar, senão ficava mal falada. Hoje as mulheres vão a todos os lugares. Só minha filha que falou, esses tempos, que foi levar carro no mecânico e sentiu que ele passou ela pra trás por ser mulher, cobrou mais cara um serviço simples, como se ela não fosse entender. (ENTREVISTADA 2, 61 anos)

Olha, hoje eu penso que não tenha tanta essa diferença. Antigamente, acho que a mulher sofria mais, pelo que vejo o que a mãe, a vó conta. Mas, assim, como meu marido trabalha viajando de motorista, quando ele não está e preciso ir no mecânico ou num posto abastecer, eu sinto uns olhares estranhos. No mecânico, como se eu não soubesse nenhuma peça do carro. No posto, como se eu não fosse dar conta de fazer a manobra pra sair, mal sabem eles que dirijo até trator! (Risos). (ENTREVISTADA 19, 38 anos)

Para Calió (1997, p. 05), é exatamente o que acontece com a mulher vivendo uma falsa impressão de igualdade de uso e de mobilidade urbana. “Ignorar a relação patriarcado/capitalismo como um sistema integrado de dominação social, fazendo desaparecer a divisão sexual do trabalho, é o que caracteriza a invisibilidade da mulher nos estudos urbanos”. Assim, algumas lutas femininas representam mais que causas isoladas.

As lutas das mulheres por creches, educação não-sexista nas escolas, trabalho igual salário igual, formação profissional, grupos de saúde e sexualidade, aborto, contracepção, grupos antiviolença, SOS-mulheres, delegacias de defesa da mulher, casa de refúgio para mulheres vítimas de violência, centros de atendimento jurídico e social, casas de mulheres, grupos culturais, livrarias, editoras, etc. São, antes de mais nada, lutas pelo direito à cidadania e à cidade.⁵⁷

Para Rodrigues (2017, p. 06), “os altos índices de feminicídio, desvalorização profissional, assédio, objetificação do corpo, responsabilidade pelo papel reprodutivo e falta de representatividade nas diversas instâncias” são alguns dos fatores que cada vez mais geram insegurança e vulnerabilidade e que “acabam moldando a forma com que as mulheres vivenciam e se apropriam da cidade”, nos mais diferentes níveis e contextos. Por isso, a importância de um planejamento urbano que reconheça essa segregação, e norteie sempre suas decisões sob a perspectiva feminina, objetivando o acesso de mulheres à cidade.⁵⁸

Em participação em uma mesa redonda em formato de painel digital, denominada “Fazendo Geografia Feministas” e realizada pelo evento Colóquios Geográficos da PP GEO-UNIFAL/MG, em junho de 2020, Joseli Maria Silva, expõe a

⁵⁷ Ibidem, p. 07.

⁵⁸ Ibidem, p. 207.

preocupação e urgência de dar visibilidade do espaço privado das mulheres nas pesquisas.

[...] Por exemplo, se eu tenho um conceito, o espaço geográfico é a materialização das relações sociais da produção da sociedade capitalista. Aí, eu estou fazendo um recorte na área da produção, mas a produção só se faz a partir da sua relação com a reprodução e a reprodução. Ela é feita muitas vezes não no espaço público, mas no espaço privado. Quando eu secciono, que é uma visão masculina do espaço, eu trago a hegemonia do espaço público e invisibilizo o espaço privado, mas o privado é político. Existe um *continuum*. Eu tenho que arrebentar com a dualidade, para construir a visibilidade da dificuldade dessas mulheres. Então, se eu digo que não existe dicotomia e nós não estudamos o privado, para que ele continue invisível, então nunca vamos conseguir construir a visibilidade. Então, trabalhar com gênero é tão complexo porque implica fazer frente aos conceitos que estão consagrados. Enquanto a gente não trabalhar o espaço privado como uma esfera política de interferência, que tem que ser discutida na arena do Estado, tem que ser discutida na arena pública, ou seja, nas políticas educacionais, gente nunca vai conseguir fazer uma leitura crítica da divisão sexual desigual do trabalho e o porquê o que nós fazemos não é considerado trabalho (SILVA, 2020).

Essa visibilidade teórica é importante porque se faz refletir na prática social. Quando se pensa em elementos e espaços de identificação e reconhecimento das mulheres na cidade, por exemplo, como nome de ruas, estabelecimentos, monumentos que prestem algum tipo de homenagem, a maioria das entrevistadas (80%) disse não recordar, mas que deveriam existir sim porque Muzambinho possui muitas mulheres com histórias importantes que mereceriam homenagens. A realidade é que as mulheres não conseguiram recordar, porque são realmente escassos. Algumas citaram o Centro de Educação Infantil Municipal Dona Risoleta Neves e a Creche Municipal Helena Dipe, duas mulheres que foram professoras na cidade. De nome de ruas, foram citadas a Rua Lucinda Moura e a Rua Fátima Anderson, que também foram professoras. Nesses casos, certamente, essas homenagens são mais comuns porque o magistério, sobretudo na educação básica, sempre foi considerado como uma profissão feminina. Para que se tenha conhecimento, ao fazer um levantamento através do próprio Google Maps (2021), constatou-se que no espaço urbano de Muzambinho existem apenas 17 ruas que levam o nome de mulheres.

Questionadas também se acham que as mulheres deveriam ocupar mais cargos políticos no município, a totalidade das entrevistadas responderam que sim, porque historicamente ele sempre foi administrado por homens. Dessa forma, elas acreditam que as mulheres possuem muitas visões para contribuir até em defesa e interesse das próprias mulheres. Esse aspecto independe da idade da entrevistada,

todas se mostraram com uma ânsia e um desejo de que as mulheres no município sejam valorizadas e reconhecidas como os homens são, o que já representa um pequeno panorama de como desejos, antes nem questionados pelas próprias mulheres, hoje já se tornam objetivos. Pela primeira vez na história do município, em 2020, do total de 11 vereadores eleitos na Câmara Municipal, 3 são mulheres⁵⁹. Não se pode negar que isso representa um avanço na busca pela equidade de gênero no poder legislativo de Muzambinho, no entanto, ainda existe muito caminho a percorrer nesse sentido.

As entrevistadas também foram questionadas se sentem que são importantes para a cidade, se o reconhecimento é diferente do que tinham no campo. As respostas variaram entre aquelas que sentem que todas as mulheres são importantes nos dois espaços, mas não são reconhecidas e aquelas que, mesmo na cidade, tendo emprego remunerado ou exercendo o trabalho reprodutivo, não conseguem visualizar que são peças fundamentais na organização do espaço urbano, como nos relatam essas entrevistadas: “Eu acho que sou importante sim! Agora o reconhecimento da mulher de forma geral é muito pouco. A mulher trabalha muito tanto no campo quanto na cidade, mas parece que ninguém vê” (ENTREVISTADA 3, 55 anos). “Eu vejo que na cidade eu tenho um pouquinho mais de reconhecimento sim, mas não sinto que seja assim importante para a cidade” (ENTREVISTADA 18- 26 anos).

As mulheres também foram questionadas se, por alguma razão, têm vontade de voltar a viver no campo ou se mudar de cidade. Quanto a mudar de cidade, nenhuma das entrevistadas enxerga essa opção, por realmente gostarem de viver em Muzambinho. Já sobre a volta para o campo em algum momento da vida, apenas 2 entrevistadas cogitaram essa possibilidade. As demais disseram que não. Entre os motivos para permanecerem na cidade, apareceram nas falas: traumas do passado, boa adaptação à cidade, sua idade avançada ou por simplesmente não ser um desejo pessoal. Algumas delas gostariam de ter uma casa no campo novamente só para lazer aos fins de semana. Porque muitas entrevistadas, quando questionadas se elas enxergam diferença entre ser uma mulher no campo ou na cidade, a maioria disse que não (70%).

Nesse sentido, os motivos foram mais relacionados à visão de mundo, valores, características subjetivas de cada uma, ou percepções de que hoje o campo já oferece

⁵⁹ Jacqueline Krauss, Lucia Bernardes e Sandra Marques.

condições de vida parecidas com a cidade. Aquelas que apontaram diferenças, foram em relação a mais oportunidades de trabalho, reconhecimento e independência financeira maior na cidade, como relatado por essas: “Estar na cidade acaba me permitindo fazer mais coisas que eu gostaria de fazer no quesito profissional e de oportunidades, mas de capacidade, de determinação, isso é igual” (ENTREVISTADA 4, 28 anos). “Hoje não tem não, antigamente tinha porque era muito mais difícil para a mulher do campo. ela não tinha o dinheiro dela, né? Ai ficava mais dependente do pai, do marido. Não tinha, às vezes, como sair de casa, hoje a mulher sai, estuda, né?” (ENTREVISTADA 2- 61 anos). “Acho que não, viu? Porque no campo e na cidade a mulher trabalha e trabalha muito, demais, a gente vê isso nos dois lugares, então acho que não, só se você nascer com uma condição melhor, que acho que pode ter mais diferença, de resto não.” (ENTREVISTADA 15, 57 anos).

De todas as maneiras, como foi visto, as mulheres trabalham, produzem e reproduzem espaços. O que se pode afirmar como necessário e desafiador na produção científica, então, é não as vitimizar. É necessário, também, compreender todas as dinâmicas que se passam com aquelas que vivem e trabalham no campo, e com as que migram do campo para cidade, para ser um começo para o reconhecimento e a superação das desigualdades existentes.

Desse modo, quando as discussões sobre mulheres atingirem os espaços políticos e educacionais e questionarem os velhos conceitos, mudanças na vida e na significação do trabalho e dos papéis socioespaciais das mulheres serão realizadas. É algo que não se pode esperar mais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivencia-se um momento nos estudos geográficos no qual não se pode mais ignorar a espacialidade das mulheres nas pesquisas científicas. Estudos feitos por homens e para homens, por muito tempo dentro dessa ciência, ignoraram a existência das mulheres, como reflexo de uma ordem patriarcal dominante na sociedade e na academia.

A superação das tradições epistemológicas masculinas na ciência geográfica pode ser considerada recente, mas também urgente, pois são as relações de homens e mulheres que estruturam a sociedade. Os estudos após a década de 1980 começaram a colocar finalmente essa temática em evidência. Entendeu-se que a Geografia é uma ciência que não pode ser neutra e fugir dos avanços e de novas perspectivas que as vivências sociais trazem. Muito desse entendimento, que permitiu a incorporação dos estudos de gênero e de mulheres na disciplina, deu-se a partir da contribuição dos movimentos feministas pelo mundo, refletidos no Brasil, buscando romper com as estruturas hegemônicas.

Só assim foi possível superar as binaridades e entender que as representações da sociedade no espaço são diversas e não ocorrem apenas por uma categoria social. Assim, se as mulheres possuem uma existência espacial, já se tornam passíveis de serem estudadas por essa ciência. Dessa forma, o trabalho quis mostrar que a Geografia não pode ser alheia a fenômenos que ocorrem com as mulheres, independentemente de cada realidade socioespacial apresentada.

Nesse trabalho, foram apresentadas mulheres que, em algum momento de suas vidas, viveram no campo e depois migraram para a cidade no município de Muzambinho. De início, aparenta-se tratar apenas de um deslocamento espacial movido a interesses individuais, mas cada realidade espacial é carregada de complexidades e fenômenos que se interligam e que tornam a Geografia a ciência necessária para interpretá-los. Assim, foi necessário conhecer sobre o município estudado, compreender como era a vivência da mulher no campo, os fatores que influenciam a migração de mulheres para a sede do município e se as relações socioespaciais e de trabalho se alteram a depender de se especializar no campo ou na cidade.

Assim, foi visto que as relações entre o campo e a cidade são estreitas no município, com uma ruralidade ainda muito presente na cidade, tanto nos aspectos

econômicos, já que o município tem expressividade na produção do café desde sua fundação, como nos aspectos culturais, com muitos costumes e tradições do campo presentes no espaço urbano. Muzambinho é uma cidade pequena com relações interpessoais muito acentuadas e com muitos moradores que vieram do campo, que possuem familiares que ainda permanecem no campo. Por conta disso, o rural fica em evidência na vida da maioria da sua população porque faz parte da história de cada um.

A cidade começou a desenvolver-se pelo seu destaque na cafeicultura e na agropecuária em geral, o que acabou atraindo investimentos. Houve a criação de escolas, que foram e ainda são referência na região. Hoje, a principal renda é do comércio, mas é um setor movimentado também pelo trabalhador do campo ou daqueles que tiram o sustento no período da colheita do café. E, mesmo sendo considerada uma cidade pequena, possui seu papel dentro de uma rede urbana, influencia outros municípios pequenos e se torna um espaço de atração e de oportunidades para aqueles que procuram por melhores condições de vida e de trabalho, como foi o caso de algumas mulheres dessa pesquisa.

Identificando o contexto de vida das entrevistadas dessa pesquisa, foi possível observar que, embora não houvesse relatos de extrema pobreza quando viviam no campo, as condições eram desiguais para as mulheres. Para algumas famílias, em geral, morar no campo já não estava suprindo todas as necessidades da família. Todavia, quando se questionou às mulheres sobre isso, foi possível perceber que não existe e nunca existiu oportunidades de trabalho para as mulheres no campo de maneira remunerada que não fossem na época da colheita de café. Mesmo sendo as entrevistadas de diferentes idades e períodos de vivência no campo, a falta de reconhecimento e de oportunidades para mulher no campo sempre foi a realidade.

Ficou evidenciado nas análises das entrevistas que as principais decisões sobre o que seria plantado na propriedade e a administração do lucro estavam sempre na responsabilidade dos homens, seja na figura de pais, irmãos, tios ou maridos. Poucas mulheres possuíam terras em seu nome e nenhuma delas recebia salário no trabalho no campo, vindo algumas a ter acesso à remuneração apenas após a aposentadoria.

Esse fato não significa que as mulheres não sejam capazes de realizar certos tipos de atividades. É a existência de toda uma estrutura patriarcal vista que, desde a infância, atribui à mulher o papel reprodutivo, de cuidado da casa e dos filhos, que

acaba sendo reproduzido pela sociedade e pelas instituições. A responsabilidade de todo trabalho doméstico no campo, identificado na entrevista, era das mulheres. O trabalho que realizavam em casa permitia aos maridos, pais, irmãos saírem para trabalhar nas lavouras, em outras propriedades rurais, inclusive, porque chegavam em casa e encontravam comida feita, roupa lavada, casa arrumada, crianças cuidadas.

Essa responsabilização pelo trabalho reprodutivo ser atribuído somente às mulheres ainda hoje faz com que a espacialidade dessas mulheres no campo seja limitada. Muitas não saem dos arredores da casa, não se deslocam, não socializam, algumas apenas se relacionam com vizinhas e parentes próximos, ou quando são responsáveis pela organização de festas religiosas, ficando incumbidas pela preparação das refeições – exatamente como já é sua função em casa. Assim, muitas encontravam lazer e distração cuidando apenas da horta e das plantações nos quintais.

A diferença no número de trabalhadores formais considerados como produtores e produtoras no município, como foi analisado, foi impactante. Isso reflete nas cooperativas e em quaisquer empresas que atuam no campo. Dificilmente são pensados cargos e atribuições remuneradas para as mulheres no campo. Na realidade, nem o aspecto econômico, nem o aspecto político, nem o cultural e social visualizam o campo como um espaço de trabalho para a mulher, mesmo que muitas provem o contrário.

Ficou evidente na pesquisa também que as condições de vida para as mulheres do campo, especialmente para as mais velhas, foi um impedimento para prosseguirem os estudos. Outras, que tiveram condições melhores, migraram justamente para concluir o ensino fundamental ou médio e poucas seguiram no ensino superior. Muitas, por não terem tido essa oportunidade, optaram pela mudança para cidade pensando na educação dos filhos, o que faz refletir também sobre as condições ainda desiguais do ensino no campo, os preconceitos sociais, a falta de infraestrutura e a omissão do Estado.

As principais razões pelas quais as mulheres migraram para cidade em Muzambinho, seja com as famílias, como na maioria dos casos da pesquisa, seja individualmente, foram a busca de oportunidades de trabalho e estudo. Também houve razões pessoais e decisões decorrentes de situações de saúde, para as quais a distância com relação à sede do município se tornava um agravante, uma vez que

as necessidades médicas dos moradores do campo ainda são supridas apenas na cidade. O período em que essas mulheres migraram varia entre a década de 1960 até 2020, mostrando que é um fenômeno que não deixou de ocorrer e que as motivações seguem demonstrando que as mulheres ainda enxergam, na cidade, uma esperança de melhores oportunidades.

Na cidade, a maioria das entrevistadas realmente conseguiu se inserir no mercado de trabalho, principalmente na área do comércio, como atendentes em lojas; como domésticas; e algumas como costureiras e autônomas. Como ocorre em grande parte do país, os serviços mais subvalorizados são responsáveis por absorver aquelas pessoas que não possuem um alto nível de escolaridade e estão em busca de emprego. Aquelas que conseguiram abrir seu comércio foram as que tiveram mais chance de seguir com os estudos e as que já possuíam uma condição financeira melhor no campo. Muitas relataram preconceitos que sofreram quando chegaram à cidade, além de seus medos e inseguranças, mas sempre com uma vontade de vencer maior.

A responsabilidade sobre as tarefas domésticas não se alterou quando as mulheres migraram para a cidade. Aquelas que mudaram com suas famílias continuaram sendo as principais responsáveis pelo trabalho de casa e organização do lar. A espacialidade dessas mulheres acabou sendo maior do que no campo. Na cidade, o fato de saírem de casa para trabalhar ou irem fazer entregas na casa de clientes, de fazerem compras, irem à igreja, terem espaço adequado para fazer caminhadas, irem a lanchonetes, à casa de amigos, alterou a relação socioespacial dessas mulheres. A diferença de idade das entrevistadas também alterou alguns dos espaços frequentados, sendo aquelas que trabalham fora do ambiente familiar as que mais circulam pela cidade e, as mulheres aposentadas, as que saem com menos frequência.

Mesmo encontrando trabalho na cidade, os papéis socioespaciais continuam desiguais para as mulheres na cidade. Houve mudanças, mas a mulher ainda continua com sobrecarga de trabalho e com falta de reconhecimento da sociedade e de valorização do trabalho. Os espaços frequentados pela maioria ainda dizem respeito às atribuições do lar, e ainda hoje elas encontram espaços que colocam em questão sua postura e sua capacidade. Poucas mulheres puderam identificar símbolos na cidade que as representassem e a recente representação na Câmara Municipal com

mulheres vereadoras deixa a reflexão de se encarar o fato como uma conquista ou uma urgência.

Por fim da análise da pesquisa e não da discussão ampla que envolve essa temática, é importante constar que todas as mulheres entrevistadas tinham uma visão abrangente e até surpreendente de suas vivências, embora algumas carregadas de mais traumas e ensinamentos. Trouxeram consigo para a cidade muitas tradições e memórias e não apagaram suas experiências no campo. Deixaram claro, em sua maioria, que não são mulheres diferentes no campo e na cidade, já que foram as condições de trabalho e alguns papéis socioespaciais que se alteraram. Nenhuma delas se colocou no papel de vítima ou quer esse papel, ao contrário, só querem reconhecimento, valorização, respeito e igualdade, seja vivendo no campo ou na cidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, 1997. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_08.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.
- ALMEIDA, Aline Cristina de. **A questão da casa própria pela ótica do financiamento habitacional**: Produção do espaço e especulação no município de Muzambinho/MG. 2014. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alfenas, Alfenas.
- ALVES, Ana Elizabeth Santos et al. **Divisão sexual do trabalho em Comunidades Rurais**. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, 2012.
- ALVES, Flamarion Dutra. O agronegócio do café e a territorialização no Sul de Minas Gerais. In: **A dimensão política do espaço- conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea**. ALVES, Flamarion Dutra; et.al. 1ª edição, Alfenas-MG, Unifal-MG, 2019.
- ANDRADE, Alexandre Carvalho de. As cidades médias e suas inserções nos espaços regionais: O contexto do sul de Minas. **Revista Territorium Terram**, v. 3, n. 5, 2015.
- ANDRÉ, Isabel Margarida. O gênero em Geografia. Introdução de um novo tema. **Finisterra**, XXV, 50, Lisboa, p. 331- 348, 1990. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1924>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- ARAÚJO, Laudicéia Lourenço. Geografia e as questões de gênero no contexto do trabalho: formas contemporâneas de inserção das mulheres no mercado de trabalho formal. **Revista Pegada**. v. 16, n. 2, p. 293-306, 2015a. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3928>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- ARAÚJO, Leticia Almeida. Manifestações da ruralidade em Muzambinho – MG sob a ótica socioespacial, cultural e econômica. In: V Encontro do REA. **Anais do V Encontro do REA**. 2015b, p. 18. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/leticiaalmeidageres141-158.pdf>. Acesso em: out. 2019.
- _____. **Moçambo**: implicações socioespaciais e culturais de um bairro rural transformado em distrito. 99 f. 2017. Trabalho de Conclusão do Curso (Licenciatura em Geografia). Instituto de Ciências da Natureza. Universidade Federal de Alfenas, Alfenas-MG, 2016. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/geografia/sites/default/files/leticia-araujo-tcc-2016-correcao-final.docx_.pdf. Acesso em 27 set. 2020
- _____; COSTA; Tamiris Maria Moreira. Produção de café convencional no sul de Minas: As relações entre a agricultura familiar e o cooperativismo. In: XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária, Dourados, 2018. **Anais relação capital X**

trabalho no campo, dourados 2018. Disponível em:
<http://anaisenga2018.comunidades.net/producao-de-cafe-convencional-no-sul-de-minas-as>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____ ; COSTA; Tamyrís Maria Moreira; LEMOS, Thais de Cássia Silva. Mulheres no campo: divisão sexual do trabalho em propriedades da cafeicultura convencional no Sul de Minas Gerais. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Edição especial, p. 88-111, jul., 2020.

BARBIERI, Mauro et al. Aspectos técnicos, sociais e econômicos dos cafeicultores do município de Muzambinho. In: Congresso Brasileiro de Pesquisas Cafeeiras, Poços de Caldas, 2011. **Anais CBPC 2011**. Disponível em :
http://www.sbicafe.ufv.br/bitstream/handle/123456789/6228/321_37-CBPC-2011.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: jul. 2020.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**, volume 2, tradução Sérgio Milliet.- 3. ed.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa (org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia Júlia. Minas Gerais: Crescimento demográfico, migrações e distribuição espacial da população. **Anais X Seminário sobre a Economia Mineira**, Diamantina, 2002. Disponível em:
<https://core.ac.uk/download/pdf/6519802.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 12, Jan.-jun./2008, p. 6-17. Disponível em: <http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1396-4020-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? **Rev. bras. estud. popul.** vol.23, n.2, São Paulo, 2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n2/a09v23n2.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

BUTLER, Judith. **Corpos que pensam**. Sobre os limites discursivos do “sexo”, 1993.

CAFEICULTORES estão apreensivos com empresa de armazenagem de café em Muzambinho. **Atividade fm**, 02 set. 2020. Disponível em:
<https://fmatividade.com.br/noticia/9359/cafeicultores-estao-apreensivos-com-empresa-de-armazenagem-de-cafe-em-muzambinho>. Acesso em: 10 set. 2020.

CALIÓ, Sonia Alves. **Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano**. In: Encuentro de Geografos de America Latina, Resúmenes. Observatório Geográfico, v. 1, 1997. Disponível em:
<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografia cultural/737.pdf>. Acesso em 20 mar. 2020.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 anos**. IPEA, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=392. Acesso em 20 mar. 2020.

CARDOSO, Haroldo Junior Martins. Mobilidade espacial de populações: Definições, tipologias e conceitos. **Anais 4ª Jornada Científica da Geografia**, Alfenas, 2016. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/4jornadageo/system/files/anexos/haroldo476_482.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

CASTRO, Juventina Yolanda Correa. **Ahora las mujeres se mandan solas: migración y relaciones de género en una comunidad mexicana transnacional llamada Pie de Gallo**. 2006. 470f. Tese (Doutorado) - Universidad de Granada, Granada, 2006. Disponível em: <https://hera.ugr.es/tesisugr/16090998.pdf>. Acesso em 02 ago. 2020.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, trajetórias acadêmicas e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro**. 2019. 290f. Tese (Doutorado em Geografia- Gestão do Território) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2019.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 152p.

COOXUPÉ. **Histórico da empresa**. Disponível em: <https://www.cooxupe.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da Geografia. **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias: espaços de transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. pp. 23-33.

_____. As pequenas cidades na confluência do Urbano e do Rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 30, pp. 05 - 12, 2011.

DAMIANI, Amélia Luisa. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos**. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amália Inês Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, Maria Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

DIAS, Ana Maria da Silva. Família e trabalho na cafeicultura. **Caderno Pesquisa**, São Paulo, (37): 26-38, mai. 1981. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1593/1582>. Acesso em: 29 jul. 2020

DORNELAS, Paula Dias; SANTOS, Kelly Cordeiro dos. Migração e trabalho: feminização, interseccionalidades e o papel do Estado. **Anais 42º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu-Mg, 2018. Disponível em:

<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/spg-5/spg42/11585-migracao-e-trabalho-feminizacao-interseccionalidades-e-o-papel-do-estado?path=42-encontro-anual-da-anpocs/spg-5/spg42>. Acesso em: 15 jul. 2020.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba: Ed. UFPR, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>. Acesso em 20 mar. 2020.

DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade**. A vida Rural e a migração para São Paulo. Editora Perspectiva, São Paulo, 1973.

FARIA, Nalu. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural**. In: DI SABBATO A.; MELO, H. P.; LOMBARDI, M. R.; FARIA, N.; BUTTO, A. (org.). Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009, p.11-28. Disponível em: http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/pageflip-4204232-487363-It_Estatsticas_Rurais_e_-2443273.pdf. Acesso em 15 mar. 2020.

FARIA, Guélmer Júnior Almeida de; FERREIRA, Maria da Luz Alves; PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. Desinibilizando as mulheres em contexto migratório interno: Interfaces entre migração, trabalho e gênero. **Anais do 17º Seminário de Economia Mineira**, Diamantina. 2016. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2016/201-330-1-RV_2016_10_09_00_33_59_204.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

FIGUEIREDO, Mariana Morena. A participação da mulher na organização socioespacial de comunidades pesqueiras: um estudo de caso na reserva extrativista Baía do Iguape – BA. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v.4, n.2, p. 77-85, 2013.

FRANCISCO, Maria Luíza Oliveira. Geografia de gênero e trabalho familiar: Algumas considerações. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 27-36, jan. / jul. 2011.

GARCÍA, Maria Franco. O gênero como perspectiva de análise na discussão sobre as localizações. **Revista Pegada**, v. 3, n. 1, Presidente Prudente, 2002.

GLOBO, G1 SUL DE MINAS. **Recuperação judicial Grão Verde Muzambinho**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2021/03/01/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia fin-de-siècle: O discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa (org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GOUVEIA, *Taciana*. **Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras**. In: Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro: Ibase, 2003. Capítulo 9, p. 44-49. Disponível em: http://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileiroa2003_bra.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Zahar: Rio de Janeiro, 1981.

GUIDA, Larissa Chiulli. **O agronegócio cafeeiro e a pluriatividade em Muzambinho/MG: A relação campo- cidade e o hibridismo espacial**. 2011. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alfenas, Alfenas.

HARTWIG, Marisa. Migração campo cidade: Trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores. **Anais seminário regional e Fórum de Educação do Campo**. Santa Maria, 2013. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2001/Marisa%20Hartwig.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, Londrina, v. 20 n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020, 192 p.

_____. **Censo Agropecuário: produção agrícola municipal**, 2017.

LAVINAS, Lena. Emprego feminino: O que há de novo e o que se repete, **Dados**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000100003&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 10 set. 2020.

LIMA, Cássio Francisco de; AMARAL; João Benvindo do. Gênero e Geografia: mulheres chefiando domicílios na rede urbana brasileira e status migratório 1980-2000. **Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. São Pedro, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2113/2069>. Acesso: 23 jun. 2020.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e migrações- Trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, vol. 14, núm. 26- 27, 2006, p. 151- 166.

LOPES, Leandro Aparecido. **Transporte ferroviário e economia no sudoeste de Minas Gerais: o café e a Cia. Mogiana de E. F. (1880-1930)**. In: XX Encontro Regional de História. UFTM, Uberaba- MG, 2016. Disponível em: http://encontro2016.mg.anpuh.org/resources/anais/44/1469241387_ARQUIVO_TransporteferroviarioLeandroLopes.pdf. Acesso: 10 jun. 2020.

MAGALHÃES, Luciano Otávio Camargo Sales. **O papel da educação e do Lyceu dirigido pelo prof. Salathiel de Almeida na configuração do contexto geopolítico, social e econômico de Muzambinho (MG)**. 2008. 553f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

MAIA, Alexandre Gori; BUAINAIN, Antônio Marcio. O novo mapa da população rural brasileira. **Confins**, v.3, n.25, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/10548>. Acesso em: 25 jul. 2020.

MARTINS, Marcos Lobato. A marcha do café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas. **Territórios e Fronteiras**, v. 7, p. 287-320, 2014.

MARTINS, Humberto; JÚNIOR, Luiz Bertolucci; OLIVEIRA, Polyana Lara. Urbanização, migração e emprego: uma análise de municípios no Triângulo Mineiro e no Sul de Minas. **Pesquisa & Debate**, SP, volume 18, número 2 (32) pp. 283-305, 2007.

MASSEY, Doreen. **Space, place, and gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Júlio C. de L.; PESSÔA, Vera L. S (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009. p.279-291.

MATOS, Ralo Edmundo da Silva. *A expansão demográfica em algumas das principais cidades mineiras*. **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. ABEP: Olinda. 1988. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/461/447>. Acesso em: 15 maio 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. Editora Loyola, São Paulo, 1996.

MOREIRA JR, Orlando. As cidades pequenas na Geografia brasileira: A construção de uma agenda de pesquisa. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 35, 2013, p. 19-33.

MOREIRA, Ruy. **Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2009.

MUZAMBINHO. Prefeitura Municipal. Setor de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. **Histórico de Muzambinho**. Muzambinho, 2000.

MUZAMBINHO é um reduto verdadeiramente artesanal. Disponível em: <https://afolharegional.com/?url=artigos/especial/muzambinho-um-reduto-verdadeiramente-artesanal>. **A Folha Regional**, 26 ago. 2018. Acesso em: 20 abr. 2020.

NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmiento do; VIANNA, Márcio de Albuquerque; RAMOS, Diná Andrade Lima; VILLELA, Lamounier Erthal; FRANCISCO, Daniel Neto. A migração do campo para os centros urbanos no Brasil: da desterritorialização no meio rural ao nas grandes cidades. **Anais do XVI Fórum Universitário do Mercosul**, Salvador, 2017. Disponível em:

http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1502235198_arquivo_fomerco_amigracaodocampoparaoscentrosurbanosnobrasil.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

NASCIMENTO, Dulcilene Ribeiro Soares. Androcentrismo, a construção da dominação cultural masculina. **Revista Científica Cognitions**, 2020. Disponível em: <https://unilogos.org/revista/wp-content/uploads/2020/04/androcentrismo-a-construcao-da-dominacao-cultural-masculina.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2021.

NOBRE, Miriam. **Relações de Gênero e Agricultura Familiar**. In: NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELA, S.; MENASCHE, R. (Org.). *Gênero e Agricultura Familiar*. São Paulo: SOF, 1998. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/11/f1207relaes-de-genero-e-agricultura-familiar---miriam-nobre.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2019.

OLIVEIRA, Kenny Delmonte; ALMEIDA, Keylla Lopes de; BARBOSA, Thiago Leite. **Amostragens probabilística e não probabilística: técnicas e aplicações na determinação de amostras**. Universidade Federal do Espírito Santo, Jerônimo Monteiro, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Campo brasileiro no final dos anos 1980. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 55-80.

_____. **Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Landé Editorial, 2016.

ORGILÉS, Ernesto Cuttilas. **Los estudios de género en Geografía: evolución, temas de interés y significado**. Geografía Social y del Bienestar - Curso 2010-2011. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/16369551.pdf>> Acesso em 27 mai. 2020.

ORNAT, Márcio José; SILVA, Joseli Maria. Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa- Paraná. **Revista de História Regional** 12(1): 175-195, Verão, 2007.

_____. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. **Terra Plural**, Ponta Grossa, 2 (2): 309-322, jul./dez., 2008

PAULA, Larissa Araújo Coutinho. **Êxodo rural seletivo: reflexões sobre a migração de jovens e mulheres nos espaços rurais**. Encontro Nacional de Geografia Agrária, Dourados, 2018. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/8476/8145>. Acesso em: 10 jul. 2020.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: Uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (1): 360, janeiro- abril/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21700.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2019.

PEREIRA, Alysso Brenner Nogueira; GONÇALVES, Hellen Trindade; DIAS, Renê Lepiani. **Caracterização histórica de Muzambinho- Mg com ênfase no setor**

cafeeiro. In: 10ª Jornada Científica e Tecnológica, IF Sul de Minas, Muzambinho, 2018. Disponível em: <https://jornada.ifsuldeminas.edu.br/index.php/jcmuz2/jcmuz2/paper/viewFile/3994/2871>. Acesso em: 20 maio 2020.

PEREIRA, Deborah Dias; TEIXEIRA Jaqueline da Silva; GLINFSKÓI THÉ, Ana Paula; PAULA, Andréa Marai Narciso. Dinâmicas de gênero e migração: jovens mulheres rurais e esvaziamento do campo no norte de Minas Gerais. **Ágora**. Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 37-46, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/13482/8721>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PERES, Roberta Guimarães; BAENINGER, Rosana. Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. **Anais XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, Águas de Lindóia, 2012. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1982>. Acesso em: 10 jul. 2020.

PIZZA, Lucas Antônio Donizetti. **O IFSULDEMINAS e a expansão urbana em Muzambinho-Mg: A dinâmica rural- urbana em cidades pequenas**. 2015. 77f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alfenas, Alfenas.

REIS, Maíra Lopes. Estudos de gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n.38, Jul./dez 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura>. Acesso em: 15 mar. 2020.

RIBEIRO, Dinalva Donizete; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. O materialismo histórico dialético e a ciência geográfica. **Revista Formação**, v. 2, n. 9, 2002. <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1017>. Acesso em 15 mar. 2020.

RIGOTTI, Jose Irineu Rangel. **Fluxos Migratórios e Distribuição Espacial da População na Região Metropolitana de Belo Horizonte – década de 70**. Dissertação (Mestrado em Demografia), Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de Interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X. Disponível em : <https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/feminismo20negro2.pdf>. Acesso em 27 mai. 2020.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e Gênero: A Mulher na Lavoura Canavieira Paulista**. 1988a. Tese (Livre Docência em Geografia Humana) FFLCH/USP, São Paulo, SP.

_____. A migração como expressão da crescente sujeição do trabalho ao capital. Associação brasileira de Estudos Populacionais. **Anais do V Encontro de Estudos Populacionais**. Águas de São Pedro, 1986. Disponível em:

<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/378/365>. Acesso em: 10 jun. 2020.

_____. **Mulher: Residência no Urbano, Sobrevivência no Rural (o exemplo da Lavoura Canavieira)**. In: 6o Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Olinda. Anais de Resumo. Olinda: ABEP, 1988b. p. 1620. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/13rossini.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade- campo: uma contribuição geográfica. **Revista da Anpege**, v. 2, n. 02, 2005. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6611>. Acesso em 15 mar. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528p.

_____. **Gênero patriarcado violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SANTOS, Roselí Alves dos. Mulheres e Geografia – Reflexões Pertinentes? **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)**, v. 03, n. 18, p. 227-242, mai.-ago., 2020. Disponível em: [10.35416/geoatos.v3i18.7965](https://doi.org/10.35416/geoatos.v3i18.7965). Acesso em: 20 set. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. V.20, nº. 2, 1995. Porto Alegre: UFRS, 1995, pp. 71 – 97.

SERPA, Nara Cavalcante. **A inserção e a discriminação da mulher no mercado de trabalho: Questão de Gênero**. In: Fazendo Gênero - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010, Florianópolis. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1265896752_arquivo_artigorevisao.pdf. Acesso em 15 mar. 2020.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional** 8(1): 31-45, Verão 2003.

_____. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p 117-134, jul./dez. 2007.

_____. Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: **Todapalavra**, 2009, p.25-150.

_____.; NABOZNY, Almir; ORNAT, Márcio José. A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas. **Abordagens Geográficas** - volume 1, número 1, 2010: out.nov., p. 23-41.

_____.; SILVA Maria das Graças Silva Nascimento. Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriversalidades do saber geográfico. In: **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. SILVA, Joseli Maria; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento (Orgs.) Ponta Grossa: Todapalavra, 2014, p.17-38.

_____.; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveir; PINTO, Vagner André Morais. Gênero e Geografia brasileira: Uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. , p. 185-200, V.11, n.15, jan-jun.2015.

_____. **Painel- Fazendo Geografias Feministas**. In: Colóquios Geográficos do PPGEU Unifal-MG: A Geografia no Espaço Virtual: Desdobramentos da COVID-19 e análises da realidade brasileira sob diferentes perspectivas. Alfenas, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yNNnl6INgnY&t=3133s>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MENEZES, Marilda Aparecida. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões**. Nead, Brasília, 2006. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/migracoes_rurais_no_brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

SILVA, Susana Maria Valeda. Geografia e gênero/Geografia feminista o que é isto? **Boletim Gaúcho de Geografia**, 23: 105 - 110, março, 1998.

_____. Os estudos de gênero no Brasil. Algumas considerações. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9796], n. 262, 15 nov. 2000.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. [online] vol.37, n.132, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0437132.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

SOUZA, Celso Antônio Spaggiari; FREITAS, Rita de Cássia Santos. Família, terra e trabalho: modos de vida nos cafezais de montanha do sul de Minas Gerais. **SERV. SOC. REV.**, Londrina, v. 18, n.1, p.64 - 80, jul./dez. 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2013. 1. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 320 p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: Cidades médias e pequenas no processo da urbanização. **Geografia**, Rio Claro, v.35, n.1, p.51-62, 2010.

TORO, Mariana Alejandra Roedel Salles. A produção do espaço e suas contradições: possibilidades para a construção de novos caminhos. **Revista História, Natura e Espaço**, v. 4, n. 1, 2015.

VALE, Ana Rute do. A questão de gênero na agricultura familiar no sul de Minas: Buscando comparações entre os sistemas de produção de café convencional e orgânico. In: **A dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea / Organizadores: Flamarion Dutra Alves... [et al.]**. – Alfenas -- MG : Editora Universidade Federal de Alfenas, 2019.

_____. A questão de gênero na Geografia Agrária: Entrevista com Rosa Ester Rossini. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 55, pp. 409-426, 2020.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003.

VINUTO, Juliana. A amostragem bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago./dez. 2014.

APÊNDICE 1- Roteiro de Entrevista com as mulheres

Identificação - Entrevistada: _____ (letra ou número)

Idade: _____ **Estado civil:** _____

Nível de escolaridade: _____

Número de filhos: _____

Bairro residencial: _____

Remuneração: _____

Vida no campo

1. Você foi criada no campo com sua família? Onde já viveu antes de se mudar para cidade (Nome do bairro rural, comunidade, vila, distrito)?
2. Quais eram as vantagens e desvantagens em se viver no campo? Do que mais sente falta?
3. A propriedade em que morava no campo era da sua família? Você tinha ou têm terras em seu nome?
4. Qual era a principal fonte de renda no campo? O que produziam, cultivavam ou criavam? O que e onde comercializavam?
5. Quais atividades você exercia no campo?
6. Quem decidia o que seria plantado e quem administrava os ganhos?
7. Como era a divisão das atividades domésticas?
8. Acreditava que seu trabalho era valorizado pelos membros da sua família?
9. Havia lugar(es) na propriedade com os qual(is) a você se identificava mais? Por quê?
10. O que considerava como lazer no campo?
11. Tinha acesso a tecnologias no campo? Quais?
12. O que a terra significa para você?
13. Como se deslocava no campo? Sabe dirigir?
14. Com que frequência saía de casa? Sozinha ou acompanhada?
15. Você já obteve crédito no banco? Teve ou tem conta bancária?
16. Já sentiu medo de viver no campo?
17. Você ainda tem algum tipo de contato com o campo?

Do campo à cidade

1. Há quanto tempo a você vive na cidade? Que idade tinha quando se mudou pra cá?
2. Quais motivos a levaram a se mudar para cidade? Veio sozinha ou com outros membros da família?
3. Você teve receio de mudar para cidade? Por quê?
4. Já tinha costume de ir sempre para cidade? Para quais finalidades?
5. Quais as primeiras impressões que teve da cidade? Como foi sua adaptação?
6. O imóvel para aonde se mudou era próprio? É mesmo no qual vive atualmente?
7. Quando você se mudou para esse bairro, ele já era todo habitado? Que tipo de infraestrutura existia nele? Mudou muito desde então? E na cidade?
8. Você acredita que mudou algum comportamento ou pensamento depois que veio para cidade? Adquiriu algum hábito que acredita ser diferente do campo?
9. E do campo, trouxe algum costume, hábito ou tradição?
10. Na casa em que vive você tem um lugar específico que gosta mais de ficar? Por quê?

Relações de trabalho na cidade

1. Existe algum tipo de divisão de atividades domésticas entre os membros da família? Mudou alguma coisa em comparação a como era no campo?
2. Quem era/é responsável pela organização da rotina dos filhos e por levá-los a escola e ajudar nas tarefas escolares?
3. Você é a responsável pela ida à feira e supermercados? Por quê?
4. Você trabalha ou já trabalhou fora do ambiente familiar? Em qual área? Em que local? Com carteira assinada?
5. Você acredita que na cidade seu trabalho é mais valorizado? Por quais motivos? Já recebeu salário menor por ser mulher?
6. Você acredita que na cidade existem mais opções de trabalho para mulher do que no campo? Por quais motivos?
7. Sentiu mais necessidade de estudar depois que se mudou para cidade? Por quê?
8. Você tem alguma renda extra/informal?

O papel socioespacial da mulher na cidade

1. Quais espaços você frequenta hoje na cidade? São os mesmos de quando se mudou? Como se desloca pela cidade?
2. Como é a sua relação com a vizinhança? É diferente de quando vivia no campo? Você costuma visitar parentes e amigos que também vivem na cidade?
3. Com que frequência sai de casa? Sozinha ou acompanhada? Costuma ir para outras cidades? Para qual finalidade?
4. Você sente algum medo vivendo na cidade?
5. Qual o tipo de lazer que você tem acesso na cidade? Qual horário limite fica na rua?
6. Você participa de atividades religiosas? Quais?
7. Tem acesso a tecnologias na cidade? Quais?
8. Realiza algum trabalho voluntário?
9. Você observa alguma diferença entre os espaços/lugares frequentados por homens e mulheres na cidade de Muzambinho? Já sentiu algum tipo de preconceito por ter frequentado algum “lugar masculino” na cidade?
10. Você conhece ruas, estabelecimentos ou monumentos que façam homenagens a mulheres na cidade? Acredita que deveria ter mais?
11. Você acredita que as mulheres de Muzambinho deveriam ocupar mais cargos políticos? Por quê?
12. Você sente que é importante para cidade? Sente que seu reconhecimento é diferente do que tinha no campo?
13. Para você existe diferença em ser uma mulher no campo ou na cidade?
14. Tem alguma mulher em Muzambinho que admira? Por quais motivos?
15. Pensa em voltar a viver no campo ou se mudar para outra cidade? Por quê?

APÊNDICE 2 - Parecer consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALFENAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DO CAMPO À CIDADE: OS PAPÉIS SOCIOESPACIAIS E AS RELAÇÕES DE TRABALHO DAS MULHERES EM MUZAMBINHO-MG

Pesquisador: Ana Rute do Vale

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 31043220.9.0000.5142

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.473.434

Apresentação do Projeto:

A vida das mulheres no campo por vezes é marcada por relações subalternas, repressões, e falta de direitos ou perspectivas. Muitas, podem subverter a situação, encontrando seu espaço através do reconhecimento e valorização do seu trabalho seja ele na esfera produtiva ou reprodutiva. Outras, no entanto, acreditam que a melhor maneira de encontrarem verdadeiras oportunidades, está na migração para cidade. As relações capitalistas se beneficiam de ambas as decisões, e em cidades pequenas, onde o rural e urbano se convergem, essa mudança pode apresentar diferentes contornos e interpretações. A migração por vez, também acontece por escolha da família, na figura principalmente do marido, e não por vontade ou escolha da mulher. Em outros casos, é o ideário de uma vida melhor que rege a mudança de toda família. Na cidade, as mulheres que migram podem organizar novos espaços, produzir ou produzir espaços já existentes, descobrir outros papéis socioespaciais ou reviver os que já ocupava no campo. Esse trabalho busca compreender todos esses papéis socioespaciais e de relações de trabalho da mulher que migra do campo para cidade em Muzambinho-Mg, uma cidade pequena com ruralidades acentuadas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender se na cidade os papéis socioespaciais e as relações de trabalho se alteram para as

Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700

Bairro: centro

CEP: 37.130-001

UF: MG

Município: ALFENAS

Telefone: (35)3701-9153

Fax: (35)3701-9153

E-mail: comite.etica@unifal-mg.edu.br

Continuação do Parecer: 4.473.434

mulheres que migram do campo, no município de Muzambinho-MG.

Objetivo Secundário:

- Discutir sobre a questão de gênero na Geografia e como ela contribui para o entendimento do espaço geográfico;
- Relatar como se dá a relação campo-cidade em municípios pequenos como Muzambinho e avaliar dentro do contexto do êxodo rural e urbanização desses municípios, como as mulheres se inseriram nesse processo;
- Identificar como era a vida no campo, o período, e os motivos pelos quais as mulheres migraram para cidade em Muzambinho, traçando a partir de características e razões em comum para migração, um perfil identitário dessas mulheres;
- Analisar como as mulheres que migraram do campo, organizam, produzem e/ ou reproduzem o espaço na cidade, quais papéis socioespaciais ocupam, quais atividades que realizam são consideradas como trabalho, e se passaram a se enxergar como protagonistas no espaço urbano.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos estão bem avaliados e são mínimos pois, de acordo com a pesquisadora, a forma de registro da conversa será a gravação sonora das respostas das entrevistadas, fato que implica no compromisso da mesma em assegurar ambiente de coleta reservado, seguro e impermeável à observação ou escuta por terceiros; o material contendo as gravações ficará sob a guarda sua guarda pessoal, de modo sigiloso, inacessível a todos, de modo a evitar qualquer vazamento de informações. Ainda nesse sentido, na coleta de dados certamente haverá o incômodo ou inconveniente de investimento do tempo da voluntária da pesquisa ao participar da coleta; tende a ocorrer também o desconforto e talvez algum constrangimento, para alguns, pelo temor de ter que falar de coisas pessoais, para estranhos, de forma quase repentina. Para minimizar tais ocorrências a pesquisadora vai alertar a voluntária, desde o começo, sobre a liberdade de esquivar de perguntas e se negar a respondê-las, a qualquer momento.

Benefícios:

Não estão previstos benefícios diretos as participantes, mas como indiretos são esperados ao menos que estas mulheres possam refletir acerca da construção patriarcal a que foram sujeitas, e a importância que possuem na construção dos espaços sejam eles no campo ou na cidade, através do seu trabalho e todos seus papéis socioespaciais. A pesquisa pode contribuir também no registro de informações pouco estudadas no âmbito da questão gênero na Geografia no Sul de

Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700

Bairro: centro

CEP: 37.130-001

UF: MG

Município: ALFENAS

Telefone: (35)3701-9153

Fax: (35)3701-9153

E-mail: comite.etica@unifal-mg.edu.br

Continuação do Parecer: 4.473.434

Minas, como uma forma de despertar o interesse pela temática por mais pesquisadoras e pesquisadores.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

- a. Método da pesquisa – o método está adequado aos objetivos do projeto, é atualizado e coerente com o estado da arte de pesquisas voltadas a temática da ruralidade na ciência Geográfica;
- b. Referencial teórico da pesquisa – está atualizado e é suficiente para aquilo que se propõe;
- c. Cronograma de execução da pesquisa – é coerente com os objetivos propostos e está adequado ao tempo de tramitação do projeto, considerando o ajuste que foi realizado no projeto em razão do contexto da COVID 19.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- a. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – presente e adequado;
- b. Termo de Assentimento (TA) – não se aplica;
- c. Termo de Assentimento Esclarecido (TAE) – não se aplica;
- d. Termo de Compromisso para Utilização de Dados e Prontuários (TCUD) – não se aplica;
- e. Termo de Anuência Institucional (TAI) – não se aplica;
- f. Folha de rosto - presente e adequado;
- g. Projeto de pesquisa completo e detalhado – presente e adequado;
- h. Termo de compromisso para desenvolvimento de protocolo de pesquisa no período da pandemia do Coronavírus (Covid19) - presente e adequado.

Recomendações:

não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

não há pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

A Coordenação deste CEP emite parecer ad referendum.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1526414.pdf	16/12/2020 15:50:31		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Projeto_cronograma_alterado.pdf	15/12/2020 17:57:18	Ana Rute do Vale	Aceito

Endereço: Rua Gabriel Montello da Silva, 700
 Bairro: centro CEP: 37.130-001
 UF: MG Município: ALFENAS
 Telefone: (35)3701-9153 Fax: (35)3701-9153 E-mail: comite.etica@unifal-mg.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALFENAS



Continuação do Parecer: 4.473.434

Investigador	Projeto_cronograma_alterado.pdf	15/12/2020 17:57:16	Ana Rute do Vale	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Leticia_Projeto_cronograma_alterado.pdf	15/12/2020 17:50:04	Ana Rute do Vale	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	10/12/2020 09:48:06	Ana Rute do Vale	Aceito
Outros	TermoPandemia_leticia.pdf	10/12/2020 09:36:19	Ana Rute do Vale	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	15/05/2020 14:50:40	Ana Rute do Vale	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_com_roteiro_entrevistas.pdf	25/03/2020 15:41:25	Ana Rute do Vale	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	18/03/2020 15:53:19	Ana Rute do Vale	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ALFENAS, 17 de Dezembro de 2020

Assinado por:
Angel Mauricio Castro Gamero
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700
Bairro: centro CEP: 37.130-001
UF: MG Município: ALFENAS
Telefone: (35)3701-9153 Fax: (35)3701-9153 E-mail: comite.etica@unifal-mg.edu.br